

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**

Evelyn Taiuane Sonnenstrahl Guarda

**IDENTIFICAÇÃO E COMPORTAMENTO DA FEMINIZAÇÃO DA
POBREZA NO BRASIL E NO MÉXICO (2000 – 2010)**

**Santa Maria, RS
2023**

Evelyn Taiuane Sonnenstrahl Guarda

**IDENTIFICAÇÃO E COMPORTAMENTO DA FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO
BRASIL E NO MÉXICO (2000 – 2010)**

Dissertação apresentada no Programa de Pósgraduação em Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Maria (PPGRI – UFSM) como requisito para obtenção do título de **Mestra em Relações Internacionais**.

Orientadora: Profa. Dra. Rosana Soares Campos

Santa Maria, RS

2023

Guarda, Evelyn Taiuane Sonnenstrahl
Identificação e comportamento da feminização da pobreza
no Brasil e no México (2000 - 2010) / Evelyn Taiuane
Sonnenstrahl Guarda.- 2023.
134 p.; 30 cm

Orientadora: Rosana Soares Campos
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Relações Internacionais, RS, 2023

1. Feminização da Pobreza 2. Mercado de Trabalho 3.
Brasil 4. México 5. Sobre-representação I. Campos,
Rosana Soares II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, EVELYN TAIUANE SONNENSTRAHL GUARDA, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Evelyn Taiuane Sonnenstrahl Guarda

**IDENTIFICAÇÃO E COMPORTAMENTO DA FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO
BRASIL E NO MÉXICO (2000 – 2010)**

Dissertação apresentada no Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais na Universidade Federal de Santa Maria (PPGRI – UFSM) como requisito para obtenção do título de **Mestra em Relações Internacionais**.

Aprovada em 24 de fevereiro de 2023.

Prof^a. Dr^a. Rosana Soares Campos (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Joséli Fiorin Gomes (UFSM)
Videoconferência

Prof^a. Dr^a. Renata Peixoto de Oliveira (UNILA)
Videoconferência

Santa Maria, RS
2023

À minha avó. A mulher que me permitiu ser quem eu sou. Que me deixou a educação que sempre sonhou de herança. À mulher que sempre foi a minha mãe. Que acima de qualquer coisa sempre zelou e torceu por mim. Por todas as vezes que a senhora se orgulhou ao dizer que eu havia chegado ao mestrado, que eu havia me formado e que um dia me tornaria professora. Dedico à Dona Morena, uma mulher que sempre pertenceu à classe trabalhadora, todo o conhecimento que recebi ao longo dos anos.

AGRADECIMENTOS

A trajetória da conclusão deste trabalho não foi fácil.

Em um cenário abalado pela pandemia da COVID-19, crises econômicas, fortalecimento da extrema-direita e crescimento do negacionismo, produzir pesquisa científica pela visão feminista e progressista representa, ainda mais, um ato de resistência.

Por consequência do isolamento social, alguns pré-requisitos para a produção da pesquisa foram deixados em segundo plano. Aproveito este espaço para suspirar um desabafo sobre os obstáculos que quase tornaram esse passo impossível.

Com o distanciamento das aulas, dos amigos e de pessoas que amamos foi preciso lidar com uma realidade muito difícil: ficar sozinha. Sem a rede de apoio do meu companheiro e dos meus amigos, ficou ainda mais difícil...

O medo de me tornar um vetor de contaminação me manteve por mais de 1 ano e meio dentro de casa. Afinal, eu morava com a minha avó, que me deu amor materno desde os meus 2 anos de idade. **Minha mãe.** Grupo de risco da doença que já acometeu milhões em todo o mundo. Em setembro de 2021, a minha avó nos deixou – por causas naturais – com os corações saudosos. De fato, senti um vazio que não tem como ser explicado. Não há uma palavra que consiga caracterizar aquela sensação angustiante de perder a única pessoa que esteve contigo desde o início da tua vida.

Entre o final de 2020 e o início de 2021 veio o segundo obstáculo. Precisei sair da única casa que chamei de lar durante 26 anos para começar um novo, sendo desta vez, sustentado pelo meu próprio trabalho. Trabalhar em tempo integral e morar pela minha própria conta me distanciou um pouco mais da rotina de escrita. Mas foi necessário respeitar a minha saúde mental.

Nas entrelinhas deste desabafo encontram-se as justificativas da razão por eu agradecer às seguintes pessoas:

À minha orientadora, Rosana, pelas palavras apoio, por ser solidária às minhas mudanças, pela paciência com o meu processo e **por sempre me dizer que seria possível.** Meu muito obrigada!

Agradeço à Letícia, por comemorar cada vírgula que eu conseguia editar. Tarci, por ter compartilhado comigo parte do processo de escrita. Aléxia, pelo auxílio no início do projeto.

Rochelle, pelas palavras otimistas e de carinho quando ingressei no mestrado, que me fizeram confiar mais em mim mesma. A Júlia e ao Henry, que estiveram ao meu lado em todos os momentos difíceis desses anos. Aos meus queridos amigos, Gabrieli, Luciana, Júlia R., Anna, Jonas e Patrick, que prontamente afirmavam que eu iria conseguir, em cada momento que a insegurança apertava. Por fim, agradeço ao meu companheiro, Guilherme, por cada pequeno detalhe que me auxiliou na produção do trabalho.

Vocês que me acompanharam nestes últimos anos. Meu mais sincero agradecimento.

Sendo a contradição o foco das desigualdades sociais, e o conflito a luta entre as classes sociais, faz-se imprescindível relacionar a luta das mulheres como um movimento legítimo contra as desigualdades, na e com a luta da classe trabalhadora.

(CISNE, 2022, p. 4)

RESUMO

IDENTIFICAÇÃO E COMPORTAMENTO DA FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL E NO MÉXICO (2000 – 2010)

AUTORA: Evelyn Taiuane Sonnenstrahl Guarda

ORIENTADORA: Profa. Dra. Rosana Soares Campos

A feminização da pobreza é comumente discutida em torno de uma comparação entre a pobreza feminina e a pobreza masculina. No entanto, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2005) identificou esse comportamento como *sobre-representação* da pobreza. A feminização da pobreza é identificada independentemente da variação masculina, pois diz respeito ao aumento de mulheres nos índices de pobreza independente dos homens. Utilizando do método comparativo, a presente pesquisa propõe-se a identificar a feminização da pobreza e o seu comportamento entre os anos de 2000 e 2010 em dois fortes Estados latino-americanos: Brasil e México. A hipótese apresentada é que houve feminização da pobreza nos dois países, independentemente da diminuição da pobreza e que há, ao menos, *sobre-representação* (mais mulheres pobres do que homens). As variáveis independentes desta pesquisa são: a desigualdade de gênero, reflexo de uma estrutura política patriarcal; e o neoliberalismo, que atua como cenário econômico e político dos Estados em análise. As variáveis intervenientes, que atuam como agentes intensificadores do problema, são: o desemprego, porque constitui a pior situação para a classe trabalhadora; a informalidade, pois a falta de direitos e o condicionamento a trabalhos precários inviabiliza a saída da linha da pobreza; a “chefia” do lar, pois as mulheres têm salários inferiores e realizam dupla jornada de trabalho, havendo, portanto, desigualdades ao relacionar com os domicílios que têm a principal fonte renda advinda de um homem; e cor/raça, devido à herança racista contra pessoas pretas e indígenas, somado ao patriarcado, que marginaliza as mulheres, sobretudo pretas e indígenas. Por fim, a variável dependente é a própria feminização da pobreza, porque é a condição encontrada. Considera-se que, dentro de um cenário neoliberal, a desigualdade de gênero, atuando a partir do mercado de trabalho, condiciona mais mulheres à pobreza. Na década de 2000, Brasil e México passaram por um período de mudança política; no entanto, constituem uma mesma agenda: o neoliberalismo. Diferencia-se o passo mais conservador do México, com a entrada de Felipe Calderón no poder, e a guinada à esquerda, com o eleito Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência brasileira. A análise elaborada nesta pesquisa evidencia a existência da desigualdade de gênero, a invisibilidade de dados com recorte de gênero/etnia e que a pobreza afeta os homens em maior proporção. Com a finalidade de identificar a feminização da pobreza, os agentes teóricos abordados são o gênero e a pobreza. A análise histórica da política e da economia dos dois Estados é realizada a fim de representar o cenário no qual o comportamento da feminização é analisado. Por fim, os dados empíricos analisados são das variáveis intervenientes, consideradas agentes potencializadores do processo de feminização da pobreza.

Palavras-chave: Feminização da pobreza. Mercado de Trabalho. Brasil. México. Sobre-representação.

ABSTRACT

Identification and Behavior of the Feminization of poverty in Brazil and Mexico (2000 – 2010)

AUTHOR: Evelyn Taiuane Sonnenstrahl Guarda

ADVISOR: Profa. Dra. Rosana Soares Campos

The feminization of poverty is commonly discussed in terms of a comparison between female poverty and male poverty. However, the Institute of Applied Economic Research (IPEA) (2005) identified this phenomenon as the overrepresentation of poverty. The feminization of poverty is identified independently of male variation, as it refers to the increase of women in poverty rates regardless of men. Using a comparative method, this research aims to identify the feminization of poverty and its behavior between the years 2000 and 2010 in two strong Latin American states: Brazil and Mexico. The hypothesis presented is that there was feminization of poverty in both countries, regardless of poverty reduction, and that there is at least overrepresentation (more poor women than men). The independent variables in this research are: gender inequality, reflecting a patriarchal political structure; and neoliberalism, which acts as the economic and political backdrop of the states under analysis. The intervening variables, which act as intensifying agents of the problem, are: unemployment, as it constitutes the worst situation for the working class; informality, as the lack of rights and the dependence on precarious work make it difficult to escape poverty; female household headship, as women earn lower wages and have a dual work burden, resulting in inequalities when compared to households where the primary source of income comes from a man; and race/ethnicity, due to the racist legacy against black and indigenous people, combined with patriarchy that marginalizes women, especially black and indigenous women. Finally, the dependent variable is the feminization of poverty itself because it is the condition found. It is considered that within a neoliberal scenario, gender inequality, acting through the labor market, conditions more women to poverty. In the 2000s, Brazil and Mexico went through a period of political change; however, they share the same agenda: neoliberalism. The more conservative step taken by Mexico with Felipe Calderón coming to power differs from the leftward turn with Luiz Inácio Lula da Silva elected as the president of Brazil. The analysis conducted in this research highlights the existence of gender inequality, the invisibility of data with gender/ethnicity breakdown, and that poverty affects men to a greater extent. In order to identify the feminization of poverty, the theoretical agents addressed are gender and poverty. The historical analysis of the politics and economy of both states is carried out in order to represent the scenario in which the feminization behavior is analyzed. Finally, the empirical data analyzed are the intervening variables considered as potential agents in the process of feminization of poverty.

Keywords: Feminization of poverty. Job market. Brazil. Mexico. Over-representation.

LISTA DE FIGURAS, TABELAS E QUADROS

Quadro 1 –	Conceitos de pobreza.....	31
Quadro 2 –	Conceitos de gênero.....	42
Quadro 3 –	Identificação da pobreza feminina	47
Quadro 4 –	Relação dos conceitos	49
Figura 1 –	Momentos políticos e econômicos do Brasil e México (1990 – 1999).....	60
Figura 2 –	México: Taxa de desemprego (2000 – 2006) (Em%).....	66
Figura 3 –	México: Taxa de informalidade (2000 – 2006) (Em%).....	67
Figura 4 –	México: População em situação de pobreza (2000 – 2006) (Em%).....	68
Figura 5 –	Brasil: Taxa de desemprego (2001 – 2006) (Em%).....	74
Figura 6 –	Brasil: Taxa de informalidade (2001 – 2006) (Em%).....	75
Figura 7 –	Brasil: Pessoas abaixo da linha da pobreza (2001 – 2006) (Em %).....	76
Figura 8 –	México: Taxa de desemprego (2006 – 2010) (Em %).....	79
Figura 9 –	México: Taxa de informalidade (2006 – 2010) (Em%).....	80
Figura 10 –	México: População em situação de pobreza (2006 – 2012) (Em%).....	81
Figura 11 –	Brasil: Taxa de desemprego (2006 – 2009) (Em %).....	84
Figura 12 –	Brasil: Taxa de informalidade (2006 – 2009) (Em%).....	85
Figura 13 –	Brasil: Pessoas abaixo da linha da pobreza (2006 – 2011) (Em%).....	87
Quadro 5 –	Políticas adotadas pelo PT e PAN no Brasil e México (2000 – 2010).....	88
Figura 14 –	México: População em situação de pobreza (1992 – 2010) (Em%).....	90
Figura 15 –	Brasil: População em situação de pobreza (1992 – 2009) (Em%).....	91
Figura 16 –	População em situação de pobreza (2000 – 2010) (Em%).....	95
Figura 17 –	Taxa de desemprego entre mulheres e homens (2000 – 2010) (Em%.....)	97
Figura 18 –	População desocupada em situação de pobreza (2000 – 2010) (Em%).....	99
Figura 19 –	Ocupados em setores de baixa produtividade (setor informal) (2000 – 2010) (Em%).....	103
Figura 20 –	População em situação de pobreza ocupados em setores de baixa produtividade (setor informal) (2000 – 2010) (Em%).....	105
Figura 21 –	Chefia de domicílios de casais sem filhos (2000 – 2010) (Em%).....	109
Figura 22 –	Chefia de domicílios de lares unipessoais (2000 – 2010) (Em%).....	110
Figura 23 –	Chefia de domicílios de casais com filhos (2000 – 2010) (Em%).....	111
Figura 24 –	Chefia de domicílios de lares monoparentais (2000 – 2010) (Em%).....	111
Figura 25 –	Pobreza conforme a chefia do lar (2000 – 2010) (Em%).....	112

Tabela 1 –	População e valor do rendimento mensal de pessoas de 10 anos ou mais conforme sexo e etnia (Em R\$).....	116
Figura 26 –	População em situação de pobreza conforme etnia (2000 – 2010) (Em%).....	117
Figura 27 –	Mulheres não indígena ou pretas em situação de pobreza (2000 – 2010) (Em%).....	118
Figura 28 –	Feminilidade da pobreza (2000 – 2010) (Índice).....	119
Figura 29 –	Mulheres em situação de pobreza (2000 – 2010) (Em %)......	120

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
1.1. ESTRUTURA DA PESQUISA.....	19
2. CATEGORIAS DE ANÁLISE: GÊNERO, POBREZA E FEMINIZAÇÃO DA POBREZA.....	22
2.1. OS CONCEITOS.....	22
2.2. POBREZA.....	25
2.3. GÊNERO.....	33
2.3.1. Gênero nas Relações Internacionais.....	37
2.4. FEMINIZAÇÃO DA POBREZA.....	43
2.5. AS CONSIDERAÇÕES.....	48
3. ANTECEDENTES HISTÓRICOS E CONTEXTO POLÍTICO.....	50
3.1. A ANÁLISE.....	50
3.2. GLOBALIZAÇÃO E DEPENDÊNCIA.....	51
3.3. PRECEDENTE HISTÓRICO (1990 – 1999).....	56
3.4. CONTEXTO HISTÓRICO (2000 – 2010).....	62
3.5. AS IMPLICAÇÕES.....	89
4. IDENTIFICAÇÃO E COMPORTAMENTO DA FEMINIZAÇÃO DA POBREZA.....	95
4.1. AS VARIÁVEIS.....	96
4.2. DESEMPREGO.....	96
4.2.1. Pobreza conforme o desemprego.....	99
4.3. INFORMALIDADE.....	101
4.3.1. Pobreza conforme a informalidade.....	105
4.4. MULHERES COMO “CHEFES DE FAMÍLIA”.....	106
4.4.1. Lar sem filhos.....	108
4.4.1.1. Casal.....	109
4.4.1.2. Unipessoal.....	110
4.4.2. Lar com filhos.....	110
4.4.2.1. Biparental.....	110
4.4.2.2. Monoparental.....	111
4.4.3. Pobreza conforme a “chefia do lar”.....	112
4.5. RECORTE ÉTNICO.....	114
4.5.1. Pobreza conforme a etnia.....	117
4.6. INDICADORES DE <i>SOBRE-REPRESENTAÇÃO</i> E FEMINIZAÇÃO DA POBREZA.....	119
4.7. OS DADOS.....	122
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
6. REFERÊNCIAS.....	127

1 INTRODUÇÃO

As mudanças políticas que ocorreram no Brasil e no México na década de 2000 representaram não somente trocas de governo, mas posicionamentos opostos quanto aos princípios de manutenção do Estado. Criaram-se novas políticas externas, novos grupos econômicos e novas agendas políticas. O estudo da década de 2000 é importante para entender o desenvolvimento econômico e social do Brasil e do México nesse período, assim como compreender de que forma as políticas públicas e as mudanças econômicas afetaram a população nos dois países, especialmente as mulheres em situação de pobreza.

O cenário econômico por trás desta pesquisa se resume a Estados neoliberais. Os dois países passaram por uma campanha de aproximação com o livre mercado, que começou a se intensificar nos anos 1990 e seguiu assim até a década analisada. É importante ressaltar que, mesmo que compartilhassem da mesma influência neoliberal, as agendas governamentais foram distintas em casa país. Ou seja, é possível afirmar que não houve a implementação do mesmo modelo de neoliberalismo no Brasil e no México, ainda que fosse a mesma ideologia em sua essência. Essas diferenças serão abordadas com mais ênfase no capítulo 3.

A análise desta pesquisa ocorre através da observação dos cenários do Brasil e do México, considerando as suas semelhanças e diferenças. Brasil e México são duas das maiores economias da América Latina e são países com culturas, tradições e histórias únicas e distintas. Ambos os países têm um papel importante na política regional e global e são membros do G20¹, grupo das maiores economias do mundo. Ao realizar uma pesquisa comparativa entre ambos os países, é possível explorar as semelhanças e diferenças entre eles em várias áreas, como política, economia, cultura e sociedade.

Em termos de política, os dois países têm sistemas políticos diferentes. O Brasil é uma república federativa presidencialista, enquanto o México é uma república constitucional presidencialista. No aspecto econômico, eles são muito diferentes. O Brasil é conhecido por sua agricultura e seus recursos naturais, enquanto o México tem maior foco em manufatura e exportação. As políticas econômicas adotadas por cada país também têm diferenças significativas, incluindo questões como o nível de intervenção do governo na economia, as políticas comerciais e a relação entre os setores público e privado. Em relação à cultura e à sociedade, Brasil e México também têm diferenças significativas. A cultura brasileira é

¹ O Grupo dos Vinte, ou G20, é um conjunto constituído pelos chefes dos bancos centrais e ministros de finanças das 19 maiores economias mundiais, acrescido da União Europeia. Surgiu em 1999 em resposta às diversas crises financeiras que assolaram a década de 1990.

influenciada pela herança africana, europeia e indígena, enquanto a cultura mexicana é influenciada pela herança indígena e europeia.

A história política desses países, que será visitada e aprofundada no capítulo 3, apresenta forte influência neoliberal, sobretudo nos anos 1990, mas essa agenda continuou sendo seguida nos anos seguintes. A desigual divisão das riquezas observada nesse cenário processa fatores capazes de agravar os índices de pobreza. Dentre eles, é cabível mencionar a fraca economia da região, consequência de diferentes governos neoliberais, carência de oportunidades, dificuldade no acesso à educação e poucas medidas realmente eficientes de combate à pobreza — pois tratam sintomas, não a causa. As crises econômicas, juntamente com as mudanças políticas, tornaram-se marcos na década de 1990, apresentando consequências ao mercado de trabalho. Com o declínio na oferta de trabalho e o aumento da demanda por empregos, a falta de recursos foi se tornando cada vez mais presente nas casas brasileiras e mexicanas. A partir dos anos 2000, as medidas de combate à pobreza começaram a ser visíveis na região.

Na economia externa, foram criados blocos econômicos. O Brasil iniciou sua jornada junto ao BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), e o México com o MIST (México, Indonésia, Coreia do Sul e Turquia) — que acabou não alcançando a mesma relevância do BRICS no Sistema Internacional — e o NAFTA (*North American Free Trade Agreement* — Acordo de livre-comércio da América do Norte), no qual o papel do México não era de tanto protagonismo quanto no MIST. A aproximação do México com o Canadá e os Estados Unidos da América (EUA) foi marcada por um agravamento na dependência mexicana em relação aos outros dois países. Por outro lado, o Brasil se aproximou economicamente da China, que se tornou um dos seus principais parceiros comerciais. Essa proximidade pode ser considerada a primeira diferença entre Brasil e México. Nesse período, a China se apresentava no Sistema Internacional como uma potência, e essa nova posição chinesa era causa de uma possível sensação de ameaça à hegemonia estadunidense. Ao contrário do México e do Brasil, os EUA e a China não compartilham exatamente do mesmo modelo econômico.

No entanto, é pertinente destacar uma segunda distinção entre os países aqui estudados: o cenário político. Com o início do Governo Lula, o Brasil se destaca como um novo Estado progressista na América Latina. Durante a mesma década, o México implementou políticas de cunho ainda mais restritivas com Vicente Fox Quesada e Felipe Calderón.

Além do modelo econômico, uma outra semelhança verificada entre Brasil e México são os índices de pobreza. Nos dois países, a pobreza se mostrou reduzir. No Brasil, desde a cartilha de campanha eleitoral do então candidato Lula, o governo mostrou interesse diminuir

ao máximo o índice da população abaixo da linha da pobreza. No México, não houve uma campanha de medidas sociais como no Brasil, mas Calderón se comprometeu a reduzir o desemprego, intitulando-se de “*O Presidente do Emprego*”. Fox, por sua vez, como principal medida de seu governo, priorizou a política externa de aproximação econômica com os Estados Unidos e o Canadá. Ainda sobre esse cenário, na década de 1990 observou-se o aumento dos índices de pobreza. Já entre 2000 e 2010, a pobreza apresentou queda. Essas considerações valem para os dois países.

Em relação à pobreza feminina, em ambos os países as mulheres enfrentam desigualdades econômicas, sociais e políticas que contribuem para a sua vulnerabilidade à pobreza. No Brasil, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de pobreza entre as mulheres caiu de 37,7%, em 2000, para 29,5%, em 2010. Nesse mesmo período, a taxa de pobreza entre os homens caiu de 26,5% para 24,5%. Isso significa que a diferença entre as taxas de pobreza de homens e mulheres passou de 11,2 pontos percentuais em 2000 para 5 pontos percentuais em 2010.

No México, a taxa de pobreza entre as mulheres também caiu durante a década de 2000, embora num ritmo mais lento do que no Brasil. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística e Geografia (INEGI), a taxa de pobreza entre as mulheres caiu de 44,7%, em 2000, para 42,3%, em 2010, uma redução de 2,4 pontos percentuais. Nesse mesmo período, a taxa de pobreza entre os homens caiu de 40,8% para 38,4%.

É importante ressaltar que esses dados se referem a uma tendência geral ao longo de uma década; ou seja, não capturam, necessariamente, as flutuações de curto prazo que podem ocorrer em períodos mais curtos. Além disso, é importante considerar que a definição de pobreza pode variar entre os países e as fontes de dados, o que pode influenciar as comparações entre os dois países. Além disso, há limitações nas comparações entre os dados do IBGE e do INEGI, já que as metodologias de coleta e análise de dados podem variar entre os países e os anos. É por essa razão que, na análise no capítulo 4, são utilizados os dados estatísticos da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) para os dois cenários.

Ademais, a pobreza feminina nos dois países também está relacionada a questões como violência de gênero e acesso limitado à educação e aos serviços de saúde. A violência contra as mulheres é um problema discutido em ambos cenários e pode impedir que as mulheres saiam da pobreza. Além disso, a falta de acesso a serviços básicos, como educação e saúde, pode dificultar o acesso das mulheres a oportunidades econômicas e à melhora da qualidade de vida.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2005, considerou a feminização da pobreza no Brasil no período de 1983 a 2003. Destacou-se a diferença entre *sobre-representação* e feminização da pobreza: “o primeiro diz respeito à constatação de uma maior pobreza entre as mulheres ou famílias por elas chefiadas em um determinado momento, o segundo refere-se a mudanças ocorrendo entre dois pontos na história” (COSTA; PINHEIRO; MEDEIROS; QUEIROZ, 2005, p.5). Em conclusão, constatou-se que houve *sobre-representação* da pobreza, mas não foi possível identificar a feminização.

Essa análise é essencial para a formulação do problema de pesquisa. Verifica-se que, na década de 1990, houve aumento da pobreza no Brasil; no entanto, não houve feminização da pobreza (COSTA, *et al*, 2005). Com essa diferença nos índices, conclui-se que a feminização da pobreza e a pobreza são fenômenos distintos. Conforme dados da CEPALSTAT, o banco de dados estatísticos da CEPAL, ao contrário dos anos 1990, a pobreza diminuiu no Brasil e no México no período de 2000 a 2010.

Portanto, há a possibilidade de haver feminização da pobreza independentemente da redução da pobreza. A partir dessa condição, é elaborada a pergunta a ser respondida nesta pesquisa: É possível verificar um processo de feminização da pobreza no Brasil e no México no período de 2000 a 2010? E, se sim, como o fenômeno se comporta nos dois países? A hipótese é que, considerando o cenário econômico e político da região, houve feminização da pobreza nos dois cenários, mesmo que as coordenadas políticas se diferenciem. Essa hipótese se baseia no histórico racista, patriarcal e capitalista da região.

O neoliberalismo não prioriza a equidade econômica da comunidade, pelo contrário: em sua essência, ele prioriza os indivíduos. No entanto, a pobreza entre as mulheres, seja a feminização ou *sobre-representação*, é um problema coletivo que deve ser combatido para cada uma das mulheres, sem distinção. Outra justificativa para a hipótese considera que, nos países analisados, faltam políticas públicas para a redução da pobreza realmente efetivas e voltadas para mulheres, assim como políticas públicas para a diminuição da desigualdade de gênero.

Para responder ao problema de pesquisa, desenvolveu-se um objetivo geral e três objetivos específicos. Primeiro, utilizando o método comparativo, a presente pesquisa tem o objetivo de identificar a feminização da pobreza, assim como o seu comportamento no Brasil e no México. Para isso, serão utilizadas as mesmas variáveis para analisar o fenômeno nos dois cenários: desemprego, “chefia” do lar, informalidade e etnia. Com essa perspectiva, pretende-se exibir as diferenças e as semelhanças entre o cenário político e econômico dos países, com a

finalidade de comparar os seus reflexos na feminização da pobreza e, até mesmo, na *sobre-representação*.

Com a finalidade de dar suporte à pesquisa e cumprir o objetivo geral, os objetivos específicos se dividem em:

- a) Analisar os principais conceitos que embasam a pesquisa (gênero e pobreza), a fim de compreender essa relação sob a perspectiva das Relações Internacionais;
- b) Apresentar a feminização da pobreza como fenômeno e objeto desta pesquisa através de estudos já realizados acerca do tema, inclusive os que contemplem pesquisas em território latino-americano, sobretudo no Brasil e no México;
- c) Revisar o cenário político e econômico do período de 2000 a 2010;
- d) Identificar e analisar o comportamento da feminização da pobreza no Brasil e no México através das variáveis intervenientes: desemprego, informalidade, “chefia” do lar e etnia.

Para o desenvolvimento, é necessário realizar um desenho metodológico. A presente pesquisa é do tipo descritivo e explicativo e, como já mencionado, busca identificar o fenômeno da feminização da pobreza no Brasil e no México.

Por esse viés, identificam-se as outras categorias de variáveis: variável dependente e variável independente. A variável dependente é a feminização da pobreza, fenômeno analisado neste estudo. As variáveis independentes são duas: a) o cenário econômico que atua nos Estados em análise, a saber, o neoliberalismo; e b) a estrutura política baseada no patriarcado, ou seja, desigualdade de gênero.

Posto isso, opta-se pelo método comparativo. Conforme Fachin (2001), esse método trabalha na investigação de fatores e sua explicação, a partir de semelhanças e diferenças. Conforme Lijphart (1971), existem quatro técnicas para a verificação comparativa: a) método experimental; b) método estatístico; c) método comparado; e d) método histórico, sempre propondo a investigação empírica das variáveis selecionadas.

Por sua vez, para Sartori (1991), comparar significa confrontar um sistema com o outro. Para a aplicação desse método, não é necessário que os agentes sejam similares. Os sistemas menos parecidos podem se diferenciar em tudo, menos do fenômeno investigado. Pelo contrário, quando os sistemas são similares, geralmente são encontradas distinções em apenas

uma das variáveis analisadas. Com essa perspectiva, é necessário estabelecer um padrão de comparação e definir as partes a serem analisadas, identificando as semelhanças e as diferenças.

O método comparativo trabalha na investigação dos potencializadores de um determinado problema e na explicação de suas causas. Por essa perspectiva, será elaborada uma análise dos mesmos indicadores em cada um dos países, e o comportamento da feminização da pobreza será identificado através dos indicadores.

Dessa forma, os procedimentos utilizados para esta pesquisa são: análise documental, revisão bibliográfica e estatística descritiva. Para isso, as fontes de dados serão estudos publicados pelo IPEA, relatórios estatísticos da CONEVAL, dados do IBGE, anuários estatísticos e artigos publicados pela CEPAL. A Teoria Feminista de Relações Internacionais e a Teoria da Dependência darão o embasamento teórico, enquanto a CEPALSTAT, o IBGE, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a CONEVAL serão a base da estatística descritiva.

O uso da Teoria Feminista requer uma abordagem qualitativa, uma vez que o posicionamento das teóricas feministas internacionalistas “problematizam a utilização de métodos quantitativos na disciplina, afirmando que estes tendem a mascarar as relações de poder” (PAIVA, 2014 p. 6). Para contemplar a subjetividade das estruturas de poder, a abordagem qualitativa será realizada a partir de revisão bibliográfica, buscando vasta literatura de autoria feminina e feminista. A revisão terá a finalidade de identificar a feminização da pobreza com base nos seus conceitos, respondendo, assim, à primeira parte do problema de pesquisa.

Por fim, na presente pesquisa, a abordagem quantitativa observa os dados estatísticos (sobretudo o anuário estatístico da CEPAL de 2000 a 2010), que apresentam as variáveis intervenientes, as quais descendem do mercado de trabalho: “chefia”, informalidade e desemprego.

As etapas a serem efetuadas, por capítulos, serão: introdução; aprofundamento dos conceitos teóricos das categorias de análise (pobreza, gênero e feminização da pobreza) no segundo capítulo; revisão histórica (cenário político e econômico) no terceiro; e análise das variáveis (desemprego, informalidade e chefia feminina do lar) no quarto capítulo. Na seção 1.1, observa-se a disposição desses capítulos.

1.1 ESTRUTURA DA PESQUISA

A pesquisa está baseada em um tema feminista e classista, considerando as mulheres como agentes que articulam o Sistema Internacional (SI) e o ambiente doméstico, ocupando um espaço majoritariamente masculino. A importância dessa temática para a linha de pesquisa de Política e Sociedade Internacional está na relevância de se inserir o gênero na agenda de pesquisa de Relações Internacionais (RI) através de uma perspectiva feminista e progressista, assim como na problemática de desigualdades dentro de uma sociedade capitalista, no qual a pobreza é inserida. Por isso, ainda no capítulo 2, é inserida uma discussão sobre o processo de como o capitalismo afetou os países latino-americanos, e a relação entre globalização e dependência é abordada conciliando o que se entende por globalização da pobreza. Para essa perspectiva, utiliza-se o ponto de vista da Teoria da Dependência.

Como mencionado anteriormente, a Teoria Feminista de Relações Internacionais também empresta o seu ponto de vista para esta pesquisa. No campo de RI, o gênero ainda é um conceito em desenvolvimento. Pelo fato de, majoritariamente, haver homens na área, muitos textos ainda tratam o gênero como um sinônimo de feminismo ou de mulher, quando, na realidade, os estudos de gênero podem — e devem — contemplar dois ou mais gêneros (em caso de abordagem não binária). Com essa perspectiva, a construção do gênero dentro do prisma deste estudo é elaborada através dos levantamentos apresentados por Cynthia Enloe e J. Ann Tickner. Consideradas clássicas na Teoria Feminista de RI, as autoras estabelecem uma visão feminista para os assuntos da agenda de Relações Internacionais, diferenciando-se de toda a bibliografia masculinizada e, às vezes, machista que pertence à disciplina.

De acordo com as autoras, o gênero tem relação direta com o que se entende por *poder*. Em RI, o poder pode ser exercido através de determinados agentes e atores do Sistema Internacional. O poder pode ser exercido, por exemplo, através de decisões econômicas e comerciais, como o embargo realizado pelos EUA contra Cuba, ou quando um Estado utiliza de força militar e bélica, gerando conflitos armados e guerras ou ameaçando que isso aconteça.

Em uma perspectiva doméstica, a estrutura do gênero pode ser analisada em inúmeros cenários políticos e sociais. Nesse caso, como uma fragmentação do conceito de feminização da pobreza, o gênero é capaz de evidenciar oportunidades e privilégios exercidos contra a mulher. Ainda com a finalidade de definir a feminização (fenômeno), a pobreza é analisada como segundo fragmento (variável). Com auxílio da literatura latino-americana, a discussão

sobre pobreza e extrema pobreza é elaborada ainda no capítulo 2, tendo em vista verificar do que se trata esse processo de feminizar a pobreza, e não a extrema pobreza.

Como um fator capaz de mensurar o nível de pobreza das pessoas, identifica-se o mercado de trabalho. Dentro desse ambiente, evidenciam-se três indicadores capazes de influenciar a pobreza, sobretudo a feminina: desemprego, informalidade e “chefia” do lar. Todos os três indicadores podem ser visualizados no banco de estatísticas da CEPAL.

Para além dos indicadores, é necessário inserir um recorte étnico para análise. O México tem alta concentração de pessoas com origem indígena, e o Brasil, muito miscigenado, continua, no período em estudo, 51,1% da população autodeclarada preta, parda ou indígena (IBGE, 2010). Um número tão elevado não pode deixar de ser considerado na análise. Somada à desigualdade de gênero, a marginalização que as pessoas não brancas sofrem tem ainda mais poder de diminuir a emancipação econômica das mulheres.

Além dos capítulos de introdução e de conclusão, esta pesquisa se divide em três outros capítulos, que serão apresentados no decorrer desta seção. Com a intenção de apresentar o conceito de feminização da pobreza, no capítulo 2 são trabalhados dois conceitos por trás da feminização: gênero e pobreza. Eles são apresentados como agentes teóricos capazes de definir o que se entende por feminizar a pobreza. Portanto, com a prioridade de identificar a feminização da pobreza enquanto fenômeno, o capítulo 2 aborda a parte teórica.

O histórico político e econômico do Brasil e do México é abordado no capítulo 3, com o objetivo de apresentar o cenário a partir do qual a análise está sendo elaborada. Os marcos políticos e econômicos da década analisada são as transições governamentais nos dois países. Como citado anteriormente, o Brasil alternou para uma guinada à esquerda, enquanto o México deu um passo mais à direita. Mesmo com tal dicotomia, a década seguiu o legado dos anos 1990, com a implementação de medidas neoliberais. Uma característica de governos progressistas é a preocupação com minorias, enquanto os governos conservadores tendem a se distanciar dessas demandas, razão pela qual se justifica a importância do contexto histórico. Apesar dos diferentes posicionamentos, os dois países apresentaram queda nos índices de pobreza. Tendo isso em consideração, o terceiro capítulo elabora uma análise sobre as medidas implementadas e seus resultados dentro do mercado de trabalho, sobretudo nas variáveis anteriormente citadas, identificando os índices estatísticos em cada um dos dois governos do PT, no Brasil, e nos dois governos do PAN, no México.

Finalmente, o capítulo 4 aborda os dados empíricos dos indicadores da CEPASTAT, informalidade, desemprego e “chefia”, considerando a etnia das mulheres. Os dados são

avaliados conforme os índices estatísticos, com a finalidade de investigar a existência e o comportamento da feminização da pobreza em cada cenário.

2. CATEGORIAS DE ANÁLISE: GÊNERO, POBREZA E FEMINIZAÇÃO DA POBREZA

2.1 OS CONCEITOS

Os conceitos que fundamentam esta pesquisa serão teoricamente abordados nesta seção. O propósito inicial é definir os conceitos de pobreza e gênero, a fim de dar embasamento teórico para a conceituação de feminização da pobreza e, dessa forma, torná-la um agente de análise para que possa ser identificada. Nessa direção, a revisão dos conceitos permite elaborar uma explicação para a primeira parte da pesquisa e viabiliza a identificação da feminização da pobreza no Brasil e no México através da análise dos dados.

A pobreza é a primeira categoria a ser analisada. Ela assume um papel de extrema importância neste estudo, pois revela a ausência de recursos experimentada por milhares de pessoas em escala global. Essa falta consiste na privação de recursos necessários para uma vida digna e de bem-estar, sem os quais a vulnerabilidade é maximizada, abrindo margem para o crescimento da desigualdade social (SCALON, 2011).

Essa vulnerabilidade pode ser observada através de três aspectos levantados por Crespo e Gurovitz (2002, p. 4): a sobrevivência, as necessidades básicas e a privação. A sobrevivência é diretamente afetada pela falta recursos, mas os autores alertam que pobreza não significa, necessariamente, não obter bens. Nesse sentido, a privação não se aplica somente a bens materiais, mas a tudo aquilo que é essencial para a sobrevivência como indivíduo/família. Esses indivíduos costumam ter dificuldades para mudar seu *status* econômico e social, devido à privação de oportunidades e à marginalização da periferia.

Ao processo de feminização, a pobreza apresenta um sistema com mais vulnerabilidades às questões das mulheres², o que pode ser entendido de duas formas durante a revisão de literatura. Primeiro, quando é estabelecido um padrão comparativo em relação aos homens. Isso significa que, utilizando como parâmetro um homem e uma mulher com as mesmas características de escolaridade e cargo, observam-se dinâmicas que representam a desigualdade de gênero, a exemplo da desigualdade salarial, do trabalho doméstico etc. A outra forma de

² Em todos os dados qualitativos apresentados no decorrer desta pesquisa, considera-se a identidade de gênero. Os dados cepalinos que correspondem ao período analisado não identificam se a pesquisa efetuada se deu junto a mulheres cis ou trans; logo, compreendem-se todas as mulheres, independente da identidade de gênero. Não se exclui o fato de o preconceito com a comunidade LGBTQIA+ impedir que muitas mulheres transexuais se inseriram no mercado de trabalho. Em sua maioria, as mulheres trans são marginalizadas e pouco se percebe oportunidades para elas. Sendo assim, a feminização da pobreza é um fenômeno que, de fato, não só pode — como deve — ser identificado para além do sexo biológico.

perceber a feminização é o crescimento das mulheres nos índices de pobreza, independente da taxa de homens na pobreza (COSTA *et al.*, 2005). Por esse viés, observa-se dificuldade e privação na obtenção de recursos básicos. O mercado de trabalho é o cenário ideal para exemplificar tais questões: as baixas remunerações, a ausência de direitos trabalhistas, a dupla jornada de trabalho e a desigualdade salarial entre homens e mulheres são fatores que têm seus reflexos nos índices de pobreza. Essa dinâmica presente no setor laboral pode demonstrar se existe ou não uma construção de poder estabelecida de um gênero sobre o outro.

A segunda categoria a ser estudada é o gênero. Em sua abundância de conceitos, nas Relações Internacionais o gênero é considerado como uma estrutura de poder, podendo ser político, econômico, social ou pessoal (ENLOE, 2014). Como já mencionado, no caso da feminização da pobreza, esse poder pode ser destacado não somente na política ou na economia, mas sobretudo no âmbito laboral. Isso sinaliza que a carência de recursos experimentada pelas mulheres tem ligação direta com o mercado de trabalho e como ele exerce sua força sobre as mulheres através de uma estrutura econômica e política.

Essa estrutura está enraizada no patriarcado, pois retrata, com clareza, o domínio do masculino e do neoliberalismo, uma vez que a carência de políticas públicas, a minimização de despesas governamentais e o acúmulo de capital para uma pequena parcela da sociedade são dinâmicas que permitem o aumento da pobreza e da exploração do trabalho. Conforme afirma Connell (2014, p. 12), “se o neoliberalismo tem qualquer teoria social, esta é baseada na economia de mercado, que simplesmente exclui temas como o gênero de seu quadro de interesse”.

Considerando esse pensamento, o histórico neoliberal, político e econômico da América Latina — que será abordado no capítulo 3 — pode revelar o aumento da proporção de mulheres nos indicadores de pobreza. A desigualdade social observada na região demonstra a realidade da escassez de recursos e exhibe a falta de interesse político no combate à pobreza. Conforme o relatório de desenvolvimento humano de 2019 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a América Latina é a região com a maior desigualdade de renda de todo o planeta. Esse comparativo com o cenário mundial justifica a importância de se observar o comportamento econômico e político latino-americano um pouco mais de perto, principalmente o setor laboral.

Com contextos histórico-políticos semelhantes ao longo dos anos, Brasil e México servem como cenário analítico para esse processo. As histórias do Brasil e do México mostram uma forte influência neoliberal, especialmente na década de 1990, seguindo uma agenda

semelhante nos anos posteriores (detalhada no capítulo 3). As crises e as mudanças políticas se tornaram marcos na década de 1990, apresentando consequências para o mercado de trabalho. Com o declínio na oferta de trabalho e com o aumento da demanda por emprego, a falta de recursos foi se tornando cada vez mais presente nos domicílios brasileiros (ANTUNES, 2007) e mexicanos. Apenas nos anos 2000 foi possível verificar um aumento de medidas sensíveis à indignação da população.

A distribuição desigual da riqueza observada nesse contexto processa os fatores capazes de aumentar o índice de pobreza. Entre eles, deve-se mencionar a fragilidade da economia da região, fruto de um governo neoliberal fraco, a falta de oportunidades, as dificuldades de acesso à educação e a ausência de medidas realmente eficazes para combater a pobreza, porque não tratam esses sintomas.

A partir dessas considerações sobre o cenário latino-americano, é possível entender a razão de a América Latina ser apontada como a localidade mais desigual do mundo em termos de renda. De acordo com Mattei (2012, p. 2), a formação de uma região pobre pode ser fruto de “pouco crescimento econômico [...], o qual leva à falta constante de empregos”, como pôde ser observado no Brasil e no México com as recorrentes instabilidades econômicas e crises políticas. A partir da década de 1990, a região passou por muitas mudanças políticas, abrindo espaço para a globalização neoliberal, o que mudou a economia e, por consequência, o mercado de trabalho. Cada vez mais, a informalidade e o desemprego se tornaram a realidade dos trabalhadores latino-americanos (ZICCARDI, 2008). Portanto, as questões relacionadas à precariedade do setor laboral (desemprego, informalidade etc.) estão intrinsecamente ligadas à pobreza. Os grupos mais suscetíveis a ela também são os grupos que encontram maior dificuldade na hora de buscar emprego. Nesses grupos, estão as mulheres, a população preta e indígena (ZICCARDI, 2008) e, cabe ressaltar, pessoas LGBTQIA+ — principalmente antes de os debates sobre identidade e sexualidade entrarem nas agendas governamentais e legislativas.

A conexão entre a pobreza e os estudos feministas acontece a partir da perspectiva de gênero. O campo de estudo dedicado a essa temática abrange desde a identidade até a representatividade. O presente estudo compreende a existência de pesquisas de gênero como essenciais para a universalização das demandas feministas. Dessa forma, esta pesquisa aborda o gênero com foco em teorias feministas e na relação do gênero com o meio social. Esse enfoque é feito partir da visão da Teoria Feminista de Relações Internacionais, com base na obra de Cinthya Enloe e J. Ann Tickner e nas abordagens elaboradas no trabalho de Isadora C. Paiva (2014), identificando a estrutura de poder exercida através do gênero. A importância de

pesquisas com esse recorte corresponde à visibilidade dada às necessidades das mulheres no campo social, político, econômico e laboral.

Considerando a importância dos conceitos, as definições e as problemáticas dentro do que se entende por pobreza e gênero, este capítulo pretende abordar, de maneira teórica, as noções dessas duas categorias, a fim de identificar a feminização da pobreza. Preliminarmente, discorre-se sobre a pobreza e suas concepções, de forma que o seu conceito fique claro na perspectiva de Relações Internacionais, apresentando a globalização e a dependência existente no contexto laboral latino-americano. Em seguida, as discussões de gênero apresentam a Teoria Feminista de RI, delineando o poder como uma estrutura. Finalizando a primeira parte desta pesquisa, com o auxílio das categorias pobreza e gênero, busca-se identificar a feminização da pobreza no Brasil e México na década de 2000.

2.2 POBREZA

No meio acadêmico de pesquisas sobre a pobreza, é possível identificar uma vasta literatura sobre o tema e encontrar muitas formas de explicar o fenômeno. A conceituação, o enfrentamento, a construção e os efeitos da pobreza são problemáticas frequentemente pesquisadas. Sabe-se que, de fato, os estudos sobre a pobreza são fundamentais para entender as dinâmicas sociais em diversos ambientes. Nota-se que a pobreza existe em países ricos e pobres e, muitas vezes, ela é popularmente confundida com desigualdade social. Cada teórico aponta o seu olhar particular para a pobreza (GUTIÉRREZ, 2007). Entre diferentes áreas do conhecimento, a sua conceituação mantém semelhanças, na mesma medida em que varia. A importância de defini-la está associada à preocupação de manter os pobres nas agendas de pesquisa e nas agendas políticas, além de nortear as demandas da população pobre para que haja políticas de redução e de combate à pobreza.

De modo geral, a pobreza é caracterizada pela carência de renda ou de riquezas, ou seja, pela falta de recursos monetários e econômicos (SCALON, 2011; ZICCARDI, 2008; CRESPO; GUROVITZ, 2002). Nesse sentido, quando uma pessoa tem um rendimento menor do que é considerado o mínimo para garantir suas necessidades básicas de vida, presume-se que essa pessoa se encontra em situação de pobreza. Geralmente, estudos que se enquadram nessa perspectiva tendem a relacionar o consumo e a renda de uma pessoa ou de um grupo familiar, a fim de esboçar o quanto (em dinheiro) esse grupo ou essa pessoa tem. Para isso, consideram

os salários, os bens pessoais e o quanto essa família ou indivíduo precisa consumir para suprir as necessidades básicas, ou colocam em evidência a distribuição desigual de renda.

Do mesmo modo que as Relações Internacionais, as Ciências Sociais identificam a pobreza como uma construção social e a entendem como a falta de recursos essenciais para a sobrevivência. Em outras palavras, seria uma “falta de recursos múltiplos que leva à fome e à privação física” (CRESPO; GUROVITZ, 2002, p. 9). Em contrapartida, identificar a pobreza somente pela baixa renda e pela divisão desigual de recursos não a diferencia da desigualdade social (CODES, 2008), razão pela qual é importante aprofundar o tema e as ramificações de causas, efeitos e conceitos que ele gera.

As Relações Internacionais, apesar de não desenvolverem uma teoria específica sobre pobreza (CIMADAMORE; CATTANI, 2007), contemplam as duas definições citadas anteriormente. Nesse sentido, em RI, a pobreza é definida não apenas por uma renda inferior a um mínimo específico, mas também pela privação das capacidades básicas de sobrevivência de cada indivíduo e/ou coletivo, tentando averiguar ambos os fatores como um processo internacional de pobreza.

Conforme Cimadamore e Cattani (2007, p. 10), a pobreza é “um fenômeno complexo em que interage em diferentes processos (econômicos, sociais, políticos, culturais e étnicos), que pode ser analisado em longa, média e curta duração”. Posto isso, educação, moradia, acesso ao sistema de saúde e medicamentos, água potável e alimentação de qualidade podem ser considerados os recursos básicos para a sobrevivência. A falta desses recursos leva o indivíduo ou o grupo à vulnerabilidade social e à ausência de seus direitos básicos, assim como à falta de bem-estar (SCALON, 2011, p. 1).

Para mensurar a pobreza em uma região e entender os seus níveis, é necessário estabelecer padrões de referência. A linha da pobreza e o que se entende por pobreza absoluta e relativa são pontos complementares que auxiliam na caracterização do conceito. Também é relevante compreender os efeitos da feminização da pobreza quando ela se apresenta em situação absoluta ou relativa. Em situação absoluta, a “feminização” condiciona a mulher e/ou seu grupo familiar a se manter abaixo da linha de pobreza, pois os agravantes são ainda mais fortes. Já em situação relativa, a “feminização” precariza mais a mulher e/ou seu grupo familiar, ainda que haja um maior número de recursos.

A fim de entender a ausência desses recursos, são utilizados alguns indicadores. No que diz respeito à renda, estima-se que todo aquele que não ganha o suficiente para cobrir os gastos básicos está em condição considerada “pobreza absoluta”. No Sistema Internacional, isso se

relaciona a “muitos países da América Latina que ainda atingem um grande número de pessoas que mal conseguem garantir sua sobrevivência física” (ZICCARDI, 2008, p. 11). A ausência dos recursos essenciais coloca os pobres em maior vulnerabilidade, suscetibilidade à exploração da força de trabalho, doenças referentes à falta de saneamento e possibilidade de perpetuação da situação familiar por falta de acesso ao sistema educacional. A mudança dessa realidade — que não é natural — é responsabilidade do Estado, que deve agir por via de políticas de combate e redução da pobreza.

A expressão “linha da pobreza” descreve o nível da renda de um indivíduo ou de um grupo familiar que não tem condições financeiras para obter os recursos fundamentais para sobrevivência. Conforme Vinhais e Souza (2006, p. 2):

A definição clara de uma linha de pobreza é o primeiro passo para se determinar o nível de pobreza de um país ou região, permitir comparações entre países ou ao longo do tempo, bem como servir de critério de avaliação de programas sociais.

De acordo com definição do Banco Mundial (2015), estão abaixo da linha da pobreza as pessoas com renda inferior a US\$ 1,90 por dia ou R\$ 140,00 por mês; logo, aqueles que se encontram abaixo dessa linha estão em situação de extrema pobreza. Já no Brasil, de acordo com dados do Governo Federal (2019), adota-se como medida de extrema pobreza uma renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 89,00 por mês. No México, conforme o glossário disponível no *site* da CONEVAL (acessado em 2020), uma pessoa se encontra em situação de pobreza quando sua renda é insuficiente para obter os recursos básicos para viver, de acordo com os seguintes indicadores de Privação Social: atraso educacional, acesso a serviços de saúde, acesso à seguridade social, qualidade e espaços de moradia, serviços básicos de moradia e acesso a alimentos. Logo, a medição dessa linha no México acontece quando

[...] uma pessoa [...] possui três ou mais deficiências, em seis possíveis, dentro da taxa de Privação Social e que, além disso, está abaixo da linha mínima de bem-estar. Pessoas nesta situação têm uma renda tão baixa que, mesmo que se dediquem integralmente à compra de alimentos, não conseguiriam adquirir os nutrientes necessários para uma vida saudável. GLOSSÁRIO CONEVAL - livre tradução. Disponível em: coneval.org.mx/Medicion/Paginas/Glosario.aspx. Acesso em: 05 nov. 2020.

Dessa forma, de acordo com tais parâmetros, no Brasil, estão abaixo da linha da pobreza 24,7% dos brasileiros (IBGE, 2019), ao passo que, no México, a porcentagem populacional de

indivíduos abaixo da linha da pobreza é de 46,2%, conforme consta no site da *Central Intelligency Agency* (CIA), a partir de dados de 2014, e no site do Index Mundi (2019).

No que diz respeito à pobreza relativa, Ziccardi (2008) aponta que ela pode ser vista como um padrão de vida que geralmente é aceito numa sociedade por um determinado tempo, de acordo com a distribuição de recursos, mas não de renda. A autora associa essa pobreza à pobreza urbana, uma vez que, “nos espaços urbanos, é mais difícil prevalecer em situações generalizadas de pobreza absoluta, se para tal entende-se falta de comida, água, roupa, educação, saúde, um lar precário” (ZICCARDI, 2008, p. 11, livre tradução). Nesse sentido, a autora justifica que a pobreza tende a ser menos invasiva nas cidades, pois é nelas que se encontram alguns conjuntos de bens coletivos, como acesso à educação, à saúde e, em alguns casos, ao lazer.

Quando uma pessoa ou um grupo familiar tem o mínimo necessário para sobreviver, é considerado que essa pessoa ou esse grupo está em situação de pobreza relativa. No entanto, essa definição varia conforme o contexto social, pois os indivíduos em situação de pobreza relativa precisam participar dos protocolos sociais existentes na sociedade em questão. Essa pobreza tem uma relação direta com a desigualdade na distribuição de renda; em outras palavras, é uma “situação em que o indivíduo, quando comparado a outros, tem menos de algum atributo desejado, seja renda, sejam condições favoráveis de emprego ou poder” (CRESPO; GUROVITZ, 2002 p. 4). Um processo de feminização da pobreza num cenário de pobreza relativa indicaria maior precarização na obtenção de recursos obtidos por uma mulher pobre, sobretudo uma mulher “chefe” de família³. Em suma, entende-se por pobreza relativa uma situação em que o indivíduo/grupo tem condições básicas para sobreviver, mas não se enquadra no padrão social daquela sociedade.

Por pobreza absoluta, entende-se que o indivíduo ou o grupo se encontra em um nível abaixo do rendimento mínimo. Esse nível impossibilita o suprimento do mínimo fundamental para viver, como alimentação, saúde, educação e água potável. Seguindo o mesmo raciocínio anterior, Ziccardi (2008) associa a pobreza absoluta à pobreza rural e argumenta: “é um estado de profunda privação em que os cidadãos não têm acesso garantido aos bens básicos: alimentação, educação, saúde, habitação” (ZICCARDI, 2008, p.11 – livre tradução). Nesse sentido, o acesso aos recursos conjuntos seria ainda mais difícil, seja pela localização

³ As expressões “*chefe* de família”, “*chefia* feminina do lar” ou “domicílios *chefiados* por mulheres” são expostas nesta pesquisa com base na nomenclatura do indicador encontrado nos bancos de dados estatísticos da CEPAL. Os domicílios que possuem renda apenas de uma mulher (ou quando essa renda é o principal provedor) são agrupados em um conjunto de dados para analisar a estrutura de lares que têm renda feminina em relação aos que têm renda masculina. Não há qualquer intenção além de referenciar o indicador cepalino.

geográfica, seja pelas demandas pessoais, que muitas vezes inviabilizam a opção de estudar, pois as pessoas precisam trabalhar para sobreviver. A falta de recursos e de oportunidades são os principais fatores para a existência dessa categoria de pobreza. Nesse contexto, a feminização da pobreza se apresentaria de maneira a condicionar a mulher pobre a se manter abaixo da linha da pobreza.

A autora Ana Luiza Machado de Codes, em um trabalho publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2008, apontou a evolução do pensamento científico sobre a pobreza e separou esse avanço em quatro dimensões. A primeira se refere à subsistência, que atualmente está relacionada à pobreza absoluta. Esse viés se importa com o suporte das questões básicas para a sobrevivência física de um indivíduo. O termo subsistência surgiu na Inglaterra por volta da década de 1890 e voltou a ser pauta após a Segunda Guerra Mundial. A subsistência mede a pobreza através do mínimo necessário para a sobrevivência alimentícia⁴. Dessa forma, as medidas criadas para auxiliar a diminuição da pobreza eram baseadas em auxílios em forma de cestas básicas ou de dinheiro equivalente.

No entanto, essa dimensão é alvo de algumas observações. Por um viés crítico, a fome é vista como um sintoma de um sistema político com grande desigualdade social de acúmulo de riqueza por uma parcela pequena da população. Logo, se essa causa do problema não for tratada, os sintomas podem retornar. Outra observação é feita por Codes: “argumenta-se que as pessoas não são somente organismos individuais que requerem a reposição de suas energias corporais, mas seres sociais, que desempenham papéis de trabalhadores, cidadãos, pais, parceiros, vizinhos e amigos” (CODES, 2008, p. 12). Ou seja, trata-se de manter uma pessoa que apenas sobrevive, quando, na verdade, os trabalhadores produzem aquilo que devem ter o direito de consumir. Ademais, o acesso a serviços básicos, como saúde, educação, moradia, alimentação, água potável, higiene, transporte público, cultura e lazer, também é um fator importante para a sobrevivência das pessoas. Tendo isso em vista, aponta-se a próxima dimensão.

A segunda dimensão diz respeito às necessidades básicas. Pontuam-se dois grupos que compõem essa dimensão: o privado e o comunitário, como já exemplificados anteriormente. As necessidades básicas enfatizam “os recursos mínimos requeridos pelas comunidades locais em duas tonalidades, e não apenas necessidades de sobrevivência e eficiência de indivíduos e famílias” (CODES, 2008, p. 13). Portanto, elas são consideradas uma extensão do que se

⁴ É possível relacionar a pobreza alimentícia com a pobreza absoluta, uma vez que a falta de acesso à alimentação representa uma grave falta de recursos básicos para a sobrevivência. A pobreza relativa pode ser representada pela pobreza patrimonial, que também apresenta a falta de recursos, mas não condicionam estritamente à escassez.

entende por subsistência, mas sob uma perspectiva econômica. Desse modo, é uma dimensão que se preocupa com salários que forneçam o mínimo vital, auxílios à população carente e crescimento econômico para os países pobres.

Em seguida, a terceira dimensão apontada por Codes (2008) é a privação relativa. Como o próprio nome indica, refere-se à pobreza relativa e é constituída por indicadores de pobreza ainda mais amplos:

A pobreza é definida em função do contexto social em que se vive, a partir da consideração do padrão de vida e da maneira como as diferentes necessidades são supridas em uma dada realidade socioeconômica. A pobreza relativa é estabelecida, portanto, por comparação: o fenômeno é entendido como um estado de carência relativamente a outras situações sociais com que é confrontado. Ser pobre significa não ter os meios necessários para agir de modo satisfatório no conjunto social em que se vive (ROCHA, 1997). Mais precisamente, dentro da concepção de privação relativa, as pessoas pobres são aquelas que não podem obter, de todo ou suficientemente, recursos e condições de vida (alimentação adequada, conforto e serviços) que lhes permitam desempenhar papéis, participar de relacionamentos e seguir o comportamento que lhes é esperado enquanto membros da sociedade. (CODES, 2008, p. 15).

Nesse contexto, definir a pobreza somente pela baixa renda ou pela carência alimentar não supre todas as condições que tornam uma pessoa, uma família ou uma comunidade pobre. Essa dimensão reforça a importância de entender o contexto e os cenários locais para reduzir a causa da pobreza, e não os seus sintomas. Codes (2008) aponta que, para que uma pessoa atue na sociedade em que está inserida, é preciso levar em conta as demandas políticas, econômicas e sociais, assim como garantir que essa pessoa tenha recursos suficientes para exercer essa atuação. No entanto, esses recursos não podem ser puramente concentrados na baixa renda, pois isso não diferenciaria a pobreza da desigualdade social (CODES, 2008, p. 17). Novamente, evidencia-se a importância de entender o contexto político e social de cada região.

A quarta e última dimensão da evolução do pensamento científico sobre a pobreza é a privação de capacidades básicas. Esse viés também é crítico à pobreza conceituada como baixa renda, visto que “não é a escassez de bens que gera a miséria e a fome, mas a incapacidade de obtê-los” (CODES, 2008, p. 20). No entanto, não se opõe a ela já, que considera a capacidade para trabalhar essencial, pois é através do trabalho que se obtém a capacidade de compra de alimentos e bens materiais.

De acordo com Codes (2008) e Amartya Sen (1999) — um autor que muito contribuiu para o desenvolvimento da perspectiva de capacidades — defende que essa concepção aumenta

o entendimento da pobreza, pois não foca nos sintomas da privação, mas nas causas dessa privação. À vista disso, é importante entender que a relação entre baixa renda e as baixas capacidades variam conforme os cenários. Codes (2008, p. 21) aponta quatro aspectos importantes para entender essa variação:

- a) Idade, gênero, papéis sociais (maternidade e outras obrigações familiares), localização (urbana ou rural), atmosfera epidemiológica (controle de doenças na região);
- b) Renda e capacidade de convertê-la em rendimentos;
- c) Distribuição de renda intrafamiliar;
- d) Privação relativa em renda, podendo gerar privação absoluta em capacidades.

Esses quatro aspectos apontam variações que, conforme o ponto de vista das capacidades, beneficiam ou prejudicam a competência de obtenção dos recursos necessários para não se manter na pobreza. Ou seja, a obtenção de recursos varia de acordo com a capacidade que cada grupo ou indivíduo tem de obtê-lo.

Logo, nota-se que a pobreza é multifacetada e evoluiu abrangendo diversas questões, mas sempre preocupada com as necessidades e o bem-estar das pessoas, considerando aspectos como carência de riquezas, carência de recursos, renda inferior a um mínimo, falta de acesso às necessidades básicas e privação de capacidades.

Quadro 1 – Conceitos de pobreza

(continua)

Quadro 1 – Síntese de conceitos: pobreza				
Autor	Conceito	Pobreza absoluta	Pobreza relativa	Linha de Pobreza
Codes (200)	Refere-se a um fenômeno complexo e multidimensional com aspectos materiais (renda, moradia, alimentação etc.) e intangíveis (relações sociais, cultura, identidade etc.). Para Codes, é importante entender a pobreza como um fenômeno, não apenas economicamente.	Falta de acesso aos bens e serviços necessários para uma vida digna. A pobreza relativa é uma questão secundária para a autora, pois a garantia das condições básicas de sobrevivência deve ser a prioridade.	Codes reconhece a importância da pobreza relativa como medida de desigualdade social e econômica. Mas, conforme a autora, é preciso enfatizar a garantia de um padrão de vida básico para todos.	Codes não utiliza a linha de pobreza como medida, mas um conjunto de indicadores com base nas necessidades básicas para a sobrevivência humana.

Quadro 1 – Conceitos de pobreza

(conclusão)

Quadro 1 – Síntese de conceitos: pobreza				
Autor	Conceito	Pobreza absoluta	Pobreza relativa	Linha de pobreza
Ziccardi (2008)	É uma condição social que resulta da exclusão do acesso aos bens e serviços necessários para uma vida digna, como moradia, saúde, educação, cultura, lazer, entre outros. Ziccardi destaca que a pobreza não é apenas um problema individual, mas um fenômeno estrutural, resultado das desigualdades e da concentração de riqueza e poder.	Falta de acesso aos bens e serviços básicos para uma vida digna, enquanto a pobreza relativa está relacionada à exclusão social e à desigualdade estrutural.	A pobreza relativa é um conceito importante para medir as desigualdades sociais e econômicas, mas deve ser complementado com outras dimensões, como a participação política e a cidadania.	Ziccardi utiliza a linha da pobreza como um indicador de medição, mas reconhece que essa medida é limitada e deve ser complementada por outras dimensões
Crespo e Gurovitz (2002)	Trata-se de um fenômeno que relaciona a falta de recursos materiais e econômicos e a falta de oportunidades e acesso a serviços básicos, como saúde, educação e emprego. Os autores destacam a importância de se pensar em políticas públicas que levem em conta a complexidade da pobreza, considerando tanto suas causas estruturais quanto as condições de vida das pessoas.	Falta de acesso aos recursos básicos para uma vida digna, como moradia, alimentação, saúde e educação.	Crespo e Gurovitz defendem a importância da pobreza relativa como um indicador de desigualdade e exclusão social, que leva em conta a dimensão subjetiva do fenômeno.	Crespo e Gurovitz utilizam a linha da pobreza como um indicador para medir a pobreza, mas reconhecem que essa medida é limitada e deve ser complementada por outras dimensões.

Fonte: Elaborado pela autora.

Todos esses apontamentos são ou foram objetos de análise para identificar a pobreza. Os autores concordam que a pobreza é indicada através de um mínimo necessário para a sobrevivência e a qualidade de vida humana. Porém, outros fatores também são considerados na análise da pobreza, como a distribuição de renda, o acesso a serviços públicos e privados, e as condições de moradia e o emprego. A definição de pobreza pode variar entre culturas e contextos históricos, mas geralmente é entendida como a falta de recursos suficientes para atender às necessidades básicas de um indivíduo ou de uma família.

O pensamento científico em torno desse tema evoluiu no decorrer dos anos, como Codes (2008) explicou em sua pesquisa. Ademais, ainda que exista marginalização da população pobre, as políticas de redução da pobreza evoluíram a ponto de adicionar a pobreza na agenda de campanha de candidatos políticos. A renda e o cumprimento do salário mínimo também se tornam uma preocupação para os partidos políticos, principalmente os defensores da classe trabalhadora. O acesso e a administração das capacidades tendem a ser uma pauta a avançar, tornando comum que, em espaços de defesa da população pobre, o cumprimento das necessidades básicas seja um direito das pessoas, que o poder público tem a obrigação de garantir.

2.3 GÊNERO

Sendo o gênero uma categoria de análise essencial para contemplar a problemática da feminização da pobreza, esta seção tem como objetivo apresentar as discussões em torno do tema. Previamente, é importante destacar que gênero, em seu conceito primário, foi idealizado exclusivamente para a diferenciação entre feminino e masculino ou homem e mulher (SCOTT, 1995). Não obstante, com o desenvolvimento dos estudos de gênero, ele é analisado como uma maneira de diferenciar o sexo biológico das demandas subjetivas. Posteriormente, passou a ser visto como uma estrutura de poder que pode ser exercida em diferentes níveis e setores sociais, desde o doméstico até o internacional, como veremos no decorrer desta seção. Ademais, para a presente pesquisa, também é importante identificar a estrutura do gênero no Sul Global.

A partir de um viés pós-estruturalista, a historiadora Joan Scott articula uma forma de pensar o gênero fugindo da dicotomia homem-mulher ou masculino-feminino e buscando entender ainda mais a subjetividade por trás desse conceito. A autora entende que, inicialmente, o gênero surgiu como um meio de “ênfatar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (SCOTT, 1995, p. 72). No entanto, entende-o, sobretudo, como uma categoria que permite conhecer as diferenças. A autora explica que sua

[...] definição de gênero tem duas partes [...]. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. (SCOTT, 1995, p. 86).

O gênero seria, portanto, uma categoria social que foi imposta sobre um corpo sexuado, mesmo que o seu uso rejeite as questões biológicas. Com essa definição, Scott (1995) complementa que, para conceituar o tema, é importante entender questões sobre identidade, símbolos culturais, conceitos normativos e organização social, conforme propõe em sua primeira proposição.

Em sua perspectiva, gênero também é uma forma de significar o poder, pois considera que ele revela a estrutura no qual o poder é articulado. Nesse sentido, o poder é exercido por uma dinâmica que relaciona o problema patriarcal do homem sobre a mulher em sua mais profunda estrutura. Há muitos indicadores capazes de representar esse poder. Um sistema político, por exemplo, é geralmente composto por, majoritariamente, homens. Entende-se, então, que a dinâmica de poder exercida no âmbito político diz respeito ao gênero.

Já no âmbito acadêmico, tornou-se comum que o gênero estivesse associado aos estudos feministas e, muitas vezes, fosse um “sinônimo” de “mulheres” — sobretudo nos estudos contemporâneos (SCOTT, 1995). Por outro lado, nesse mesmo meio, o termo aparece com a proposta de dar visibilidade às diferenças e como uma alternativa ao “sexo”, pois o sexo estabeleceria um padrão comparativo de viés puramente biológico (RUBIN, 2003). Porém, se o sexo indica fatores biológicos, o gênero indica o quê?

Pelo viés pós-positivista, o gênero faz parte de um conjunto de temas que exploram a subjetividade. As regras sociais, os protocolos sexuais, o conceito de identidade e a binariedade são os mais recentes pontos estudados sobre a temática. Os papéis de gênero são evidenciados a todo o momento dentro da sociedade, sendo possível identificar pelo menos três discursos sociais que evidenciam a construção de papéis de gênero: a) uma dupla jornada de trabalho das mulheres, quando elas exercem atividade remunerada e ainda lidam com as tarefas domésticas; b) a “chefia” feminina do lar (geralmente ligada aos homens), com o agravante da desigualdade salarial; e c) o desemprego, quando as mulheres exercem apenas as tarefas domésticas. Para essa observação, os exemplos utilizados foram baseados nas variáveis da pesquisa.

A partir dessa percepção, é possível destacar que o gênero tem uma dinâmica de poder no setor laboral; logo, ele pode condicionar as mulheres à pobreza. Essa estrutura é indicada a partir do reconhecimento de que as mulheres estão mais suscetíveis a receber salários menores que os homens ou mais expostas a trabalhos informais, precários e temporários, do mesmo jeito que as famílias “chefiadas” por mulheres correm mais risco de vulnerabilidade social e econômica. Enquanto as mulheres forem grande parte da população desempregada, essa dinâmica pode se acentuar ainda mais.

A América Latina concentra grande parte da população feminina dentro dos três discursos sociais supracitados. O Brasil e o México apresentam dados preocupantes quanto à relação das mulheres com o mercado de trabalho, os quais serão apresentados no capítulo 3.

A nacionalidade e as formas de retratar o gênero dentro dos recortes políticos e culturais se apresentam como fatores de interesse para os estudos voltados ao tema, principalmente quando se tem o interesse de enfatizar a importância de pensar o gênero por uma perspectiva do Sul Global (CONNELL, 2014). Connell (2014) propõe uma abordagem mais pluralista e contextualizada para entender as experiências de gênero no Sul Global, argumentando que as perspectivas ocidentais tendem a ser limitadas, ignorando as diferenças culturais e históricas. A autora aponta que a imposição de modelos ocidentais de masculinidade e feminilidade pode ter consequências negativas para as pessoas e comunidades no Sul Global. Ainda, destaca a importância de levar em conta de que forma fatores como classe social, etnia, religião e orientação sexual moldam as experiências de gênero e como essas experiências variam de um grupo para outro dentro de uma mesma sociedade.

Além disso, Connell enfatiza que, muitas vezes, as hierarquias de gênero e poder são reforçadas por outras formas de desigualdade social, sendo necessário levar em conta essas interseções na análise das relações de gênero. Connell (2014) ressalta a importância de uma reconstrução das pesquisas de gênero a partir da visão do Sul:

Os feminismos sulistas e as análises de gênero advindas do Sul global alocam a questão da “diversidade”, da multiplicidade das formas de gênero, não no nível do individual, mas sim no nível da ordem de gênero e da dinâmica das relações de gênero em uma escala social. A construção das relações Sul-Sul não se refere apenas a uma busca por aquilo que é comum nas histórias de colonização e experiências atuais de subordinação [...] Quanto mais progredirmos nesses esforços, maiores são as nossas chances de educar o Norte global. (CONNELL, 2014, p. 29).

Dessa forma, é possível identificar que a relação Norte-Sul é marcada por uma estrutura de poder e dependência; a partir dessa constatação, é possível elaborar um *link* com a América Latina. O feminismo decolonial⁵, por exemplo, é uma perspectiva pluriversal que inclui uma visão feminista e latino-americana que critica a hegemonia dos países (considerados) desenvolvidos, em toda sua estrutura de poder. Não apenas o movimento feminista do Sul se

⁵ O feminismo decolonial diz respeito às demandas das mulheres não brancas (com referência ao Norte Global). Mulheres pretas, indígenas e “latinas” (com referência à miscigenação) são as protagonistas dessa corrente e consideram o histórico de colonização como parte fundamental nas diferenças regionais. Denuncia o racismo de gênero e evidencia como a organização geopolítica do SI influencia a estrutura dos feminismos Norte-Sul.

apresenta de forma diferente em relação ao movimento feminista do Norte, como as demandas de gênero aparecem com maior coletividade devido à essência histórica da colonização. Uma das grandes diferenças entre as duas abordagens aparece quando os estudos que abrangem somente o Norte não contemplam as demandas coletivas das mulheres que se encontram fora dos centros hegemônicos (GAGO, 2020).

Para compreender como o gênero é visto fora da concepção estadunidense ou europeia e dentro da concepção da América Latina, é necessário introduzir a colonialidade de gênero na discussão:

A colonização em si foi um ato de gênero, realizada por forças de trabalho imperiais [...] provenientes de ocupações masculinizadas que empregaram forças militares e comércio de longa distância. O estupro de mulheres das sociedades colonizadas era uma etapa normal da conquista. A brutalidade foi levada às sociedades coloniais, fossem colônias de povoamento ou de exploração. A re-estruturação das ordens de gênero nas sociedades colonizadas era também uma fase comum no estabelecimento das suas economias, por exemplo, relacionada à incorporação de homens nas economias imperiais como escravos, trabalhadores servis ou trabalhadores emigrantes em plantações e minas. Acrescenta-se ainda a incorporação de mulheres no trabalho doméstico, como trabalhadoras no campo e nas fábricas e, oportunamente, como consumidoras e donas de casa (MIES, 1986) — assim temos uma noção do enorme impacto do poder colonial na história mundial das relações de gênero (CONNELL, 2014, p. 26).

À vista disso, mostra-se indispensável a análise histórica e política dos contextos brasileiro e mexicano para identificar o comportamento de gênero nos lugares aqui estudados, o que será discutido no capítulo 3. Por ora, retornar aos problemas herdados do tempo colonial deve ser de urgência ao Sul Global. Ao exemplificar as diferenças entre os estudos sobre o tema a partir de cada visão dentro do Sistema Internacional, é possível identificar o gênero como uma problemática global, mas que apresenta demandas distintas, principalmente na relação Norte-Sul. Logo, as dimensões dos estudos de gênero se adaptam conforme as especificidades de cada região. As teorias aplicadas ao Norte não contemplam as diligências do Sul (REYNALDO; MINELLA, 2022). Com a necessidade de alocar o feminismo do Sul na perspectiva global, tópicos como dependência e colonialidade devem fazer parte da agenda, conforme a presente perspectiva.

A dicotomia entre o Norte e o Sul pode ser estabelecida não apenas em como o Estado exerce o seu poder, mas em como foi o reflexo do poder colonial em cada uma das localidades. As formas pelas quais cada movimento feminista conquistou o seu próprio caráter a partir de seus antecedentes influenciam as relações sociais e políticas das mulheres na atualidade. Isso

porque não há feminismo decolonial latino-americano sem uma oposição ao histórico colonial, racista e escravocrata da região.

Um contexto pertinente para a exemplificação do movimento “nortenho” é o desenvolvimento neoliberal e capitalista. A relação de dependência também se reflete e na estrutura dos feminismos. Conforme o feminismo latino-americano se distancia ou rejeita os discursos neoliberais, o Norte nega a realidade latina (FERREIRA; NOGUEIRA, 2017). Se, por um lado, há um movimento branco e hegemônico que nega as demandas de um movimento latino e dependente, por outro, destaca-se uma validação desse sistema desigual. Dessa forma, em contrapartida à imposição de dependência, o movimento encontra um padrão de resistência. No Sul Global — sobretudo na América Latina —, nadar contra uma maré que tem raízes colonizadoras e segue ritmos patriarcais e capitalistas é uma ferramenta essencial de resistência para construir uma visão “sulista” sobre o conceito de gênero.

Com a universalidade do tema, cada autora consegue compreender o gênero a partir da sua própria perspectiva, permitindo que as pesquisas com essa temática continuem sendo amplas e compreendendo um número cada vez maior de grupos e recortes sociais. A importância dessa amplitude está no reconhecimento das construções sociais, dos efeitos culturais e da identidade, pois todas essas questões podem (e devem) estar na agenda de pesquisadoras feministas e de gênero, sobretudo no feminismo latino-americano, com vistas à menor exclusão possível.

2.3.1 Gênero nas Relações Internacionais

Com o intuito de esclarecer como as Relações Internacionais compreendem as demandas de gênero, será apresentada uma breve revisão sobre a perspectiva da Teoria Feminista na disciplina de Relações Internacionais, com enfoque nas teóricas J. Ann Tickner e Cynthia Enloe. Também serão abordadas algumas pesquisas sobre o tema, como Paiva (2014), com a finalidade de entender a definição de gênero em RI.

Como uma primeira observação, é importante entender que, para as autoras dessa teoria, a importância do feminismo em RI está, sobretudo, no objetivo de repensar a disciplina; pois, até então, nenhuma outra teoria representava as demandas das mulheres no cenário internacional. A conjuntura dos estudos de Relações Internacionais passa por inúmeras mudanças durante a década de 1980. Esse momento ficou conhecido por ter sido o cenário do “Terceiro Grande Debate”, tendo sido protagonizado pelo movimento positivista — com as

teorias *mainstream*⁶ — e pelas teorias pós-positivistas, também denominadas racionalistas e reflexivistas (LAPID, 1989).

O positivismo é composto pelo racionalismo dos teóricos clássicos, liberais e realistas, que acreditam na objetividade dos fatos, ao passo que os reflexivistas se atentam à subjetividade e à construção social. É na vertente pós-positivista que encontramos as teorias pós-modernas, feministas, pós-colonialistas e pós-estruturalistas dentro das Relações Internacionais: em unanimidade, todas elas negam o positivismo. De acordo com Carpenter (2002), um estudo de gênero feito com viés positivista não pode ser considerado um estudo feminista, pois não apresenta os principais segmentos para definir um estudo desse tipo: a evidência da mulher. A subjetividade abordada por essa vertente pode ser exemplificada por Enloe (2014):

O mundo é algo que tem sido e está sendo feito todos os dias. E as ideias e práticas de feminilidade e masculinidade, combinadas com tentativas de controlar as mulheres, são centrais para esse mundo. Então, são desafios para essas convenções e resistência a essas tentativas. (ENLOE, 2014, p. 35, livre tradução).

O movimento pós-positivista, assim como a teoria feminista em RI, identifica a realidade como uma construção social, assim como as estruturas de poder que são constantemente exercidas sobre as mulheres. A Escola Feminista⁷ foi inserida de maneira tardia na disciplina (TICKNER, 1992). O fato de as Relações Internacionais, assim como todos os temas que ela se propõe a estudar, serem ambientes majoritariamente masculinos explica o atraso — de décadas, se comparado às Ciências Sociais — de abordagens feministas começarem a aparecer em RI. Justamente por se tratar de um campo androcêntrico, justifica-se a importância que as autoras da teoria dão ao tema na reconstrução do pensamento da disciplina. Enloe (2014) indica algumas questões que devem ser pertinentes aos estudos de gênero dentro das Relações Internacionais:

Uma análise feminista de gênero pede que continuemos a fazer ainda mais perguntas sobre as relações de gênero do poder: quem ganha o que do manejo de uma forma específica de poder infundido por gênero? Como são os desafios para as manobras dessa forma de poder? Quando esses desafios são bem-sucedidos? Quando eles estão bloqueados? (ENLOE, 2014, p. 9, livre tradução).

⁶ Em RI, esse termo diz respeito às escolas neorealistas e neoliberais. Algumas das características presentes nessas teorias têm um viés normativo, que reforçam hegemonias e o *status quo*.

⁷ As teóricas feministas de RI utilizam o termo para se referir a todas as vertentes feministas, independentemente de suas ideologias, com a finalidade de entender o movimento com um todo.

Nesse sentido, ratifica-se a necessidade de perceber as mulheres dentro da esfera internacional. Para isso, é importante estabelecer um padrão de referência para localizar a teoria feminista dentro e fora das Relações Internacionais.

Veronica Gago (2020) trabalha a partir de uma perspectiva de gênero, classe e raça e relata a importância do movimento chamado *#LaInternacionalFeminista*, que surge a partir do Sul, na América Latina. A autora propõe a divisão do feminismo internacional em três pontos: a) território doméstico — “hoje espaços de transnacionalismo prático, onde se conectam as cadeias globais de cuidado, e onde se discutem os modos de invisibilização do trabalho reprodutivo e a falta de infraestruturas públicas que faz com que o trabalho reprodutivo assuma o custo do ajuste” (GAGO, 2020, p. 160); b) territórios indígenas e comunitários — “historicamente expropriados e considerados economias fechadas e ‘atrasadas’, são hoje espaços de alianças sem fronteiras, de ‘acorpamento’ (*acuerpamiento*) comunitário, onde se denunciam os megaprojetos extrativistas e o agronegócio” (GAGO, 2020, p. 161); e c) territórios de precarização:

Considerados “não organizados”, são hoje formas de experimentação de novas dinâmicas sindicais, de acampamentos e ocupações nas oficinas, nas fábricas e nas plataformas virtuais, de reivindicações criativas e de denúncias que explicitam de que maneira abuso sexual, discriminação aos imigrantes e exploração trabalhista caminham sempre lado a lado. (GAGO, 2020, p. 161).

Consequentemente, a internacionalização do feminismo também expõe o gênero ao internacional. Uma perspectiva voltada para as mulheres envolve a preocupação em entender as relações em que circulam as demandas das mulheres, envolvendo o aumento de pesquisas e o desenvolvimento de teorias sobre o tema. Chafetz (1988) indica que uma teoria feminista precisa evidenciar as relações de gênero como problemática — nota-se que a autora determina preocupação no gênero, e não especificamente nas mulheres.

Tickner (2001), reconhecida como uma das precursoras da teoria feminista em RI, afirma que o principal objetivo da teoria feminista deve ser “explicar a subordinação das mulheres, ou a assimetria injustificada entre as posições sociais e econômicas das mulheres e dos homens, e buscar prescrições para terminá-las” (TICKNER, 2001, p. 11, livre tradução). Em suma, uma teoria feminista deve evidenciar as estruturas de poder pela perspectiva de gênero, mas também abordar o lugar da mulher na pirâmide patriarcal e buscar meios de reverter a subordinação feminina.

Segundo Paiva (2014), a diferença entre a teoria feminista geral e a teoria feminista de RI está, justamente, na entrada tardia da temática na disciplina. Dessa forma, a autora aponta que nas Relações Internacionais, é possível identificar pautas mais conservadoras em comparação, por exemplo, com as Ciências Sociais. A teoria feminista chega em RI junto com o pós-positivismo, desafiando, assim, o *mainstream* e sua perspectiva predominantemente masculina (PAIVA, 2014), visando questionar o Sistema Internacional (SI) por uma perspectiva de gênero.

Nos primeiros contatos com a Escola Feminista, as autoras se preocupavam em encontrar a mulher das Relações Internacionais. Para isso, foi necessário investigar os campos de análise. Tomando como exemplo os campos mais populares da disciplina — militar, político, econômico e institucional —, todos apresentam a predominância dos homens. Em seguida, foi necessário voltar o “olhar para espaços diferentes dos vistos como ‘importantes’ pela disciplina” (PAIVA, 2014, p. 18), razão pela qual as autoras propõem a (re)construção.

Por exemplo: para manter a política econômica internacional estável, é necessária uma relação de estabilidade política e militar entre os Estados. No ponto de vista da Escola Feminista, o Estado e qualquer outra instituição incluída como ator internacional não são capazes de compreender as demandas da mulher e não consideram as especificidades de gênero na construção e na legitimação das tomadas de decisão. Isso se justifica porque não há equidade na participação de homens e mulheres nos postos de poder global. O foco feminista da disciplina passa ser a compreensão das relações globais (incluindo as demandas femininas) para além dos campos de batalha ou de conversas entre chefes de Estado (PAIVA, 2014).

Um dos melhores exemplos de estudos feministas em Relações Internacionais pode ser a obra de Cynthia Enloe intitulada *Bananas, Beaches and Bases*. Nesse livro, a autora faz severas críticas às dinâmicas de poder masculino, abordando desde a lógica do casamento até as tomadas de poder internacional. A autora coloca em evidência o poder estabelecido no campo político, assim como se preocupa em prestar atenção no papel atualmente desempenhado pelas mulheres e entender como elas chegaram lá.

À medida que as Relações Internacionais buscam compreender melhor as problemáticas que envolvem as mulheres, há uma introdução de recortes, como raça, etnia e classe. Diante disso, Tickner (2001) demonstra preocupação com a feminização da pobreza e explica que, por uma visão feminista de RI, o fenômeno é visto como “uma tendência que parece estar acompanhando as forças da globalização econômica” (TICKNER, 2001, p. 21). E complementa:

Dado o aumento da desigualdade global, a feminização da pobreza e as discriminações que as mulheres frequentemente enfrentam quando participam do mercado global, alguns estudos feministas estão questionando a história triunfalista de um mundo sem fronteiras que é contada por defensores da globalização econômica. (TICKNER, 2001, p. 79, livre tradução).

Nesse trecho, Tickner não só corrobora o pensamento anteriormente apresentado de globalização da pobreza a partir de um viés internacionalista, como também especula a preocupação com o cenário de empobrecimento.

Pela teoria de feminista de RI, o processo de “feminização” pode ser situado como um reflexo das esferas de poder apontadas por Enloe (2014). Se a formulação da realidade é uma construção social, as esferas de poder, assim como o androcentrismo, também são. Logo, todas as condições em que a mulher é posta como subordinada (nas estruturas de poder nacionais e internacionais) ou inferiorizada (no campo doméstico e laboral) pelo homem são reflexo de uma condição pré-estabelecida através de uma construção social. A feminização da pobreza, portanto, é um fenômeno que reflete as dinâmicas de poder dentro da perspectiva de gênero.

As Relações Internacionais têm se preocupado cada vez mais com as relações de poder exercidas em diferentes campos disciplinares, como o militar, o político e o econômico. Nesse sentido, autoras como Scott (1995), Enloe (2014) e Paiva (2014) têm desempenhado um papel fundamental na análise crítica dessas questões.

A adoção do enfoque de gênero no contexto das Relações Internacionais é uma escolha plausível, uma vez que essa perspectiva possibilita uma análise mais abrangente das interações entre Estados e demais atores globais no que se refere às questões de gênero e suas repercussões nos âmbitos político, econômico e cultural internacionais. As Relações Internacionais têm como objeto de estudo as interações entre Estados, organizações internacionais e outros agentes globais, examinando temas relevantes, como segurança, economia, política e cultura. Ao incorporar a dimensão de gênero nessa análise, é possível ampliar o entendimento sobre como as relações internacionais afetam e são afetadas pelas questões de gênero e, assim, desenvolver estratégias mais eficazes para enfrentar os desafios globais.

Sendo assim, gênero é uma importante categoria de análise nesse contexto, pois influencia as relações de poder, a dinâmica da economia global e a cultura internacional. Por exemplo: a distribuição desigual de poder entre homens e mulheres tem consequências na política internacional, na qual a participação feminina é frequentemente sub-representada nos níveis de tomada de decisão. Além disso, o gênero também influencia a economia global, já

que, muitas vezes, as mulheres estão concentradas em empregos mal remunerados e precários, levando à feminização da pobreza.

Dessa forma, justifica-se a utilização de gênero como categoria de análise na perspectiva das Relações Internacionais, pois permite analisar as interações entre Estados e outros atores globais em relação às questões de gênero e suas implicações para a economia, política e cultura internacionais. Portanto, a problemática de gênero nas Relações Internacionais consiste em evidenciar as desigualdades de gênero e o predomínio masculino. Os conceitos trabalhados nesta seção foram compilados no Quadro 2:

Quadro 2 – Conceitos de gênero

Quadro 2 – Síntese de conceitos: gênero			
	Autor	Visão	Conceito
Clássicas	Scott (1995)	Construção social	Destaca a construção social e cultural das diferenças entre homens e mulheres. O foco está na relação de poder que sustenta essa diferenciação e em como ela é perpetuada pela sociedade.
	Rubin (2003)	Estrutura social	A autora define o gênero como uma estrutura social que organiza a vida social em torno de uma hierarquia sexual. As diferenças entre homens e mulheres são vistas como uma forma de poder que beneficia os homens em detrimento das mulheres.
Sul-Global	Connell (2014)	Estrutura das relações sociais	O gênero se manifesta de diferentes formas em diferentes sociedades e culturas. A análise deve levar em conta as interseções com outras formas de opressão e desigualdade, como raça, classe e sexualidade. A dicotomia Norte-Sul permite uma experiência de poder entre as relações.
	Gago (2020)	Relação social	Baseia-se numa divisão do trabalho sexualmente diferenciada. A análise do gênero deve considerar as formas de resistência e subversão às normas de gênero e o potencial transformador das lutas feministas.
Relações Internacionais	J. Ann Tickner	Categoria analítica	Destaca a exclusão das mulheres das esferas de poder e de decisão na política internacional. A análise do gênero deve levar em conta as formas de violência de gênero e a construção das identidades de gênero como fundamentais para entender as relações de poder entre os Estados.
	Cynthia Enloe	Categoria analítica de uma estrutura de poder	A autora critica as dinâmicas de poder masculino desde a lógica do casamento até as tomadas de poder internacional. Enloe coloca em evidência o poder estabelecido no campo político, assim como se preocupa em prestar atenção no papel atualmente desempenhado pelas mulheres e entender como elas chegaram lá.

Fonte: Elaborado pela autora.

Diante disso, é possível concluir que gênero é considerado uma estrutura de poder. Dentro do escopo desta pesquisa, essa estrutura consiste em evidenciar a carência da mulher no mercado de trabalho, no qual essa dinâmica de poder é exercida através da informalidade (na qual as mulheres são maioria), no aumento do desemprego feminino e na insegurança de domicílios “chefiados” por mulheres pobres. Dessa forma, por um viés das Relações Internacionais, estudar a feminização da pobreza consiste em aplicar o gênero (uma condição de poder) nos setores econômico e doméstico a fim de compreender como esse poder está sendo exercido no setor laboral e quais as suas consequências nos índices de pobreza de mulheres.

2.4 FEMINIZAÇÃO DA POBREZA

Os estudos feministas da década de 1970 podem ser considerados os responsáveis por cunhar o termo “feminização da pobreza”. Em 1978, Diane Pearce, precursora do tema, declara que, conforme sua perspectiva, a feminização da pobreza se trata de um processo que ocorre quando uma mulher se torna a “chefe” do domicílio sem contar com nenhum outro tipo de apoio financeiro, partindo somente dela o sustento do lar e de seus filhos.

Desde então, a conceituação do tema é bastante fluida. Geralmente, é atribuída à ideia de que “as mulheres vêm se tornando, ao longo do tempo, mais pobres do que os homens” (NOVELLINO, 2004, p. 2) ou que elas se tornam mais suscetíveis ao empobrecimento em relação aos homens no “crescimento (absoluto ou relativo) da pobreza no universo feminino ao longo do tempo” (COSTA *et al.*, 2005, p. 15).

Medeiros e Costa (2008) propõem que a “feminização” seja considerada uma mudança nos níveis de pobreza e que os domicílios “chefiados” por mulheres se encontram em situação desfavorável na sociedade. Nesse sentido, os autores explicam que o aumento da feminização da pobreza pode ser medida quando se compara os domicílios “chefiados” por homens aos domicílios “chefiados” por mulheres. Quando há aumento da pobreza por conta das desigualdades de gênero, os autores definem isso como feminização das causas da pobreza e complementam:

A feminização da pobreza não deve ser confundida com a prevalência de níveis mais elevados de pobreza entre as mulheres ou domicílios chefiados por mulheres. Feminização é um processo, enquanto “maior nível de pobreza” é um estado. [...] Uma vez que o conceito é relativo, feminização não implica necessariamente em uma piora absoluta na pobreza entre as mulheres ou domicílios chefiados por mulheres. Se a pobreza é reduzida drasticamente

entre os homens e apenas ligeiramente entre as mulheres, haveria ainda uma feminização da pobreza. (MEDEIROS; COSTA, 2008, p. 1).

Então, dizer que há mais mulheres pobres do que homens não consiste em feminização da pobreza. Na visão dos autores, trata-se de uma conjuntura em que as mulheres se encontram desfavorecidas.

Em consenso, considera-se a feminização da pobreza como um fenômeno temporal. Trata-se de um processo e, para identificá-lo, é necessário selecionar um período de tempo para a análise para que, dessa forma, seja possível averiguar a presença ou a ausência do fenômeno. Outra concordância entre os autores que estudam o tema é a importância do mercado de trabalho no comportamento desse fenômeno. Isso acontece porque o maior número de empregos informais, precários e temporários é ocupado por mulheres, além de elas estarem inseridas em ocupações que exigem menor qualificação e que fornecem salários inferiores (SILVA; OSTERNE, 2012). Uma vez que o fenômeno é encontrado, são as variáveis que pertencem ao setor laboral que indicam o aumento, a redução ou a inexistência da feminização da pobreza. Conforme Novellino (2004, p. 3),

[...] a feminização da pobreza é um fenômeno que pode ser atribuído ao modo de participação da mulher no mercado de trabalho pelos seguintes motivos: (a) há uma prevalência de mulheres trabalhando em tempo parcial ou em regime de trabalho temporário; (b) discriminação salarial; (c) concentração em ocupações que exigem menor qualificação e para os quais os salários são baixos; e (d) participação nos mais baixos níveis da economia informal. Por este motivo, os estudos sobre feminização da pobreza e mulheres chefes de família/domicílio estarão sempre incluindo indicadores que possam dar conta de sua forma de participação no mercado de trabalho.

Isto posto, os estudos de feminização da pobreza contam com a avaliação de variáveis que, ao relacionarem a mulher à esfera laboral, auxiliam na identificação (ou não) do processo. As variáveis a serem analisadas nesta pesquisa, especificamente no capítulo 4, serão: etnia, informalidade, desemprego e famílias “chefiadas” por mulheres — todas ligadas ao campo trabalhista.

Em 2005, o IPEA publicou os resultados de sua investigação sobre a feminização da pobreza no território brasileiro. O instituto considerou seis categorias de “feminização” para realizar a análise. São elas:

- a) Aumento da proporção de mulheres entre os pobres;

- b) Aumento da proporção de pessoas em famílias “chefiadas” por mulheres entre os pobres;
- c) Aumento absoluto na incidência ou na intensidade da pobreza entre as mulheres;
- d) Aumento nos diferenciais de incidência ou de intensidade da pobreza entre mulheres e homens;
- e) Aumento na incidência ou na intensidade da pobreza entre as pessoas de famílias “chefiadas” por mulheres;
- f) Aumento nos diferenciais de incidência ou de intensidade da pobreza entre as pessoas de famílias “chefiadas” por mulheres e de famílias “chefiadas” por homens (COSTA, *et al*, 2005).

Para todos os cenários avaliados, a constatação final foi de que, no período em questão, não houve feminização da pobreza no Brasil, salvo quando se considera o aumento de pessoas pobres em famílias “chefiadas” por mulheres.

É importante considerar que esse estudo do IPEA é fundamentado em duas categorias analíticas: a) “*sobre-representação*”, que diz respeito à maior incidência de pobreza entre as mulheres ou nas famílias que são “chefiadas” por elas; e b) feminização da pobreza, o qual diz respeito a um processo temporal. Mais detalhes sobre essa pesquisa do IPEA será apresentado no capítulo 3.

Em relação à feminização da pobreza no restante da América Latina como um todo, Ava Gómez e Bárbara Ester, do Centro Estratégico Latino Americano de Geopolítica (CELAG), escrevem no *site Opera Mundi*, em 2017, que o neoliberalismo se torna o maior responsável pela feminização da pobreza na região, uma vez que,

[...] no âmbito econômico, o modelo neoliberal pressupõe mudanças no trabalho remunerado: uma nova composição da força de trabalho que inclui maior participação das mulheres, assim como a presença de trabalhadores de outras etnias e nacionalidades. O desemprego estrutural gera exclusão de amplos setores da população e se destaca como uma nova questão social, enquanto que os Estados flexibilizam suas leis trabalhistas, criando um clima de maior insegurança e um aumento real da desigualdade social. (GÓMEZ; ESTER, 2017, s./p).

No mesmo texto, as autoras explicam que, mesmo com o crescimento no número de mulheres no mercado de trabalho, não houve qualquer redução das suas responsabilidades no ambiente doméstico, o que revela uma jornada dupla de trabalho.

O trabalho doméstico ainda é socialmente dividido por gênero. Enquanto as mulheres saem para vender sua força de trabalho em um período do dia, no outro elas seguem cuidando do lar e dos filhos em período integral, sem ganharem nada por isso além de exaustão. Essa questão é consideravelmente pior quando a mulher é “chefe” de família, sem cônjuge e com filhos. A análise estatística desse recorte será elaborada no capítulo 4. A observação da relação da mulher com o mercado de trabalho possibilita estabelecer um paralelo entre ambos:

A inserção feminina aconteceu em paralelo com o crescimento das atividades informais, das atividades sem remuneração e aumento das taxas de desemprego. Assim, as mulheres continuam ainda concentradas em segmentos menos organizados da atividade econômica, são mais submetidas a contratos informais e tem menor presença sindical e desta maneira encontram-se mais expostas ao desemprego. (MELO; BANDEIRA, 2005, p. 17).

Melo e Bandeira (2005) indicam que as mulheres latino-americanas constituem um grupo de desvantagem incontestável, tanto no mercado de trabalho quanto nos postos de poder, pois “os indicadores de renda, trabalho, saúde, educação e representação política apontam para relações desiguais de poder e distribuições de recursos entre os sexos” (MELO; BANDEIRA, 2005, p. 53).

Corroborando esse pensamento, a brasileira Mary Garcia Castro apresentou em 1999, na I Conferência Estadual da Mulher-RS, seu estudo “Feminização da Pobreza em cenário Neoliberal”, empregando um grande valor a questões referentes ao mercado de trabalho e às políticas públicas (NOVELLINO, 2004). Há uma grande importância no estudo da pobreza feminina numa conjuntura neoliberal, uma vez que a herança histórica implica desigualdade de gênero dentro do mercado de trabalho e pulsa junto às políticas que beneficiam a redução de direitos do trabalhador. O ganho de uma trabalhadora não estagna, mas decresce. Silva e Osterne (2012) também consideram que o processo de pobreza entre homens e mulheres ocorre de maneira diferenciada, relacionando-se com o mercado de trabalho: “tal processo acabou por incidir mais fortemente sobre as mulheres, direcionando-as mais intensamente para o trabalho informal e precário” (SILVA; OSTERNE, 2012, p. 18). Nesse sentido, diante da discriminação de gênero no setor laboral, as mulheres estariam em maior vulnerabilidade a situações de pobreza.

Uma variável importante a ser observada é a desigualdade salarial. Os movimentos feministas mantêm, em suas pautas, a reivindicação por igualdade salarial entre os gêneros; em muitos setores, essa pauta já foi apresentada e deferida. No entanto, ainda são frequentes os

relatos de mulheres que descobrem ganhar menos que um homem contratado para o mesmo cargo, realizando as mesmas funções e com o mesmo nível de escolaridade. Na América Latina, um estudo realizado em 2018 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) mostra que as mulheres ainda recebem salários, em média, 15,0% menores que dos homens.

Lena Lavinas (1996) fez um levantamento das desigualdades entre as mulheres e homens no Brasil, considerando o período de 1980 a 1990. Para isso, inseriu recortes de cor, sexo, escolaridade e variação de renda. Dentre os dados, é possível identificar que mulheres não brancas eram as que tinham a menor renda, perdendo somente para homens não brancos (LAVINAS, 1996). Essa identificação é importante para definir que, em todo recorte de gênero, se submetido a outro recorte (étnico), haverá outro grupo ainda mais marginalizado e menos favorecido. A análise estatística do quarto capítulo desta dissertação desenvolverá a desigualdade por esse viés.

Em suma, a feminização da pobreza pode ser definida como uma taxa determinada pela maior incidência de mulheres entre os pobres, considerando a mesma taxa masculina. No entanto, assim como no estudo do IPEA, esta pesquisa considera essa definição como “*sobre-representação*” da pobreza, conforme detalhado no Quadro 3.

Quadro 3 – Identificação da pobreza feminina

Identificação da pobreza feminina	
Feminização da pobreza	<i>Sobre-representação</i> feminina da pobreza
A feminização da pobreza é um processo no qual o índice de pobreza é feminizado. Isso significa que há o aumento do número de mulheres pobres, em um determinado período de tempo . Destacam-se dois pontos: a feminização é um fenômeno temporal e, além do aumento de mulheres pobres, há também o aumento da pobreza para mulheres já pobres . A feminização pode ser analisada em taxas femininas.	Muitos autores trabalham com a <i>sobre-representação</i> feminina da pobreza como um sinônimo para a feminização. No entanto, essa categoria consiste na indicação de que há mais mulheres pobres, em relação aos homens , em um determinado local e/ou período de tempo. A <i>sobre-representação</i> pode ser analisada através de comparação das taxas femininas e masculinas.

Fonte: Elaborado pela autora.

Portanto, seguindo a determinação do IPEA, a feminização da pobreza é identificada como um **fenômeno temporal**. É necessário estabelecer um recorte temporal para analisar o fenômeno e verificar se a taxa de pobreza **entre as mulheres** aumentou ou diminuiu. Dessa forma, realiza-se a análise do comportamento do fenômeno: pode ser positivo, quando há aumento da taxa de pobreza entre mulheres; ou negativo, invalidando a existência de feminização no período investigado.

O ambiente mais comum e mais indicado para avaliar esse fenômeno é o setor laboral e suas variáveis: a taxa de mulheres desempregadas, mulheres em serviços informais ou precários e mulheres que mantêm a “chefia” do lar sem nenhum outro auxílio financeiro estabelece um padrão, quase que irrefutável, de pobreza — salvo aquelas que já não se encontram nessa situação. No entanto, seguindo o parâmetro de comparação, a pobreza ainda seria uma ameaça maior para “elas” do que para “eles”.

Posto isto, neste estudo, a feminização da pobreza é considerada um fator temporal que simboliza o aumento das mulheres nos índices de pobreza, compreendendo a etnia, o desemprego, os domicílios “chefiados” por mulheres pobres e a informalidade como indicadores fundamentais desse fenômeno.

2.5 AS CONSIDERAÇÕES

Concluindo este capítulo, é possível apontar a pobreza como um conceito multidimensional (CIMADAMORE; CATTANI, 2007) que revela suas proporções a partir dos estudos de seus indicadores, os quais, por sua vez, são flexíveis, contemplando suas áreas de conhecimento. Nas Relações Internacionais, identifica-se a pobreza na América Latina como uma consequência do mundo globalizado, havendo uma realidade da dependência em relação aos Estados Unidos. Geralmente, essa situação está ligada ao mercado de trabalho e à situação política exercida na região para controle, redução e combate. Esta pesquisa compreende a pobreza como uma situação de desvantagem na obtenção dos recursos que um grupo familiar ou um indivíduo necessita para suprir suas necessidades básicas de sobrevivência. Lazer, alimentação, moradia, água potável, higiene, acesso ao sistema de saúde e educação fazem parte do conjunto de requisitos fundamentais para a sobrevivência saudável de todos os indivíduos em sociedade.

O gênero, em um consenso teórico, é identificado como uma estrutura de poder que pode ser observada em diversos cenários. Nas Relações Internacionais, essa estrutura costuma ser evidenciada na política e na economia, mas não se exclui o setor social e doméstico que abrange a problemática. Dessa forma, realizando recortes de cenários específicos, como o mercado de trabalho, é possível perceber como esse poder atua contra as mulheres — muitas vezes, condicionando-as à pobreza.

Essencialmente, a feminização da pobreza é um combo de pobreza e desigualdade de gênero. A discriminação no setor laboral fomenta o processo que pode ser identificado como

poder patriarcal. As lutas das feministas buscam a inserção da mulher no mercado de trabalho como uma emancipação econômica; no entanto, os problemas de gênero se perpetuaram por esse setor. A informalidade e o desemprego são considerados agravantes desse processo, sobretudo para essas mulheres que, sozinhas, precisam alimentar a si mesmas e às suas famílias.

No Quadro 4, observa-se como acontece a relação entre gênero, pobreza e feminização da pobreza, conforme analisado no decorrer do capítulo:

Quadro 4 – Relação dos conceitos

Relação dos conceitos				
Gênero	atua através do	Mercado de trabalho	resultando em	Pobreza feminina
Representando uma forma de poder	→	Desemprego Informalidade "Chefia" do lar Cor/raça	→	Feminização da pobreza e <i>sobre-representação</i> da pobreza

Fonte: Elaborado pela autora.

Entende-se, portanto, que há uma estrutura de poder que, ao ser exercida através do mercado de trabalho (pelas variáveis que serão abordadas no capítulo 4), propicia um ambiente e um contexto para que as mulheres se situem abaixo da linha da pobreza. Com a diminuição dos recursos básicos para a sobrevivência, o aumento de mulheres nos índices de pobreza é inevitável, evidenciando, portanto, um processo de “feminização” da pobreza. Em vista disso, também existe a possibilidade de desenvolvimento da *sobre-representação*; isto é, quando o poder de gênero no setor laboral não aumenta o número de mulheres pobres, mas permite que elas sejam mais pobres do que os homens.

3. ANTECEDENTES HISTÓRICOS E CONTEXTO POLÍTICO

3.1 A ANÁLISE

As considerações levantadas no capítulo anterior motivam a elaboração de uma análise que contemple o desenvolvimento da feminização da pobreza e o contexto no qual esse processo foi inserido na história latino-americana, mais precisamente no Brasil e no México. Não somente os índices de pobreza, mas também os referenciais econômicos e políticos no qual o fenômeno se desdobra têm grande valor para a investigação, uma vez que possibilitam uma melhor visualização do evento.

As ponderações anteriormente levantadas indicaram que a feminização da pobreza acontece ao longo do tempo e através de uma estrutura de poder exercida sobre as mulheres no mercado de trabalho. Logo, adota-se uma condição de que o aumento das mulheres nos índices de pobreza é consequência da desigualdade de gênero no setor laboral. Portanto, para ampliação desta pesquisa, é de grande importância identificar o processo, entender o contexto social em que a “feminização” acontece e, dessa forma, compreender como as variáveis se comportam quando inseridas nesse cenário. Sendo assim, neste capítulo, será necessário abordar o contexto histórico que embasa o cenário temporal analisado. Considerando a Teoria da Dependência, é importante investigar como a pobreza e a feminização da pobreza se comportam em um ambiente do Sul Global globalizado e neoliberal, que demora para inserir as demandas de gênero em suas agendas.

No decorrer do capítulo, os neoliberalismos de Brasil e México serão abordados a partir do contexto político, considerando o progressismo brasileiro e o conservadorismo mexicano como circunstâncias fundamentais para os processos analisados. Ademais, a pobreza histórica, a pobreza no contexto da globalização e a inserção de políticas de gênero e de combate à pobreza também serão ponderadas na investigação sobre o comportamento da feminização no cenário laboral durante o período.

Considerando, então, a feminização da pobreza como um processo que pode ser identificado ao longo do tempo, a análise histórica é fundamental, contemplando também os seus antecedentes. Como mencionado no capítulo 2, a feminização da pobreza foi objeto de estudo no cenário brasileiro na década de 1990, e as políticas neoliberais exercidas na América Latina durante esse período formaram as estruturas que possibilitaram e agravaram a pobreza a longo prazo. Uma breve revisão histórica dessa época se faz necessária para contextualizar

como se iniciam os anos 2000 no Brasil e no México e como se comportaram os fenômenos de pobreza e de feminização da pobreza em ambos países.

3.2 GLOBALIZAÇÃO E DEPENDÊNCIA

Nos estudos de Relações Internacionais, considerando a Teoria da Dependência, é comum evidenciar os impactos da globalização na desigualdade social e na pobreza, sobretudo nos países emergentes e com economias mais frágeis, como os países da América Latina. Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1970) levantam considerações sobre o caráter estrutural da dependência, evidenciando as relações entre as economias nacionais e o Sistema Internacional e como culminaram em diferentes consequências para cada um dos lados.

Do ponto de vista da dependência, as modificações do capitalismo no mercado de trabalho através do processo de globalização neoliberal precarizaram o setor, deixando-o num nível de superexploração, com baixos salários e aumento da jornada de trabalho e da intensidade trabalhada (VALVERDE; MERCEDES, 2016). Muitos desses impactos no mercado de trabalho impõem, aos trabalhadores, a permanência na situação de pobreza ou agravamento de tal. Nos países latino-americanos, as consequências dessas ações podem ser observadas pelas crises econômicas que acometeram a região na década de 1990. Tanto o Brasil quanto o México, aumentaram a dívida externa e os índices de pobreza nessa época (ROCHA, 2013; BARROS, *et al.*, 1997).

O vínculo estabelecido entre o neoliberalismo e a pobreza tem como base a Teoria da Dependência, a qual aparece como uma crítica aos discursos defensores do neoliberalismo, que alegavam que a globalização iria bloquear e reduzir a pobreza. Exemplo disso foi quando o Banco Mundial (2001) argumentou que, quando os países se “tornam mais ricos” através da regulação do mercado, a pobreza diminui. Contrariando essa afirmativa, cabe apresentar a argumentação de Andrade (2019), que expõe o neoliberalismo não como a solução, mas como um agravante da pobreza e como sobrevivente das crises que ele mesmo cria.

O neoliberalismo possui um regime de acumulação incoerente, que gera crises econômicas sucessivas, mas sua singularidade reside no fato de seu modo de regulamentação (ou dispositivo geral de governamentalidade) ser tão eficiente que é capaz de instrumentalizar as crises econômicas em seu favor, impedindo a transição para um novo arranjo normativo-institucional e, conseqüentemente, para uma nova fase do capitalismo. (ANDRADE, 2019, p. 121).

Nota-se, ainda, que o autor menciona brevemente a chamada “primeira crise do capitalismo” em 1960, quando houve grande inflação e queda econômica. Nesse momento, houve a tentativa de conciliar os trabalhadores com o sistema de mercado a partir da seguridade social e da melhoria do padrão de vida. Andrade (2019) menciona que o neoliberalismo se apresenta como uma resposta à alta inflação, ou seja, ele surge a partir de uma crise capitalista. Com isso, se “desfez o pacto com a classe trabalhadora por meio de uma política monetária recessiva, do fim do pleno emprego e do ataque aos sindicatos” (ANDRADE, 2019, p. 115). A inflação, portanto, foi substituída pela dívida pública.

Na década de 1970, ocorreram processos de desregulamentação financeira e a substituição da dívida pública pela privada. O autor complementa que, à medida que as classes mais ricas conseguem alavancar seus ganhos com o sistema financeiro, as classes mais pobres ganham — como uma espécie de compensação — acesso a empréstimos com juros reduzidos (ANDRADE, 2019).

A Teoria da Dependência é uma teoria econômica que argumenta que os países do Sul estão em desvantagem na economia global devido à sua dependência econômica e política em relação aos países do Norte. A teoria argumenta que essa dependência cria uma estrutura de poder desigual, na qual os países desenvolvidos exploram e controlam os recursos e a economia dos países subdesenvolvidos, perpetuando a pobreza e o subdesenvolvimento. Assim, a pobreza histórica em países como Brasil e México pode ser parcialmente explicada por sua posição de dependência econômica aos países desenvolvidos. Na era contemporânea, a globalização acentuou essa dependência, pois, muitas vezes, a abertura dos mercados internacionais favoreceu as economias dos países desenvolvidos, deixando os países em desenvolvimento em desvantagem. Para aprofundar essa visão, apresenta-se a definição da globalização para compreender a crítica da teoria.

De maneira sucinta, com a ideia de uma economia global, a globalização é o nome dado à aproximação dos mercados financeiros dos países. Esse processo intensificou o capitalismo através de iniciativas de cunho neoliberal, como a livre circulação de capitais e o crescimento do comércio internacional de bens, produtos e serviços (BUSS, 2007; OLIVEIRA, 2004). Conforme Ramos (2005), existem cinco visões de como esse processo pode ser entendido: a) universalização de uma hegemonia cultural; b) ocidentalização, reafirmando o poder estadunidense; c) desterritorialização, alteração no espaço social com mudança na autonomia das nações, pois as tomadas de decisões interferem uma na outra; d) internacionalização, que

diz respeito às relações de interdependência entre os atores internacionais; e e) liberalização, que se refere à abertura de comércio por vias neoliberais.

Uma análise centrada na dependência aponta e critica a relação estabelecida entre os países do centro e os países da periferia do capitalismo mundial. Sob essa perspectiva, o domínio capitalista dos Estados Unidos ocorre por dois meios. Primeiro, pela globalização, a partir da ocidentalização, da desterritorialização e da internacionalização (RAMOS, 2005). Segundo, através de políticas neoliberais, com privatizações, desregulamentações, reformas tributárias e trabalhistas, diminuição de gastos públicos etc. O Consenso de Washington e o NAFTA⁸ são exemplos de como essa dinâmica atua na América Latina.

Do mesmo modo que, visto a partir da dependência, o processo de globalização pode ser considerado um fator agravante da pobreza e da própria dependência (LEGUIZAMON, 2007), quando associado a políticas neoliberais, ele é observado como um dos fatores responsáveis pela precarização do trabalho, o que, conseqüentemente, aumenta os índices de pobreza:

A modernidade viabilizada pelo crescimento econômico e pelo livre mercado — apesar de trazer bem-estar e, eventualmente, reduzir a pobreza — recria novas formas de submissão, exploração e inferiorização sobre as populações. As transformações ocorridas no mundo do trabalho, a flexibilização salarial, o desemprego, a informalidade e a precarização do trabalho são vistas como produto não só de fatores contextuais — como as conseqüências das reformas estruturais propiciadas pelas reformas neoliberais —, mas também [...] em relação às novas formas de acumulação do capital em níveis global e local. (CIMADAMORE & CATTANI, 2007, p. 113)

É por essas razões que, atualmente, tem-se inserido o termo “globalização da pobreza” no campo das Relações Internacionais (OLIVEIRA, 2004). Os interesses dos países desenvolvidos na desindustrialização latino-americana tendem a enriquecer o Norte Global⁹ e manter o Sul Global em “processo de emergência”, gerando uma crise nos países emergentes. Essa crise se reflete no mercado de trabalho.

A globalização da pobreza remete à ideia de que a globalização, como processo econômico, político e cultural, tem contribuído para o aumento da pobreza em muitos países do

⁸ O NAFTA fez com que o México não tivesse qualquer tarifa alfandegária com os Estados Unidos e o Canadá. Sem a cobrança de impostos, as mercadorias canadenses e estadunidenses poderiam concorrer livremente com os produtos produzidos no México, mas com mais recurso e sofisticação. Pela qualidade do produto mexicano não conseguir concorrer, houve a falência de muitas empresas e, como conseqüência, reforçou-se ainda mais sua dependência em relação aos EUA.

⁹ Neste contexto, as designações entre Norte e de Sul Global não têm cunho geográfico, mas sociológico e político. Nas Relações Internacionais, principalmente, os termos são usados para designar as regiões privilegiadas e influentes (Norte) e as regiões emergentes e “marginalizadas” (Sul).

mundo. Oliveira (2004) argumenta que a globalização é um importante fator que tem contribuído para a pobreza nos países em desenvolvimento, pois, muitas vezes, a abertura dos mercados e a liberalização comercial resultaram na desregulamentação dos mercados nacionais e na redução do papel do Estado na proteção social e no desenvolvimento econômico.

A globalização da pobreza teve um impacto desigual sobre as mulheres no Sul Global. A socióloga argentina Rita Laura Segato (2016) destaca que a desigualdade de gênero está profundamente entrelaçada com a pobreza. As mulheres são as mais afetadas pela pobreza devido à sua posição marginalizada na economia e na sociedade, o que foi exacerbado pela globalização. A competitividade econômica resultante da globalização enfraqueceu as proteções sociais e exacerbou a desigualdade de gênero. Diante desse contexto, é fundamental que as políticas públicas considerem a interseccionalidade entre gênero e pobreza no enfrentamento à globalização da pobreza.

Esse processo tem contribuído para o aumento de pessoas desempregadas (CECEÑA, 2002), especialmente entre as mulheres e os grupos marginalizados no Sul Global. O aumento do desemprego pode ser considerada a situação mais precária para um trabalhador, pois o setor laboral “é normalmente considerado como uma fonte regular de renda cuja magnitude é essencial para determinar os níveis de pobreza e desigualdade” (CIMADAMORE; CATTANI, 2007, p. 10). A diminuição do salário dos que têm filhos, a informalidade e a insegurança laboral daqueles que já estão na linha da pobreza tendem a ser perversas.

Assim como o restante do Sistema Internacional, a América Latina sentiu os impactos da nova ordem globalizada, mas da mesma forma, justamente pela pobreza já existente. Para contextualizar, o Brasil, além de ser um país do Sul Global com economia emergente é, considerado o mais desigual da América Latina na década de 1990 e segue no *ranking* dos cinco mais desiguais no decorrer dos anos 2000 (BANCO MUNDIAL, 2015).

Nos anos 2000, a pobreza assumiu peso na agenda política: “o debate sobre as políticas [...] não se concentra na superação da desigualdade social, mas no desafio de superar a linha da pobreza” (ZICCARDI, 2008, p. 29, livre tradução). Atualmente, grande parte da população mexicana se encontra abaixo da linha da pobreza, e a economia do país não se desenvolve com a mesma urgência que outros países latinos, como o Brasil.

Como mencionado, no que remete à pobreza, as estruturas internacionais de poder geram dependência dos países do Sul em relação aos países do Norte. Nesse sentido, “a pobreza aparece como inevitável e parte integrante dos processos sociais de modo que combatê-la [...]

implica na manutenção do padrão de expansão capitalista em curso sob hegemonia norte-americana” (MAURIEL, 2009, p.55).

Muriel (2009) considera que o processo de globalização ocorrido nos países mais frágeis e emergentes, como é o caso do Brasil e do México, enfraqueceu ainda mais suas economias. Como corrobora Oliveira (2004, p. 462), “os países latino-americanos passam a ser laboratório de aplicação do novo modelo econômico imposto pelos países desenvolvidos, que [...] levou às privatizações e à reorganização dos serviços públicos”. À vista disso, a dependência permite que os países latino-americanos corram o risco de sofrer as consequências causadas pelo processo de liberalização econômica. A conduta liberal não impede o aumento do desemprego, a diminuição de salários, a desigualdade de gênero e nem mesmo o avanço dos índices de emprego. Em uma economia já fragilizada, medidas de alto risco podem resultar em declínio econômico — e, como já citado, sabemos que o neoliberalismo sobrevive das crises que ele mesmo gera. Andrade (2019) comenta que até mesmo em crises de representatividade (quando a população aumenta suas críticas à pessoa responsável por governar), se for de seu interesse, o Estado vai maximizar medidas neoliberais. Em outras palavras, ele se utiliza da baixa popularidade para realizar medidas impopulares (ANDRADE, 2019).

Considerando o comportamento do neoliberalismo e tomando como parâmetro a visão de autores que versam sobre dependência, é possível identificar que, em muitas vezes, a globalização é diretamente associada à pobreza. No entanto, é importante ressaltar que a globalização não é entendida como condição exclusiva de formação da pobreza, mas como um fator agravante do processo de empobrecimento da América Latina, uma vez que aumenta a desigualdade. Nota-se, por exemplo, que as mudanças econômicas da década de 1990 não foram somente as globalizadas, mas mesmo assim afetaram a região.

Durante esse período, os altos índices de desemprego perturbaram a América Latina, que buscou uma melhora com mudanças de chefes de Estado na virada do século. Para reduzir a pobreza, as medidas de via política, cabíveis ao Estado, são essenciais para criar condições de equidade social. Essas políticas públicas são necessárias para controlar a precariedade social, a qual pode ser lida como um dos reflexos dos avanços forçados da globalização. Ziccardi (2008) corrobora esse pensamento e afirma que as fragilidades hoje encontradas em território latino-americano vêm como herança das políticas neoliberais implementadas na região durante a década de 1990.

3.3 PRECEDENTE HISTÓRICO (1990 – 1999)

Na década de 1990, a América Latina foi marcada por mudanças nos setores políticos, sociais e econômicos. Além de sua importância para o processo histórico da região, esses setores contemplam os conceitos que alicerçam esta pesquisa: o gênero, a pobreza e a feminização da pobreza. Por essas razões, realizar uma revisão sobre essas mudanças no Brasil e no México, evidenciando suas reações nas três áreas, fornece uma base mais fundamentada para a análise central do comportamento da feminização da pobreza na década de 2000-2010.

Como já mencionado, durante os anos 1990, a América Latina passou pelo processo de globalização e construção do neoliberalismo, que perpetuou mudanças nos setores políticos, sociais e econômicos. As relações estabelecidas durante esse período são fundamentais para embasar a análise, uma vez que os conceitos de gênero, pobreza e feminização da pobreza são agentes de reação a essas mudanças.

Inicialmente, o ideal neoliberal passou a ser apresentado pelos estadunidenses para os países de Sul Global como um modelo econômico a ser seguido. Ibarra (2011) apresenta essa doutrina política como utópica e resume as suas características:

Em síntese, a utopia neoliberal exalta as virtudes abstratas dos mercados, dos prêmios aos mais aptos, da competitividade, da eficiência, das ganâncias, dos direitos de propriedade, e da liberdade de contratação. Critica, em contrapartida, a intervenção estatal e a própria política, taxando-as de perniciosas e ineficientes. Assim se articulam as teses e se prepara o salto à ideia de que os mercados constituem o miolo de um sistema social ideal, automático, o qual garante o bem-estar e a prosperidade. (IBARRA, 2011, p. 239-240).

Esse foi o grande alicerce dos Estados Unidos para proliferar o neoliberalismo pelas Américas, e o uso de *hard power*¹⁰ também forneceu auxílio para isso. Ataques bélicos e embargos foram realizados (ou sinalizados) contra os países que se negassem a abrir o seu mercado ao neoliberalismo, ainda mais aos que implementavam políticas contrárias à ideologia dos Estados Unidos, como ocorrido em Cuba após a Guerra Fria.

O Consenso de Washington é um exemplo do empenho estadunidense para expandir a cartilha neoliberal. As recomendações elaboradas em 1989 pelos EUA em conjunto com o

¹⁰ *Hard power* é um conceito utilizado dentro das Relações Internacionais, primordialmente por autores realistas, para indicar o uso da força exercida de um Estado contra outro. Esse poder pode ser executado através do poder econômico e até do militar. Por outro lado, há o *soft power*, que, de maneira mais branda, também representa o exercício de poder, mas através do meio político, cultural, social ou ideológico. Por exemplo, no caso brasileiro, muitas vezes o futebol é utilizado como *soft power*.

Fundo Monetário Internacional (FMI) tinham como objetivo empregar políticas neoliberais para reduzir as crises econômicas nos países do Sul, sobretudo na América Latina. O resultado dessa dinâmica foi a implementação desse sistema nos territórios brasileiro e mexicano com auxílio dos Estados Unidos. Resumidamente, o Consenso de Washington era disseminado a partir de 10 orientações como regra:

- a) Disciplina Fiscal;
- b) Redirecionamento dos gastos públicos de subsídios;
- c) Reforma Tributária;
- d) Taxas de juros determinadas pelo mercado;
- e) Taxa de câmbio competitiva;
- f) Livre comércio;
- g) Liberalização do investimento estrangeiro;
- h) Privatizações de empresas estatais;
- i) Desregulamentação;
- j) Segurança para a propriedade privada.

Essa proposta era anunciada como uma fórmula exata. No entanto, não reconhecia os diferentes níveis de industrialização, desemprego, inflação e desenvolvimento dos países do Sul Global. Essas diferenças estruturais nos setores político, social e econômico são fundamentais para entender a possível ascensão do neoliberalismo em alguns cenários e o seu fracasso em outros. Uma outra importante aliada desse processo foi a globalização, pois levantava o discurso de que, a partir de sua implementação, a pobreza seria um fenômeno cada vez menor. Porém, na realidade, o que aconteceu na década de 1990 na América Latina como resultado dessas articulações foi a intensificação da pobreza, tanto da relativa quanto da absoluta (LEGUIZAMÓN, 2007).

O neoliberalismo, além de abrir mais portas para a pobreza devido ao aumento de desigualdades, possibilitou a implementação de novas formas de exclusão social a partir do anseio pela globalização (CIMADAMORE; CATTANI, 2007). Como citado anteriormente, muito dessa perspectiva descende da situação de dependência latino-americana, pois, uma vez que esses países são mais frágeis e economicamente dependentes ao Norte, as condições de desigualdade são fertilizadas, resultando em maiores índices de pobreza. Tais índices, por sua vez, estão vinculados à “crescente transferência de riquezas, provocada pelos pagamentos da

dívida externa e pela alienação dos recursos naturais e serviços básicos privatizados” (LEGUIZAMÓN, 2007, p. 107). Dessa forma, a globalização denota não só uma função de crescimento econômico, mas também de exploração de recursos, o que resulta na globalização da pobreza, indicando que a guinada democrática latino-americana da década de 1990 seria não só neoliberal, como também dependente.

As medidas do Consenso de Washington foram implementadas tanto no Brasil quanto no México e, apesar de não serem foco de comparação neste trabalho, influenciaram intensamente os índices de pobreza e de pobreza feminina em ambos os territórios, pois agiram como antecedentes perfeitos para as mudanças que aconteceriam na década seguinte. Como exposto no capítulo anterior, a globalização neoliberal modificou o setor laboral latino-americano, resultando no aumento da informalidade e do desemprego na região (CIMADAMORE & CATTANI, 2007), afetando sobretudo as mulheres, como é reforçado por Castro (2001, p. 95):

Os programas de privatização e de diminuição dos gastos sociais do Estado e as políticas de flexibilização que afetam níveis de emprego e colaboram no aumento do desemprego atingem as mulheres de forma específica, quer como trabalhadoras, quer como mulheres em famílias de trabalhadores.

O México iniciou a década de 1990 com o economista Carlos Salinas de Gortari (1988 – 1994), do Partido Revolucionário Institucional (PRI), na presidência. O período administrado por Salinas de Gortari ficou marcado na história mexicana pela sua preocupação em resgatar a economia do país, renegociando a dívida externa com os bancos internacionais. Em seu mandato, ele liderou a instauração de políticas neoliberais, agindo em conformidade com o Consenso de Washington. Durante o processo de disseminação da cartilha neoliberal, os EUA utilizaram o México como vitrine para o restante da América Latina, convidando-o, inclusive, para o NAFTA. Portanto, no Governo Salinas de Gortari, o México ficou registrado como o primeiro país latino-americano a aderir “passivamente ao neoliberalismo” (FILHO, 2007, p. 6), sem necessidade de maiores intervenções estadunidenses.

Como reflexo de tais reformas, no final de 1994, estourou uma crise econômica que teve reflexos visíveis em outros países da América Latina (FILHO, 2007). O chamado *Efeito Tequila*¹¹ se agravou no início de 1995, quando a nova presidência tomou posse. Ernesto Zedillo (1994 – 2000), do mesmo partido de Salinas de Gortari, chegou ao poder e, imediatamente,

¹¹ Denominação com conotação xenofóbica usada para se referir à crise econômica mexicana de 1994 durante a primeira semana do Governo Zedillo. Essa crise causou a desvalorização do peso.

alargou a banda de variação da moeda mexicana. No entanto, essa medida só agravou a situação, e o peso flutuou tanto que teve seu valor reduzido pela metade. Os EUA e o FMI concederam um empréstimo de US\$ 50 bilhões ao México, o que acalmou a crise, mas aumentou a dívida externa mexicana. Pelo restante do seu mandato, Zedillo manteve a mesma linha que o seu antecessor e seguiu o plano de privatizações.

A crise de 1994 deixou sua marca registrada no aumento dos índices de desemprego no México e teve grande repercussão internacional, sobretudo na América Latina. Em 1996, a pobreza no país chegou a índices elevados, sendo 69,0% de pobreza patrimonial (relativa) e 37,4% de pobreza alimentícia (absoluta) (CONEVAL, 2018). Muitos países sentiram os efeitos da grande depressão mexicana, e o Brasil, que tinha Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2003) no poder, foi um desses países.

Popularmente chamado de FHC, o ex-presidente e também economista brasileiro Fernando Henrique Cardoso foi responsável por manter o plano neoliberal instaurado no país por Fernando Collor de Mello¹² (1990 – 1992). Fernando Henrique, com um histórico de ligação com a esquerda, implementou políticas de cunho social, como o Bolsa Escola¹³. No entanto, contrariando as expectativas, o Brasil da década de 1990 ficou marcado por um processo de privatizações e de reformas trabalhistas e econômicas. Destaca-se o Plano Real (1994), idealizado por FHC e implementado ainda no governo de Itamar Franco (1992 – 1995), que foi um conjunto de reformas responsável por aliviar a crise inflacionária brasileira que havia se agravado por conta da crise mexicana de 1994.

Durante essa década, os elevados índices de informalidade e desemprego e o aumento da dívida externa foram pontos cruciais para o aumento dos índices da pobreza no Brasil. O trabalho informal oscilou em altas porcentagens, sendo de 52,0% em 1992 e 51,7% em 1999. De modo contrário, o número de desempregados subiu nesse mesmo período, passando de 7,2% para 10,4%, considerando os mesmos anos de referência (CAMPOS, 2015). Logo, quando analisamos a população com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza a partir de dados do IBGE e do IPEA, é possível afirmar que “entre 1992 e 1993, a taxa de pobreza [...] aumentou de 42,1% para 43,0%. Entre 1993 e 1995, diminuiu de 43,0% para 35,1%. Entre 1995 e 2003, manteve-se no entorno dos 35,0%” (CAMPOS, 2015, p. 29).

¹² Collor foi presidente da república até sua renúncia. O mandato foi marcado pelo neoliberalismo, escândalos de corrupção e confisco das poupanças, que levou ao pedido de seu impeachment.

¹³ Idealizado com o intuito de proporcionar melhorias na educação das crianças, visando ao aumento de acessos à educação básica.

Conforme o histórico dos dois países e as considerações levantadas sobre a década de 1990, pode-se afirmar que a construção de um sistema globalizado e neoliberal teve seus reflexos no aumento dos índices de informalidade, desemprego e, por consequência, de pobreza. A linha do tempo apresentada na Figura 1 espelha os acontecimentos expostos nesta seção.

Figura 1 – Momentos políticos e econômicos no Brasil e no México (1990 –1999)



Fonte: Elaborado pela autora.

A relação entre a construção neoliberal de um sistema globalizado e a feminização da pobreza é indicada, primordialmente, pela importância de reconhecer que a vulnerabilidade social das mulheres está intrinsecamente ligada ao sistema de classes, gênero e cor/raça (CASTRO, 2001). Dessa forma, tanto as iniciativas que restringem os gastos dos governos com medidas sociais e acarretam o aumento das taxas de desemprego, quanto o estímulo à reestruturação dos direitos trabalhistas em benefício das instituições, como ocorre no neoliberalismo, possibilitam o aumento dos índices de pobreza. Além disso, tendo em vista a estrutura de poder aplicada pelo mercado de trabalho sobre as mulheres — sobretudo as pobres —, tais ações impactam ainda mais negativamente.

É importante ressaltar que o México não apresenta dados sobre feminização da pobreza na década de 1990, mas é possível analisar o fenômeno nos anos 2000 a partir de indicadores encontrados na CEPAL, como será tratado mais à frente. No entanto, no cenário brasileiro, como introduzido no capítulo 2, o IPEA produziu uma investigação sobre o fenômeno ao longo do período de 1983 a 2003, constatando que não houve feminização da pobreza durante esse período:

Os resultados obtidos permitem-nos afirmar que, para praticamente todas as definições consideradas, entre 1983 e 2003 não houve qualquer padrão de feminização da pobreza no Brasil. A única exceção ocorre quando consideramos feminização como um aumento na proporção de pessoas em famílias do tipo “mulher sem cônjuge” entre os pobres, o que, cabe ressaltar,

pode ser entendido como um mero reflexo das mudanças ocorridas no padrão demográfico da população brasileira nas últimas décadas. (COSTA, *et al.*, 2005, p. 36).

O estudo conclui que, no cenário brasileiro, mesmo com os altos índices de desigualdade racial, desigualdade de gênero, desemprego, informalidade e pobreza, não houve feminização da pobreza em nenhum dos seus indicadores. É importante retomar que, assim como na presente pesquisa, no estudo do IPEA a “feminização” foi caracterizada como um processo que deve ser analisado de um ponto a outro da história. No entanto, a *sobre-representação*, que indica maior número de mulheres em situação de pobreza, foi encontrada em duas situações: a) ao considerar uma distribuição desigual de recursos no âmbito familiar; e b) “mulheres sem cônjuge” e com a presença de dependentes, conforme será analisado no próximo capítulo. Ou seja, os autores apresentam a narrativa de que há *sobre-representação* das mulheres na pobreza, mas que não ocorre o processo de “feminização da pobreza” em si.

É a partir dessa conclusão que se inserem duas questões de grande relevância ao debate. Primeiro, o cenário da década de 1990 apresenta o início do modelo neoliberal no Brasil e no México, e entender os reflexos desse período na década de 2000 é relevante, pois “os parâmetros do neoliberalismo contrariam plataformas dos movimentos de mulheres na América Latina” (CASTRO, 2001, p.95). Mesmo que não existam dados mexicanos sobre a feminização da pobreza nos anos 90 e o Brasil não apresente o processo de feminização, é pertinente averiguar os efeitos da globalização e do neoliberalismo desse período na década seguinte. Como citado, são fatores de aumentam a desigualdade; logo, possibilitam maior pobreza para determinados grupos. A segunda questão é que, se mesmo com os altos índices de pobreza encontrados no Brasil não foi possível identificar a feminização da pobreza, é possível afirmar que essa lógica sustenta a alegação de que pobreza e feminização da pobreza são dois fenômenos distintos. Por essa perspectiva, é uma hipótese plausível haver um processo de “feminização”, mesmo num cenário que aponta redução nos índices de pobreza.

Pode-se constatar que, nesse período, ocorreu o crescimento do neoliberalismo nos dois países. Houve, por exemplo, altos índices de pobreza relacionados ao aumento da informalidade e do desemprego, frutos do processo de globalização neoliberal (FILHO, 2007). Esse processo foi mais agressivo à população pobre e aos grupos mais suscetíveis à pobreza (e à *sobre-representação*), pois as medidas neoliberais restringem, pelo menos um pouco, a ação estatal de políticas sociais de combate à pobreza. Considerando as duas questões apontadas no parágrafo anterior, é essencial, para este estudo, revisar conjuntura política da América Latina

entre 2000 e 2010, analisando suas características na perspectiva social, política e econômica, a fim de entender como os cenários brasileiro e mexicano se encontravam no período de análise.

3.4 CONTEXTO HISTÓRICO (2000 – 2010)

No intuito de analisar e identificar o comportamento da feminização da pobreza no Brasil e no México, uma abordagem que contempla os processos de dependência e globalização gera uma base analítica consistente para um cenário do Sul Global. O Brasil e o México formam esse pilar, principalmente pela relevância que têm na América Latina.

Ambos os países tiveram adesão a políticas neoliberais nos anos 1990 e, por consequência, tiveram o aumento da pobreza (FILHO, 2007) — mesmo sem apresentar feminização da pobreza. Nos anos 2000, Brasil e México passaram pelo *boom dos commodities*, que resultou em ganhos comerciais para região da América Latina como um todo. Ademais, os dois países têm as maiores economias políticas da América Latina e estão entre as 20 maiores economias do mundo. Conforme estimativas liberadas pelo FMI, com base no PIB de 2021, o Brasil ocupa a 12^o posição na economia mundial e o México a 15^o, sendo os únicos países latino-americanos nesse ranking.

O Brasil possui lugar de destaque entre os países de economia emergente, sendo um dos países incluídos no BRICS¹⁴. O México foi outro país latino-americano a ser incluído em um grupo de países em desenvolvimento. O MIST, formado por México, Indonésia, Coreia do Sul e Turquia, foi muito notado na década de 2000. Em alguns casos, o crescimento do grupo foi tão relevante que se especulou a possibilidade de substituir o BRICS no Sistema Internacional, mas o poder que o grupo havia alcançado se enfraqueceu após a Crise de 2008¹⁵. Essa crise teve como efeito “falências, precarização do trabalho, desemprego, endividamento público e privado, desmonte de serviços públicos, aumento da desigualdade social, dificuldades econômicas e sofrimento social” (ANDRADE, 2019, p.115). Durante esse período, a classe trabalhadora — incluindo a classe média — sentiu o declínio econômico como resultado do regime de acumulação.

Após a virada do século, os dois países já estavam seguindo o modelo econômico neoliberal. O Brasil passou por uma mudança política com o Governo Lula (2003 – 2010),

¹⁴ Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul formam o grupo que possui como principal objetivo apoiar a ampliação econômica dos países em desenvolvimento. Exerce, portanto, uma relação Sul-Sul, fortificando uns aos outros sem reforçar a dependência.

¹⁵ Essa crise teve início dentro do setor imobiliário dos Estados Unidos da América. Foi o crédito dos bancos para esse setor que ocasionou o descontrole dentro do país, que se disseminou por toda a América Latina.

seguindo um caminho progressista, conforme defendido pelo Partido dos Trabalhadores (PT), ao qual Lula é filiado. Ao passo que o México, com Vicente Fox (2000 – 2006) e Felipe Calderón (2006 – 2012), ligados ao Partido Ação Nacional (PAN), entrou em mais uma década de políticas com caráter ainda mais restritivo. No entanto, mesmo com divergências de ações, é possível traçar um ponto em comum na metodologia exercida pelos países, pois ambos mantiveram — em algum nível — políticas neoliberais e conseguiram manter a década de 2000 liderada por um só partido.

O início do Governo Lula marcou uma virada econômica no Brasil, com uma tentativa de se desprender da dependência norte-americana. Para isso, buscou estreitar laços com outras nações emergentes, como as da Ásia (CAMPOS, 2015), e manteve a redução da pobreza como foco principal de sua agenda. Por sua vez, Fox seguia os planos da cartilha neoliberal para o México, comprometendo-se com os EUA, inclusive procurando maior aprofundamento das relações entre os países do NAFTA (México, EUA e Canadá). Tanto Lula quanto Fox assumiram os países com elevadas taxas de pobreza, as quais foram agravadas pelas crises dos anos 1990. Ambos os presidentes apresentaram, até 2006, preocupação com a razão da dívida pública/PIB, como aponta Ricardo Streich (2017, p. 4): “no caso brasileiro de 51,8% a 44% (IPEADATA), no México, por sua vez, o percentual continuou praticamente estável, de 22,6% a 21,4% (INEGI, 2006)”.

Fox assumiu o governo após um longo período do Partido Revolucionário Institucional (PRI) no poder estatal, estabelecendo um cenário de “alternância” política. Fox instituiu um discurso otimista sobre o futuro da economia e da política externa mexicana. Colocou o foco de sua campanha na diminuição da corrupção e do desemprego, discurso geralmente relacionado à direita, e depositou grande expectativa nas relações com os Estados Unidos da América e com o Canadá, conforme as próprias palavras de Fox:

O segundo eixo da política exterior do México foi a construção de uma associação estratégica para a prosperidade com os Estados Unidos e com o Canadá, partindo de um relacionamento, já estreito, que descansa sobre o Tratado de Livre Comércio da América do Norte — NAFTA — e que é articulado em torno de uma visão integral de longo prazo e conceitualmente inovadora [...] O nosso objetivo de longo prazo é estabelecermos com os Estados Unidos, e também com o Canadá [...] um conjunto de vínculos e instituições similares àqueles criados pela União Européia [*sic*], visando cobrir temas tão importantes para a futura prosperidade da América do Norte, como a liberdade de movimentação de capitais, bens, serviços e pessoas. (QUESADA, 2002, p. 227 - 228).

Sob essa perspectiva, o México seguiu a cartilha neoliberal e manteve em sua agenda posturas que poderiam sustentar a situação de dependência. Além da desigualdade econômica encontrada na comparação entre os 3 países do NAFTA, os EUA possuem a maior influência no direcionamento das demandas do grupo. A balança econômica estabelecida, principalmente na relação México-EUA, desfavorece o produto mexicano e dificulta o encontro de um equilíbrio comercial. O desenvolvimento estadunidense permite uma produção não apenas em maior escala, mas mais tecnológica, aumentando os preços de exportação em relação ao seu vizinho latino-americano (BAMBIRRA, 1992).

Nesse contexto, é necessária uma breve abordagem sobre as chamadas maquiladoras mexicanas. Em resumo, tratam-se de empresas que realizam o trabalho inicial de um processo de produção (a manufatura) que será concluído em outro país. Em virtude da redução das tarifas e da fronteira estratégica, o NAFTA colaborou bastante para o aumento dessas empresas. Nessa relação, os Estados Unidos se utilizaram de suas próprias indústrias em território mexicano, a fim de se apropriar da mão de obra local por um menor custo (BAUMGRATZ; CARDIN, 2019).

Até a década de 1990, essa força de trabalho era caracterizada pelo grande número de mulheres, sobretudo jovens e com baixo nível de escolaridade, geralmente enfrentando longas jornadas de trabalho. No entanto, com o decorrer da década, essa dinâmica mudou, e a mão de obra feminina nas maquiladoras reduziu, pelas seguintes razões apresentadas por Irma Balderas Arrieta em um verbete de *Latinoamericana — Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*¹⁶ (2006):

i) a queda drástica do poder aquisitivo do salário real médio em âmbito nacional, que em situação de pobreza tende a nivelar por baixo os rendimentos masculinos com os femininos; ii) o crescente desemprego estrutural, que levou os homens a procurar empregos até nas maquiladoras; iii) uma mudança de orientação das empresas maquiladoras, nas quais cresceram as subsidiárias da indústria automobilística, as manufaturas de autopeças — uma ocupação que tem sido de predomínio masculino —; e iv) a introdução de nova tecnologia, que desloca mulheres que realizam atividades manuais enquanto contrata homens operadores dessa tecnologia. (ARRIETA, s.d., s.p.)

O resultado disso foi a queda de 80,0% para 50,0% da mão de obra feminina nas indústrias maquiladoras. Pelo mesmo verbete de Arrieta, é possível identificar a importância

¹⁶ A enciclopédia latino-americana apresenta pontos específicos da história da América Latina e do Caribe. Recebeu o prêmio Jabuti de Melhor Livro de não ficção e um site que fornece todo o seu conteúdo de forma online e gratuita.

dessas empresas no mercado de trabalho mexicano no decorrer da década de 2000. Na virada do século, elas chegaram a fornecer 1.291.232 de empregos. Em 2003, o número baixou para 1.062,105, aumentando, em 2004, para 1.115.230 empregados na manufatura.

Desse modo, os EUA utilizaram o território mexicano como um terreno mais barato para a produção inicial de seus produtos, sem a preocupação de garantir a divisão desses ganhos com o país vizinho, com a justificativa de que estariam gerando empregos para a população mexicana. Mesmo com o estreitamento das relações entre os países, as fronteiras sociais entre eles não eram tão abertas. Após o 11 de Setembro e a Guerra ao Terror¹⁷, os EUA estavam ainda menos inclinados a atender as demandas sulistas. A crise que abalou o ano de 2001 foi responsável pela retirada de numerosas empresas maquiladoras do México, deixando milhares de mexicanos desempregados, evidenciando o potencial de dependência dessa relação. Ou seja, até mesmo parte do setor trabalhista mexicano se encontrou dependente do Norte Global.

Abalada pela mesma questão, a migração mexicana para os EUA passou a ser outro ponto crítico, indicando que o NAFTA não passaria de mais um acordo puramente comercial. Essa questão afrontou uma das principais medidas apresentadas pelo então presidente Fox: a defesa dos Direitos Humanos. Protagonizando a sustentação de um ideal que vai na contramão de muitas políticas de direita, o ex-presidente expressou grande preocupação pela defesa dos Direitos Humanos como uma das suas principais iniciativas de política externa. Entre outras razões, o governo mexicano optou por não cooperar com a Guerra ao Terror e nem com a Guerra do Iraque, causando o fechamento das fronteiras a mando do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, que enviou soldados à divisa entre os dois países para impedir a migração e o tráfico, recorrentes na área.

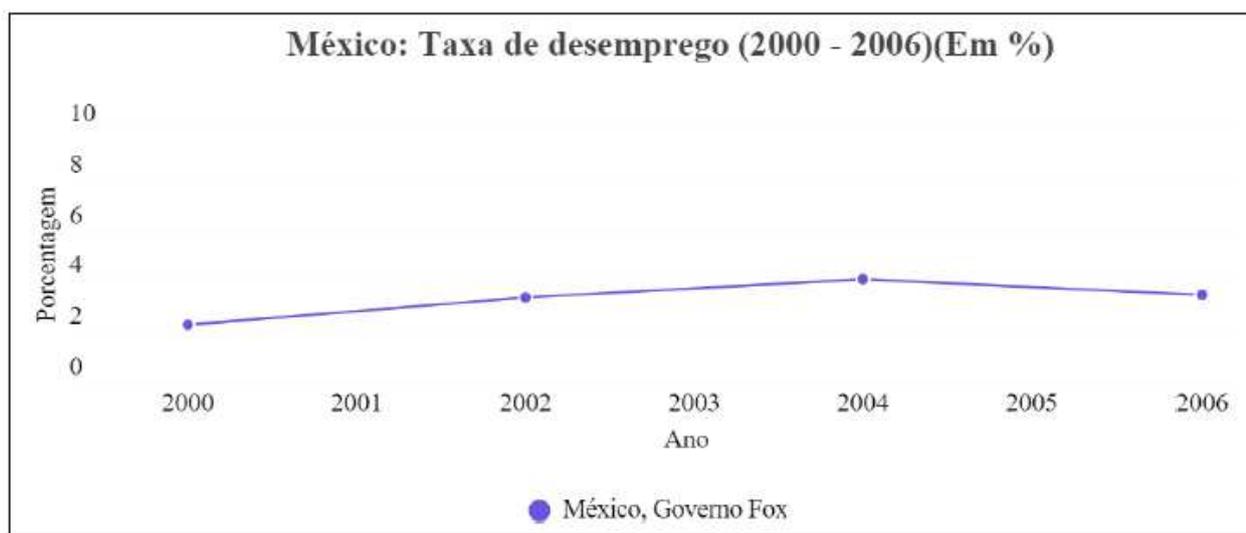
Essa foi a resposta do governo estadunidense à não colaboração mexicana nos seus interesses políticos. Apesar das mudanças na relação entre os dois países, o México não deixou de participar dos acordos comerciais com os demais países norte-americanos, porque manter essa conexão era muito importante para o Governo Fox, já que a pobreza e o desemprego se mostravam presentes no México. Fox tinha as relações internacionais como plano para fortalecer a economia mexicana, e os EUA precisavam manter as relações com o México para manter o seu acesso à mão de obra mexicana sem gerar grandes atritos entre os países.

As variáveis analisadas nesta pesquisa passaram por oscilações durante as atividades do Governo Fox. Os setores político e econômico foram impactados a ponto de moldarem a década

¹⁷ Termo cunhado para representar o repúdio às práticas consideradas terroristas pelos Estados Unidos. A ampliação desse discurso acarretou em muitas discussões sobre a xenofobia contra a população do Oriente Médio, que perdura até hoje.

de 2000 para um contexto diferente da anterior. O mercado de trabalho e os índices de pobreza são indicadores dessa alteração. Apesar do crescimento do PIB, o desemprego no México nos primeiros cinco anos do PAN passou por um aumento em seus índices, conforme apontado na Figura 2.

Figura 2 – México: Taxa de desemprego (2000 - 2006) (Em %)



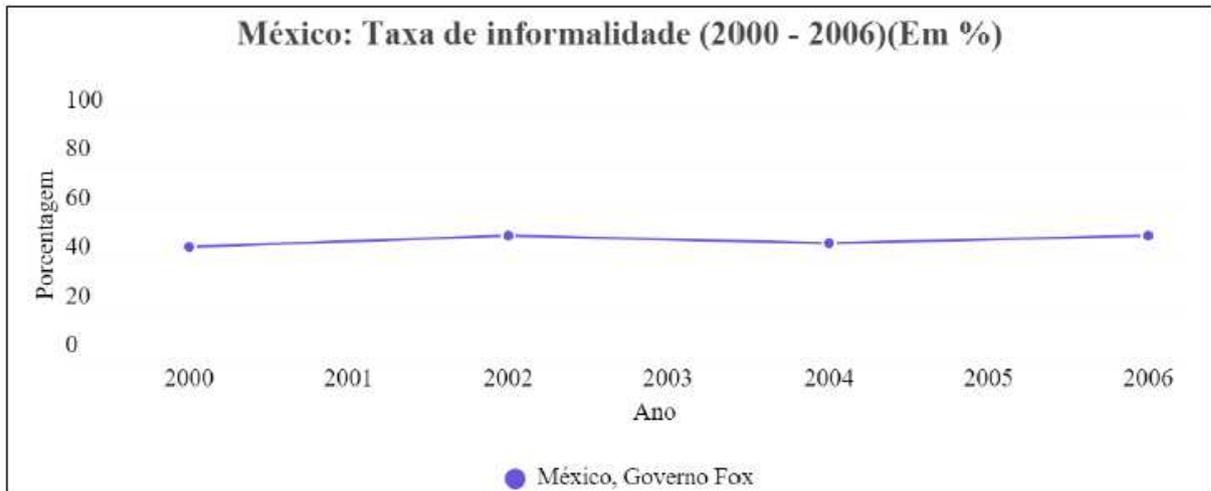
Fonte: (CEPALSTAT, 2022).

Como resposta às políticas aplicadas por Fox e às relações estabelecidas com o governo estadunidense, o México sofreu com a elevação da taxa de desemprego, prejudicando o bem-estar econômico e social de um grande número da população ativa. Conforme pode ser analisado, o desemprego mexicano passou de 2,2% no início do governo para 3,3% no final do mandato. Em dados atualizados da CEPAL (2022), é possível observar a taxa de desemprego da população em uma divisão por sexo, pelo menos nos últimos dois anos do governo. Essas taxas pouco oscilaram, sendo que a masculina não passou de 4,5%, e a feminina não passou de 2,6%. Esses dados com divisão de gênero serão abordados com maior ênfase no capítulo 4.

A taxa de desemprego teve reflexos em outra variável: a informalidade passou por um processo de ampliação, sobretudo de pessoas sem qualificação profissional. Os dados de informalidade são apresentados pela CEPAL a cada 2 anos. Nesse caso, considera-se, no geral, a informalidade de pessoas sem ensino superior ou técnico, em trabalho doméstico, empregados e assalariados de microempresa e trabalhadores independentes. A taxa de informalidade foi de 45,4%, em 2000 para 50,0% em 2002, retraindo a curva para 46,9% em 2004 e encerrando o mandato de Fox com 49,6% da população em trabalho informal. Apesar de não ser o maior pico

de informalidade de seu governo, Fox entregou a presidência para Calderón com uma taxa ainda maior do que recebeu, como pode ser confirmado na Figura 3.

Figura 3 – México: Taxa de informalidade (2000 - 2006) (Em %)



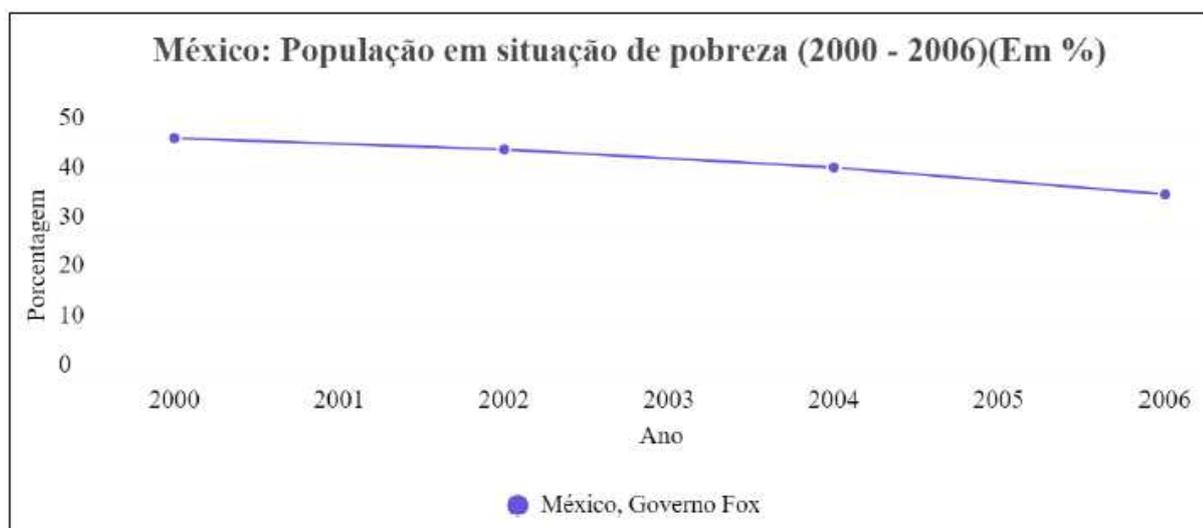
Fonte: (CEPALSTAT, 2022).

Estabelecendo uma análise dos reflexos das políticas do governo a partir dos índices observados nas variáveis apresentadas, é possível destacar um padrão estrutural. Trata-se do reflexo negativo das políticas neoliberais dentro do setor laboral. A taxa de emprego informal mostrou variações ao longo desse período, tanto aumentando quanto diminuindo em diferentes momentos. Entre 2000 e 2002, a taxa de emprego informal aumentou em 4,6%; entre 2002 e 2004, houve uma diminuição de 3,1%; entre 2004 e 2006, a taxa de emprego informal aumentou em 2,7%. No geral, houve um aumento líquido de 3,1% na informalidade entre 2000 e 2006.

Ao final do Governo Fox, tanto o desemprego quanto a informalidade atingiram percentuais maiores do que no início. Os gráficos da Figura 2 e da Figura 3 sugerem um pequeno aumento do desemprego e da informalidade (que chegou a 50,0% dos trabalhos no país). Isso indica que as medidas estabelecidas por Fox não estavam trazendo melhoria de vida para a população.

Outro fator relevante a ser considerado em relação a esse período foi o fortalecimento do PIB mexicano, que experimentou um crescimento de 3,7% (STREICH, 2017). Um indicativo desse crescimento pode ser observado com a redução da pobreza durante esse período. É importante ressaltar que essa é uma média geral e que podem ter ocorrido flutuações ao longo desses anos.

Figura 4 – México: Pessoas abaixo da linha da pobreza (2000 - 2006) (Em %)



Fonte: (CEPALSTAT, 2022).

Fox assumiu a presidência mexicana num cenário em que a pobreza atingia cerca de 49,0% da população. Esse índice começou a declinar, alcançando 46,4% em 2002 e 42,8% em 2004. Em 2006, a população mexicana abaixo da linha da pobreza chegou a 37,3%, quando atingiu o menor nível do mandato. Ou seja, apesar do aumento do desemprego e da informalidade, a pobreza mexicana teve uma redução.

Damián (2003) comenta sobre essa dinâmica e aponta a controvérsia que é o declínio da pobreza num período em que a economia local se encontrava tão baixa. Diante disso, a autora busca averiguar os índices de pobreza por outro método de investigação, o *Método de Medición Integrada de la Pobreza* (MMIP)¹⁸, que consiste numa análise baseada na “aquisição periódica, além de possuir moradia, serviços públicos (água, esgoto, eletricidade, coleta de lixo etc.), bens duráveis, tempo e acesso a serviços de educação, saúde e segurança social” (DAMIÁN, 2003 p. 39, livre tradução). A partir da análise, a autora concluiu que também houve redução da pobreza ao utilizar o MMIP, mas que “a porcentagem da população que sofre de falta de tempo aumentou nesses seis anos (de 45,9 para 52,3%), assim como a classificada como pobre não indigente (de 40,7 a 44,9%)” (DAMIÁN, 2003 p. 40, livre tradução). Portanto, a conclusão é que a pobreza no México passou por uma diminuição durante o período governado por Fox, a

¹⁸ *Método de Medición Integrada de la Pobreza*, ou Método Integrado de Medição da Pobreza. Utiliza como fórmula as carências de infraestruturas físicas e sociais básicas para viver e o rendimento familiar; dessa forma, é possível calcular a linha da pobreza. No geral, esse método coloca em perspectiva se o rendimento familiar é o suficiente para adquirir os recursos básicos para a sobrevivência. Aqui, pode-se dizer que o MMIP analisa a pobreza relativa e absoluta de modo integrado.

qual está vinculada à extensão do tempo trabalhado, decorrente da necessidade de assegurar o básico para sobrevivência.

No entanto, apesar dessa queda, a taxa de pobreza continuava alta. Como mencionado, o menor índice foi de quase 37,0%. As dinâmicas estabelecidas entre México e Estados Unidos podem ter sido fatores atenuantes desse índice. A vontade de Fox em estreitar laços com os EUA permitiu o uso da mão de obra mexicana. Como citado, as maquiladoras cresceram no país, e esse modelo não foi vantajoso para o México, porque aprofundou as desigualdades sociais, não foi agente de redução da pobreza. Com essa informação, é possível afirmar que o NAFTA teve mais resultados positivos para os EUA — por utilizar espaço mexicano — do que para o México, que teve sua mão de obra utilizada num processo de exploração. Diante do aumento do desemprego, muitos trabalhadores mexicanos foram inseridos em trabalhos precários e informais (Figura 2).

Durante esse processo de ampliação do neoliberalismo no território mexicano pelo Governo Fox, o Brasil entrava num governo progressista. O Governo Lula, de um partido com raízes de esquerda, apresentou mais medidas sociais, justamente com o objetivo de reduzir a pobreza no Brasil. No entanto, é importante ressaltar que, mesmo com essa diferença, Lula também foi líder de um governo neoliberal. Em algumas reportagens da época, tanto na imprensa brasileira quanto na mexicana, é fácil encontrar manchetes que aproximam os dois presidentes, tanto no apoio de Fox à eleição de Lula quanto na intenção de trabalharem juntos na política externa.

Como abordado na seção 3.3, o governo antecessor ao de Lula foi o responsável por intensificar o neoliberalismo no país, e essa dinâmica resultou em similaridades com o México de Zedillo, de modo que, na década de 1990, o crescimento da pobreza acabou sendo inevitável no Brasil. Ao trazer o discurso político para a classe trabalhadora, Luiz Inácio Lula da Silva passou a crescer nas intenções de voto dos brasileiros e ganhou a eleição presidencial com 61,27% dos votos, perdendo somente em um dos 26 estados brasileiros no segundo turno nas eleições.

O primeiro mandato de Lula chegou após uma longa corrida na disputa presidencial. Um diferencial da campanha vitoriosa foi a sua aproximação com o mercado, mas sem deixar de lado as demandas dos pobres e dos trabalhadores, pois a preocupação com a população abaixo da linha da pobreza foi o grande marco de sua campanha e de seu mandato. Entretanto, Lula adotou um discurso e práticas que também contemplavam o empresariado, conciliando as demandas sociais com os interesses do mercado.

No âmbito **econômico**, Lula se comprometeu com a permanência da estabilidade do Real e com o controle da inflação, acalmando tanto a grande preocupação dos investidores do mercado financeiro do país quanto a população trabalhadora traumatizada com a década anterior. No âmbito **social**, os pilares para o processo de redução da desigualdade social foram as medidas de inclusão, segurança, moradia, educação e saúde. No âmbito **político**, a diplomacia e os acordos econômicos internacionais executaram um papel importante para colocar o Brasil no SI com um ator internacional reconhecido. Essas três vertentes serão abordadas a seguir.

O período de 2003 a 2006 teve como um grande marco o aumento de políticas sociais, as quais foram elaboradas exclusivamente com o objetivo de reduzir a pobreza e a extrema pobreza no Brasil. Em seu primeiro ano de mandato, Lula lançou o Fome Zero, evidenciando a sua prioridade de transformar a fome em algo a ficar no passado do país. O Governo Lula utilizou-se do programa Bolsa Escola, criado por Fernando Henrique Cardoso, para instaurar as medidas de redução da pobreza e extrema pobreza, que era o principal objetivo de seu governo:

O alívio imediato da pobreza por meio de transferência direta de renda às famílias; exercício dos direitos sociais básicos nos setores de educação, saúde e assistência social, através do cumprimento das condicionalidades; e, capacitação das famílias através de programas complementares de alfabetização, de geração de emprego e renda. (DANTAS *et al.*, 2002, p. 719)

Para implementar essas medidas, Lula transformou o Bolsa Escola no Bolsa Família, uma iniciativa do Fome Zero. No âmbito social, o “novo” programa tinha como objetivo beneficiar a população pobre, auxiliando as famílias no processo de combate à fome e à miséria — sobretudo famílias com estimativa salarial baixa ou muito baixa e nas quais havia menores de idade e/ou gestantes. A criação de cisternas foi outra medida social executada pelo programa. O acesso à água potável foi introduzido principalmente no nordeste do país, que vinha sofrendo com escassez de água e seca. Também fez parte desse processo a criação de restaurantes populares por todo país, oferecendo comida a um custo mínimo e preparada com acompanhamento e orientação de nutricionistas.

Por essas razões, considera-se o Fome Zero como a maior iniciativa de combate à fome e à pobreza já aplicada no país. O Programa Bolsa Família (PBF) auxiliou muitas famílias a se desenvolverem socialmente, colaborando com a diminuição da desigualdade e na distribuição

de renda, o que levou à redução da pobreza. No entanto, algumas considerações sobre melhorias desse projeto são elaboradas:

O programa não conseguiu a adesão de toda a população que vive em condição de pobreza e extrema pobreza, e apesar do sistema de gestão que acompanha e fiscaliza a destinação dos recursos ter evoluído e usar tecnologia e transparência, o PBF ainda é alvo de fraudes e desvios de recursos. O Brasil é um país com dimensões continentais, com uma diversidade geográfica e cultural muito grande que amplia as desigualdades regionais, e o PBF vem como uma iniciativa que, integrada com outras de igual importância, podem contribuir para a redução dessas desigualdades de renda, saúde, educação, de condição de vida e oportunidades. (DANTAS *et al.*, 2002, p. 725).

Para esta pesquisa, é importante ressaltar que, como titulares do benefício, o Bolsa Família priorizou as mulheres que tivessem filhos com frequência escolar comprovada e carteira de vacinação em dia. Essa medida, apesar de não ser uma política específica para redução da desigualdade de gênero, beneficiou as mulheres que se encontravam abaixo da linha da pobreza.

Ainda dentro do contexto social, foi prioridade do governo Lula, junto com o Fome Zero, a “Política de Promoção da Igualdade Racial, coordenada pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, e a Política da Promoção da Igualdade de Gênero, impulsionada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres” (MELO; BANDEIRA, 2005, p. 45). Essa impulsão dada pelo governo evidencia a preocupação em atender às políticas de combate à desigualdade e à pobreza nas duas categorias (raça e gênero).

Outro ponto importante a ser descrito é a política financeira, que consistiu, primeiramente, em baixar a inflação, que se encontrava em torno de 12,5% no ano anterior, e reduzir a dívida pública. Como citado, a aproximação com o mercado foi mais um marco do setor econômico do Governo Lula. Enquanto encontrava o apoio da população em seu investimento no combate à pobreza, o presidente Lula — que até então não havia ganhado eleição presidencial — precisou transformar o seu discurso para agradar também o outro lado da moeda: os investidores do mercado financeiro e a elite brasileira. Nesse sentido, Lula abandonou algumas posturas que eram vistas como “esquerdas demais” e, com essa perspectiva, seu governo adotou a ideia de que seria aumentando a taxa básica de juros (TEIXEIRA, 2008) que a inflação seria controlada. Essa taxa satisfaria o mercado, e a queda inflacionária satisfaria a população.

É pertinente destacar o papel da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). Criada no Governo Lula com a finalidade de tornar as mulheres visíveis dentro do governo, a SPM

possuía status de ministério. Tinha como objetivo garantir os direitos a partir de políticas públicas, com a finalidade de melhorar a vida das mulheres brasileiras. Dentre tais medidas, destaca-se a Lei Maria da Penha, sancionada pelo presidente Lula em 2006. Essa lei tornou ainda mais rigorosa a punição para agressões sofridas pelas mulheres no âmbito doméstico e familiar, tendo sido uma conquista do movimento feminista brasileiro contra a violência sofrida por milhares de mulheres todos os dias no país.

Uma medida específica para combater a pobreza entre as mulheres foi uma iniciativa dessa Secretaria, o Plano Nacional de Política para as Mulheres (PNPM), que teve como prioridade ampliar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, adotando medidas que promovessem esse aumento. Esse plano reconhecia o dever do Estado na reparação das desigualdades sociais e de gênero. Para além do trabalho, a Secretaria tinha planos econômicos e educacionais para as mulheres (FREIRE, 2005)¹⁹.

A conduta econômica adotada pelo governo teve reflexos ainda na década de 2000. No entanto, a desvalorização cambial iniciada em 2002 impediu que esse crescimento fosse maior e mais acelerado (BARBOSA; SOUZA, 2009). Durante o primeiro ano do Governo Lula, o PIB brasileiro decolou de 508 bilhões de dólares (2002) para 558,3 bilhões (2003). Por outro lado, o Banco Central passou a diminuir a taxa Selic ainda em 2003, ao passo que a inflação declinou.

Se durante as primeiras medidas instauradas já foi possível observar um aumento do PIB e uma redução da inflação, a queda da taxa de juros foi um comportamento que se seguiu no ano seguinte:

Iniciando nossa análise com a política monetária, vemos que a inflação e a taxa básica de juro continuaram a cair no início de 2004. Mais especificamente, em abril daquele ano a taxa Selic foi reduzida para 16,0%, a inflação acumulada em 12 meses caiu para 5,6%, e a taxa de juro real da economia atingiu 9,4% aa. O impacto combinado desta redução na inflação e na taxa de juro real foi um estímulo à expansão do crédito e ao crescimento da economia, em particular por meio do aumento do consumo e do investimento privados, que haviam caído em 2003. (BARBOSA; SOUZA, 2009, p. 5).

A economia brasileira parecia estar se restabelecendo após a Crise do Real que ocorreu no final do mandato de FHC. Lula aproveitou para estender esse crescimento para além das fronteiras, fortalecendo os laços econômicos e comerciais do Brasil com outros países. Na política internacional, o Governo Lula, ao contrário do Governo Fox, seguiu um caminho de

¹⁹ Nilcéa Freire: Ex-ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República no Governo Lula.

distanciamento dos EUA. Por esse viés, houve a aproximação do Brasil com outros países emergentes que compartilhavam de demandas similares, principalmente através do BRICS, que proporcionou uma maior ligação com a China, a qual se tornou um dos maiores parceiros comerciais do país.

Durante esse período, a exportação de *commodities* — matérias-primas que podem ser estocadas sem perder a qualidade — foi a responsável pela maior parte da aproximação entre Brasil e China. A relação estabelecida entre os países durante uma visita do presidente brasileiro à China foi baseada em 4 pilares:

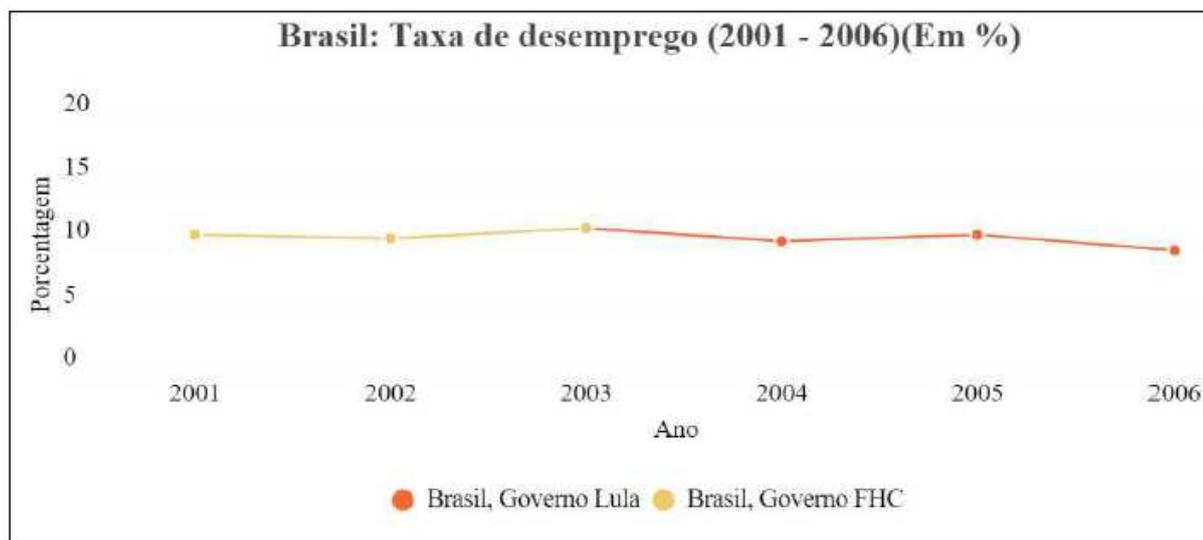
a) fortalecimento da confiança política mútua, com base em um diálogo em pé de igualdade; b) aumento do intercâmbio econômico-comercial com vistas ao benefício recíproco; c) promoção da cooperação internacional, com ênfase na coordenação das negociações; d) promoção do intercâmbio entre as respectivas sociedades civis, de modo a aprofundar o conhecimento mútuo. (LIMA, 2016, p. 280).

Essa proximidade com a China foi responsável por permitir que o Brasil tivesse um aliado economicamente forte. Em virtude da grande população chinesa, o comércio entre os países consistia em lucro para o Brasil. Em 2003, o comércio chegou à marca de 6 bilhões de dólares, fazendo dos chineses um dos três maiores importadores de bens brasileiros (VILELLA, 2004).

A política externa adotada por Lula foi centrada em priorizar as relações com demais países do Sul, utilizando a cooperação como uma forma de auxílio mútuo. Por essa perspectiva, apesar de não ser possível quebrar completamente o vínculo com o Norte, foi possível identificar uma tentativa de distanciamento. No entanto, Lula criou e manteve uma boa relação com o presidente Bush até o final de seus mandatos. A política internacional de Lula buscava, portanto, manter o fluxo comercial estrangeiro, alcançar autonomia internacional e cultivar boas relações com os demais países.

Já no âmbito doméstico, o governo demonstrava grande preocupação em atingir o menor índice possível de pobreza no país. Sendo assim, o mercado de trabalho deveria ser alvo de ação e sentir as consequências positivas das medidas implementadas. Analisando a taxa de desemprego, podemos ver o impacto dessas mudanças no mercado de trabalho:

Figura 5 – Brasil: Taxa de desemprego (2001 - 2006) (Em %)



Fonte: (CEPALSTAT, 2022).

A CEPAL, apesar de não fornecer dados a partir dos anos 2000, contempla o período inteiro governado por Lula. As taxas de desemprego, como exposto na Figura 5, tiveram poucas oscilações. Os dois primeiros anos pontuaram 10,7 e 10,4%, respectivamente. Em 2003, Lula inicia o mandato com uma taxa de 11,3%. No primeiro ano do PT, o percentual desce para 10,2% em 2004 e sobre novamente em 2005 para 10,7%, quando decresceu e encerrou o primeiro mandato com a taxa de desemprego em 9,5%; ou seja, menor do que o número inicial.

Em resumo, Entre 2001 e 2006, houve uma tendência geral de redução da taxa de pobreza no Brasil. Inicialmente, a taxa era de 10,7% em 2001 e atingiu seu ponto mais baixo em 2006, com 9,5%. Essa diminuição de 1,2 pontos percentuais indica que, em média, houve uma melhoria nas condições de vida de uma parcela da população brasileira durante esse período. Apesar da tendência geral de redução da pobreza, é importante ressaltar que houve flutuações anuais nas taxas ao longo dos anos. Por exemplo, em 2003, a taxa de pobreza aumentou para 11,2% em comparação com o ano anterior. No entanto, essas variações podem ser influenciadas por fatores econômicos, sociais e políticos específicos de cada ano. Esses números também podem refletir o impacto de políticas públicas voltadas para a redução da pobreza. Durante esse período, o Brasil implementou programas sociais significativos, que buscavam combater a pobreza e a desigualdade.

Verifica-se que o primeiro ano do Governo Lula foi o que mais pontuou, assim como o último foi o que menos pontuou. Mesmo com pequenas variações, o desemprego diminuiu. Por outro lado, a informalidade não teve oscilações, pois se manteve em queda constante:

Figura 6 – Brasil: Taxa de informalidade (2001 - 2006) (Em %)



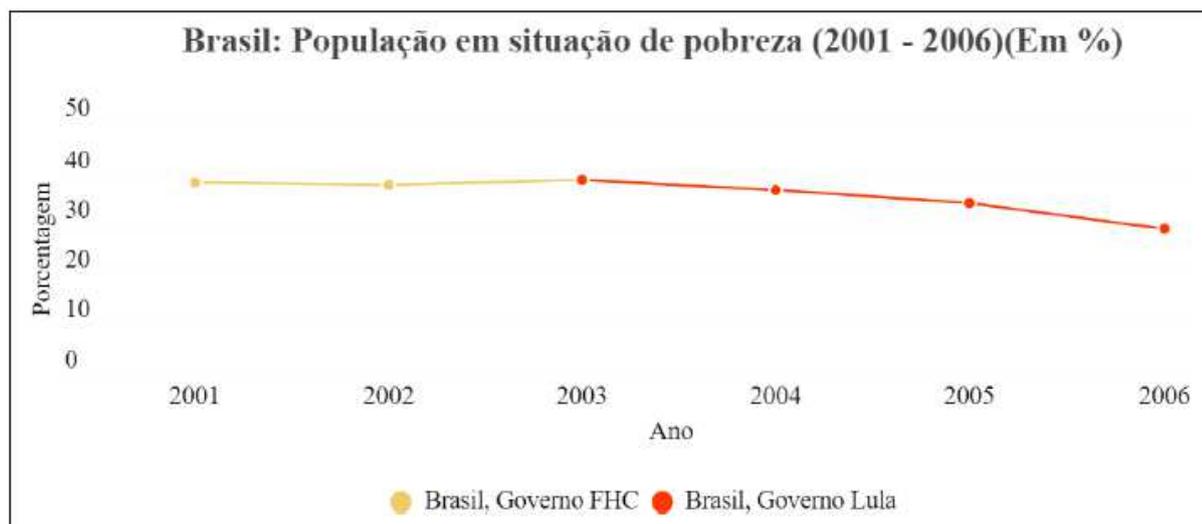
Fonte: (CEPALSTAT, 2022).

Como apresentado na Figura 6, os dois anos governados por FHC na década de 2000, pontuam 47,3%, (2001) — a taxa mais alta do gráfico — e 44,4% em 2002. Em 2003, Lula assume e a informalidade segue em queda. Em 2004 e 2005, a taxa de informalidade é 43,1% e, finalmente, em 2006, alcança a taxa mais baixa, 41,8%. Mesmo sendo uma queda considerável, de quase 6,0%, ainda é um número muito alto de trabalhadores informais. No próximo capítulo, ao inserir o recorte de gênero, esse número supera a marca de 50,0% para as mulheres. Novamente, um indício da desigualdade social que afeta as mulheres.

Ao longo desse período, observamos que as taxas de trabalho informal no Brasil se mantiveram relativamente estáveis, com variações limitadas. As taxas flutuaram entre 41,8% e 44,4%, indicando uma certa consistência na informalidade do mercado de trabalho.

Com o aumento dos auxílios concedidos pelo Governo Lula, a população pobre passou a ter acesso a esferas que viabilizam a saída da linha da pobreza. Foi através da educação que as gerações passaram a conquistar mais oportunidades de acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho (MELO; BANDEIRA, 2005). Os reflexos dessas medidas podem ser observados quantitativamente através do gráfico apresentado na Figura 7. É possível observar que, no governo anterior, a taxa de pobreza variou em torno de 37,0%. Em 2003, chegou a 38,8%, mas posteriormente ocorreu uma queda significativa, alcançando uma taxa de 29,1% em 2006:

Figura 7 – Brasil: Pessoas abaixo da linha da pobreza (2001 - 2006) (Em %)



Fonte: (CEPALSTAT, 2022).

A queda da pobreza no Brasil foi um reflexo do crescimento econômico e decorreu não apenas do *boom dos commodities*, mas também das medidas para reduzir a pobreza, que era prioridade do governo. Como citado anteriormente, para terem acesso ao Bolsa Família, as famílias precisavam comprovar a frequência escolar dos dependentes menores de idade. Por essa razão, os mais jovens se mantinham presentes nas escolas, havendo menos risco de evasão escolar. O PT sempre discursou que o acesso à educação e os incentivos para tal seriam fatores cruciais para a redução da pobreza.

Partindo para uma breve comparação entre os primeiros presidentes eleitos no Brasil e no México na virada do século, tendo como parâmetro suas políticas econômicas e sociais, tornou-se claro que a pobreza foi reduzida nos dois cenários. O Produto Interno Bruto foi outra característica que teve uma modificação em benefício de ambos os países:

Os países viveram, então, anos de crescimento econômico, além de um processo de desconcentração de renda. O crescimento do PIB obteve médias de 3,7% no mandato Fox e 3,45% no primeiro mandato de Lula (BANCO MUNDIAL), ao passo que a taxa de pobreza caiu de 41,10% para 31,7% no México e de 37,8% para 33,4% no Brasil (CEPALSTAT). Os resultados dos indicadores econômicos e sociais acabaram por ajudar a garantir sucessos eleitorais para os dois governantes. (STREICH, 2017, p. 4).

Lula encerra seu primeiro mandato já eleito por mais quatro anos como presidente da república e chefe de Estado, com o sucesso do Fome Zero a ser continuado, e Fox passa a faixa presidencial para o colega de partido Felipe Calderón, que chega ao poder com protestos e acusações de fraude eleitoral por parte da população mexicana.

A campanha eleitoral de Calderón apresentou os mesmos princípios econômicos neoliberais que Fox, já que também representou o PAN nas eleições de 2006. Nessa nova campanha, o partido buscou ingressar com uma bancada mais conservadora, a fim de levantar as bandeiras mais intrínsecas ao partido, como o combate à corrupção e ao tráfico de drogas. A base da campanha de Calderón partiu do reconhecimento de avanços realizados pelo seu antecessor e de como o México havia ingressado num processo evolutivo desde a entrada panista no poder (STREICH, 2019).

A cartilha eleitoral de Calderón era composta por dois eixos. No setor econômico, havia a preocupação de manter as políticas neoliberais e o alinhamento com os EUA na relação comercial estabelecida nos anos anteriores. A criação de novos empregos era a grande proposta da sua candidatura, com o slogan eleitoral de se tornar “*el presidente del empleo*”. Rafael Streich (2019) aponta que, além de criar novos empregos, Calderón buscava apresentar melhorias nos já existentes, uma vez que a taxa de desemprego mexicana não alcançava níveis alarmantes — 3,6% conforme a CEPALSTAT. Ademais, os salários oferecidos ainda não seriam considerados o suficiente para atingir a estabilidade econômica e social da população mexicana. A baixa rentabilidade salarial poderia ser vista como um agravante para o grande aumento da migração de mexicanos para os Estados Unidos, vista como um problema a ser solucionado (STREICH, Rafael, 2019).

Como citado anteriormente, a eleição de Calderón marcou uma guinada mais consistente ao conservadorismo. Enquanto no Brasil o Governo Lula exercia políticas progressistas — ainda que neoliberais —, Felipe Calderón demonstrou os seus posicionamentos conservadores desde a campanha, citando preocupação com a “família” e a “pátria” mexicana. Rafael Streich (2019) comenta que, durante o período eleitoral, Calderón se posicionou contrário ao casamento homoafetivo, ao aborto e à pílula do dia seguinte, corroborando as características direitistas do Partido Ação Nacional. Em contrapartida, contrariando o Governo Fox, buscou recriar laços com Cuba e Venezuela, ainda que mantendo uma relação estreita com os EUA.

No ano de 2006, Calderón protagonizou uma eleição muito acirrada contra o candidato de centro-esquerda Andrés Obrador, do Partido Revolucionário Institucional (PRI). A legitimidade das votações foi declarada apenas depois de um processo de recontagem dos votos, em que o PAN venceu com uma diferença de menos de 1,0%. Em meio a grandes manifestações da população insatisfeita com o resultado das eleições, diante de acusações de fraude e na tentativa de estancar a situação, Calderón — com aprovação dos principais partidos mexicanos

— implementou uma reforma eleitoral. Dentre as medidas propostas, estava a instauração de um processo de segundo turno para eleição presidencial e a anulação do veto.

Em suas decisões como presidente, destacam-se duas questões. A primeira foi a guerra contra o tráfico de drogas, que serviu como palanque para seu mandato. Os EUA ofereceram seus serviços para auxiliar o governo mexicano a realizar o combate ao narcotráfico; logo, militares estadunidenses foram encaminhados ao México prestando reforço na guerra contra os cartéis. No entanto, esse procedimento não diminuiu a venda nem o consumo de drogas no país (ORTIZ; VENTURA, 2015); por outro lado, gerou muitas mortes, e Calderón acabou sofrendo denúncias por agir contra os Direitos Humanos.

Ademais, a relação dos Estados Unidos com o México, ainda que não fosse completamente próxima, ficou estremecida com a crise econômica de 2008. Ela afetou o comércio entre os dois países porque a “queda drástica nas vendas contribuiu para reduzir o PIB nacional em mais de 6,0% em 2009” (IVES, 2017, p. 161). Essa dinâmica prejudicou o México e evidenciou sua dependência, pois a crise que se iniciou nos EUA abalou a economia mexicana, levando o PIB de U\$ 1,11 trilhão (2008) para U\$ 900 bilhões (2009), de acordo com o Banco Mundial.

A segunda questão pertinente às decisões de Calderón diz respeito ao setor social. A reforma trabalhista do último ano de seu governo, a Lei Federal do Trabalho, foi formulada durante o mandato de Calderón, mas recebeu aprovação somente em 2012. Essa lei foi inteiramente planejada conforme a cartilha neoliberal e não trazia qualquer vantagem ao trabalhador, descumprindo a promessa de Calderón ser o presidente do emprego. A Comissão Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) (2021)²⁰ destaca alguns pontos polêmicos dessa medida:

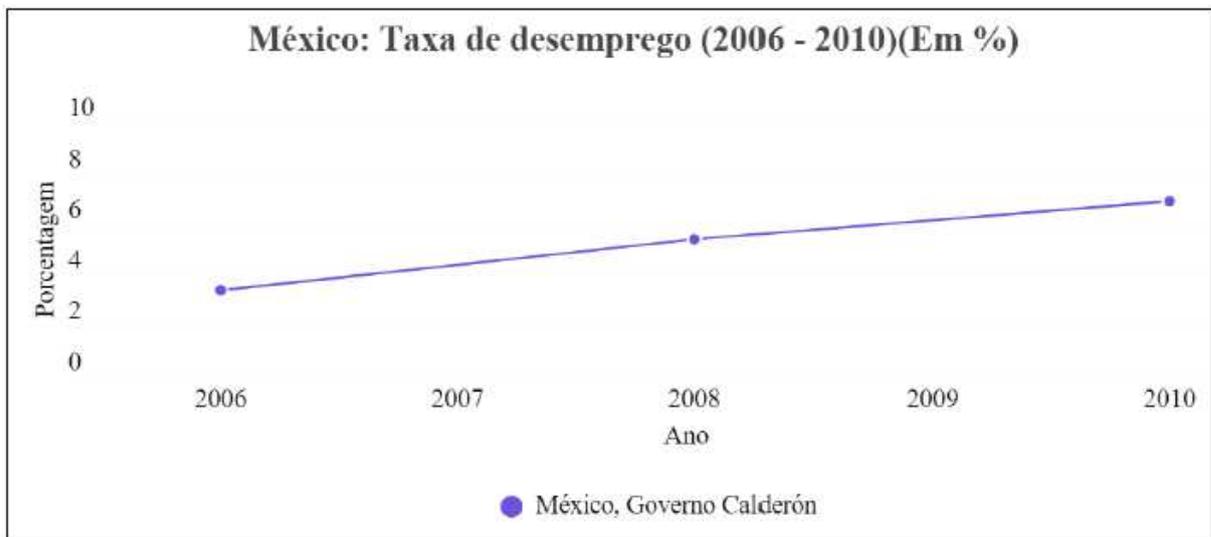
- a) Inclui como novas modalidades de contratação, períodos de experiência (de 1 a 7 meses), contratos de formação inicial (3 ou 6 meses) e para trabalhos temporários.
- b) No caso de salário por unidade de tempo, o trabalhador e o empregador podem concordar com o pagamento por cada hora de prestação de serviço, desde que não seja ultrapassado o dia útil máximo legal nesta Lei.
- c) Cabe ao beneficiário dos serviços garantir a solvência econômica do contratante e que cumpre as suas obrigações em termos de saúde e segurança.

²⁰ Disponível em: www.cndh.org.mx/noticia/se-promulga-la-primera-ley-federal-del-trabajo.

O argumento utilizado para a aprovação da lei foi o liberalismo em sua essência mais clássica: promover maior liberdade econômica, ampliar as ofertas de emprego e, por consequência, melhorar a remuneração do trabalhador, que teria a liberdade de negociá-la com o empregador. Não houve observações sobre o risco para os direitos trabalhistas.

Considerando a meta de Calderón para a diminuição do desemprego, observa-se a seguinte taxa:

Figura 8 – México: Taxa de desemprego (2006 - 2010) (Em %)



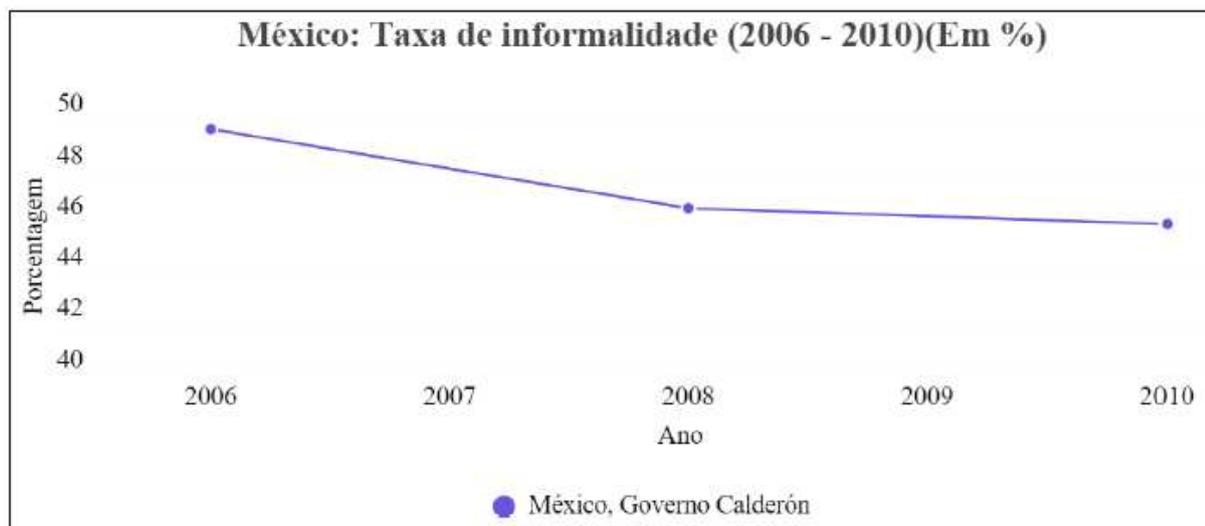
Fonte: (CEPALSTAT, 2022).

Em 2006, houve uma taxa de 3,4% de desemprego, que subiu para 5,3% em 2008 e ficou em 6,9% em 2010. Considera-se, portanto, que o desemprego aumentou no Governo Calderón, pois o número de desempregados dobrou durante o período.

Ao comparar a Figura 8 com os itens que constam na CNDH, é possível identificar um processo de precarização do trabalho. Mesmo que a Lei Federal do Trabalho tenha sido aprovada após o governo de Calderón, é possível identificar seus posicionamentos nos três pontos mencionados. Os contratos iniciais e de experiência (com duração de até 7 meses) determinam uma falta de segurança e estabilidade; logo, essa modalidade sugere que um trabalhador em período experimental não vai obter os mesmos direitos que um trabalhador efetivado, mesmo que tenha quase um ano de serviços prestados. No que tange ao acordo salarial, o fato de não ser um valor obrigatoriamente definido pelo Estado permite a exploração das horas trabalhadas, visto que a necessidade de remuneração é maior do que o salário/hora trabalhada proposto.

A informalidade, por sua vez, comportou-se da seguinte forma:

Figura 9 – México: Taxa de informalidade (2006 - 2010) (Em %)



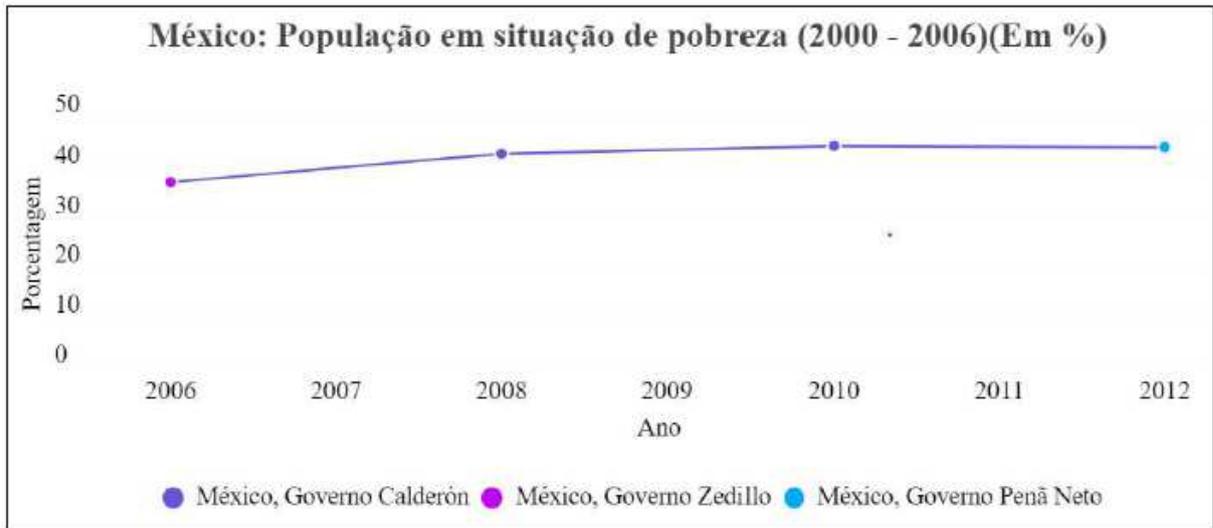
Fonte: (CEPALSTAT, 2022).

Observamos uma tendência de redução gradual da taxa de trabalho informal no México ao longo desses anos. A taxa era de 49,6% em 2006, diminuiu para 46,5% em 2008 e para 45,9% em 2010. A diminuição da informalidade no Governo Calderón foi de quase 5,0%. No entanto, seguiu alta durante todo o período. O número mais alto foi em 2006, e o menor foi em 2010. O aumento do desemprego e a diminuição da informalidade conseguiram uma oscilação percentual semelhante, não passando de 6,0% cada uma.

Entre 2006 e 2008, houve uma diminuição de 3,1 pontos percentuais na taxa de trabalho informal, passando de 49,6% para 46,5%. Essa redução indica uma tendência de queda na informalidade do mercado de trabalho. Por outro lado, observa-se uma estabilidade técnica entre 2008 e 2010. A taxa de trabalho informal permaneceu relativamente estável, com uma leve redução de apenas 0,6 pontos percentuais, passando de 46,5% para 45,9%. Nesse período, não houve uma variação significativa na informalidade.

À medida que a população é privada de acessar o mercado de trabalho formal, a pobreza passa a ser um verdadeiro risco para aqueles que se encontram acima da linha da pobreza. O México, por exemplo, sofreu com o aumento da população abaixo da linha da pobreza, tendo em vista que o desemprego aumentou. No gráfico da Figura 10, nota-se que a CEPAL apresenta os dados de pobreza a cada dois anos, mas a diferença entre os anos é nítida:

Figura 10 – México: População em situação pobreza (2006 - 2012) (Em %)



Fonte: (CEPALSTAT, 2022).

Após o aumento do desemprego, a pobreza também acelera. O Governo Fox havia deixado uma população com uma taxa de 37,3% de pobreza. No segundo ano do mandato de Calderón, já se observa um aumento significativo para 43,1%, o que se agrava com a crise econômica. A pobreza atingiu seu máximo em 2010, com 44,5% de pessoas abaixo da linha da pobreza no México. Posteriormente, houve um declínio singelo para 44,4% em 2012; nesse período, identifica-se um pequeno aumento na taxa.

É pertinente citar que, mesmo sendo filiados ao mesmo partido, Fox e Calderón se diferenciam no que tange ao setor social. Calderón, em coordenadas políticas, posicionava-se ainda mais à direita do que Fox. Há mudanças consideráveis nos índices de cada governo, com aumento da pobreza e do desemprego com o passar do tempo. De fato, a crise econômica que se disseminou em 2008 prejudicou muito os países fixados na dependência estadunidense, e o México foi um deles.

Após essa análise, é preciso se atentar para o contexto político do Brasil no segundo mandato presidencial de Lula (2007 – 2011) e, período marcado por muitos acontecimentos para o PT. O presidente seguiu projetando os dois principais diferenciais do seu governo, manteve boas relações com os países emergentes, aumentou os contatos comerciais do Brasil — que já não tinha os EUA como parceiro principal — e continuou com a conduta de conciliar as demandas do empresariado e da população trabalhadora. Ademais, seguiu o programa de privatizações, principalmente de rodovias.

O setor econômico do segundo mandato de Lula foi repleto de novas propostas. Já no primeiro mês de 2007, foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que

propunha a arrecadação de recursos financeiros que seriam revertidos como investimentos para grandes obras, tendo como finalidade incentivar a aceleração econômica do Brasil, que se manteve constante durante o primeiro mandato lulista. Era de interesse do governo que essas obras valorizassem os ambientes considerados mais necessitados, como projeção de rios para lugares que sofriam com a escassez de água potável, usinas hidrelétricas, novas rodovias e ferrovias e moradias para famílias de baixa renda.

Quanto à moradia, destaca-se o Programa Minha Casa Minha Vida, que consistia na construção de habitações populares para famílias com filhos que comprovassem baixa renda e não tivessem nenhum imóvel em seus nomes. A preferência para a assinatura dos papéis de nomeação era para mulheres e, no caso de a mulher ser a “chefe” de família, ficava dispensada a assinatura do cônjuge. Os imóveis poderiam ser obtidos em conjuntos habitacionais de casas ou apartamentos, com uma cobrança mensal simbólica a ser combinada com a Caixa Econômica Federal (CEF).

Conforme o site do Governo Federal (2019), mais de 5 milhões de famílias foram beneficiadas com esse projeto. Um ponto importante a ser destacado é a reformulação desse programa no Governo Dilma, quando a então presidenta da república alterou a regra de propriedade e tornou pública a sua decisão de que, em caso de divórcio, a mulher ficaria com a titularidade do imóvel — salvo nos casos em que o homem obtivesse a guarda exclusiva dos filhos —, independentemente do regime de bens. Essa medida, assim como a prioridade da mulher citado Bolsa Família indicaram um pequeno progresso na preocupação do governo com as mulheres abaixo da linha da pobreza.

A Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), já citada na revisão do primeiro mandato de Lula, seguiu ativa em seu segundo mandato. Além de prestar auxílio às demandas femininas dentro das estruturas políticas, tornou-se um marco para o país no que se refere ao combate à desigualdade de gênero. A SPM significou a criação de um ambiente específico de atenção às reivindicações das mulheres em uma esfera majoritariamente masculina, como o parlamento brasileiro.

No setor social, o investimento de Lula na educação foi o que chamou muita atenção para seu novo mandato. A criação de novas universidades a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) expandiu as escolas profissionalizantes para universidades e propagou o aumento de vagas e cursos na rede pública de ensino. Como dito anteriormente, a conciliação de medidas entre o setor público e o privado era uma característica do governo Lula; sendo assim, o Programa Universidade para Todos

(PROUNI) foi difundido entre as universidades e os centros universitários particulares na intenção de proporcionar 50,0% ou 100,0% de bolsa de estudos para alunos de baixa renda. As instituições não eram obrigadas a aderir ao PROUNI, mas as que aderissem teriam incentivos fiscais ou até isenção de alguns impostos.

Por outro lado, também houve alterações no sistema de ingresso a universidades públicas. O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), criado ainda no Governo FHC, caracterizou-se por ser uma prova para mensurar o ensino nas escolas brasileiras; ou seja, era basicamente uma ferramenta de controle. Ainda no Governo FHC algumas instituições privadas já utilizavam a nota do ENEM como incentivo para aquisição de bolsa de estudos. No Governo Lula, foi implementado o Sistema de Seleção Unificado (SISU), que previa a universalização do sistema de vestibulares do país inteiro a partir do Enem. Consequentemente, era previsto que as pessoas não precisaram se deslocar para cada vestibular que as universidades oferecessem. Logo, o pagamento e a realização da prova de ingresso ao ensino superior seriam realizados pelo interessado apenas uma vez.

Essa medida, apesar de parecer pequena, permitiu que muitas pessoas abaixo da linha da pobreza experimentassem a aprovação em uma universidade pública e com acesso à moradia estudantil gratuita, de modo que o aumento de ingressos no ensino superior foi inevitável. Após a abertura das inscrições do ENEM, também seria possível se candidatar a qualquer vaga de universidade federal participante do SISU, abrangendo todos os estados brasileiros. Como esperado, tanto o PROUNI quanto o SISU auxiliaram na expansão do acesso da população pobre ao ensino superior e, conforme o censo de 2009, houve o aumento de 65,0% de matrículas em universidades durante o período de Lula.

A relação das medidas que aumentam as matrículas em instituições de ensino (tanto em nível fundamental, quanto médio e superior) são importantes para a redução da pobreza. Isso se deve à sua relação com o mercado de trabalho, porque “a educação e o treinamento são responsáveis pela diversidade da capacidade produtiva das pessoas” (MELO; BANDEIRA, 2005, p. 29). O analfabetismo e a baixa instrução são problemas geralmente encontrados entre a população pobre, enquanto o grupo com mais acesso à educação é mais rico. Essa dinâmica se estende para a pobreza entre as mulheres.

Considerando a taxa de pobreza feminina, destaca-se que,

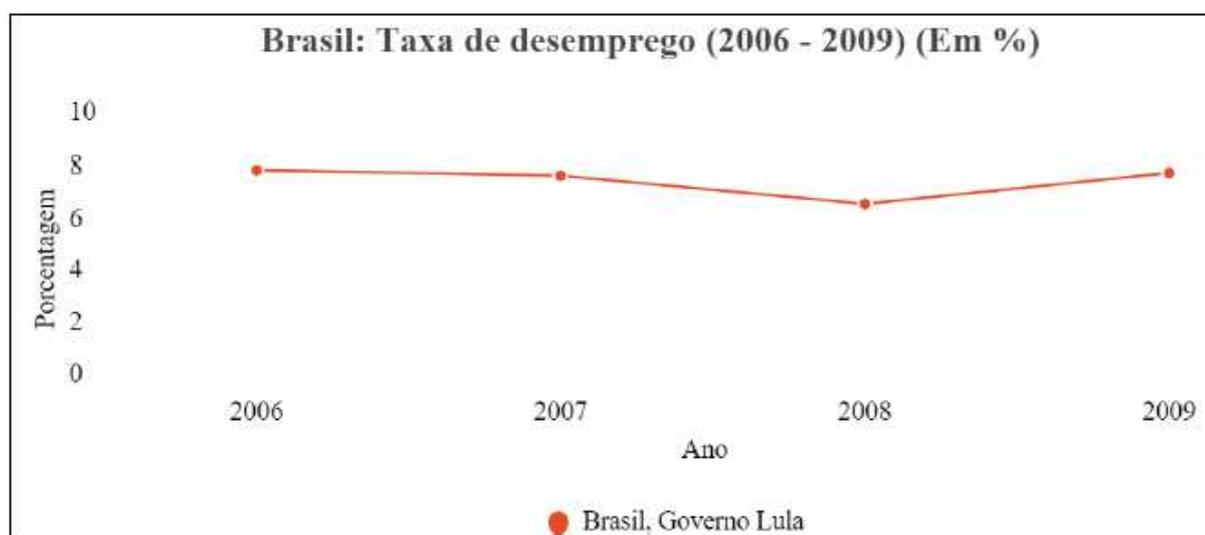
[...] mesmo nos países em que as mulheres alcançaram um nível de educação equivalente aos homens e nos quais sistemas de proteção contra a discriminação são disponibilizados (como nos Estados Unidos e países da Europa) em alguns setores, aumentou o desemprego das mulheres e/ou sua

natureza precária. Consequentemente, a proporção das mulheres entre os pobres aumentou [...] Nos países do Terceiro Mundo, o aumento da capacidade produtiva das mulheres seria um fator importante para quebrar o ciclo da pobreza, considerando o fato de que, segundo várias pesquisas (Mehra, 2003), quando as mulheres assumem a renda familiar, os efeitos no bem-estar da família são significativamente amplos, uma vez que uma proporção considerável da mesma é revertida para gastos com comida, educação e saúde dos filhos. (MELO; BANDEIRA, 2005, p. 50-51)

No Sistema Internacional, as condições variam de Estado para Estado. Como apresentado por Melo e Bandeira (2005), o Sul Global — pelo menos os países que ainda não conquistaram a extinção do analfabetismo ou amplo acesso à educação — representa os locais no qual a educação faz mais diferença para a redução da pobreza, sobretudo da pobreza das mulheres. Justifica-se, por isso, a importância da ampliação educacional elaborada no Governo Lula.

Durante a década de 2000, o Brasil passou por um processo de crescimento econômico, seja pela maior participação da população nas instituições de ensino, seja pelas demais políticas sociais implementadas. O PIB cresceu a uma média anual de 4%, quase o dobro da década anterior. O crescimento da renda familiar, tanto pelo aumento do salário mínimo, quanto pela distribuição do Bolsa Família, expandiu o poder de compra do trabalhador, de forma que auxiliou o desenvolvimento econômico do país. Conforme o IBGE (2010), a “classe C” aumentou o seu consumo em 6,8 vezes, e a classe média teve um crescimento de 44% nesse período. O resultado desse crescimento foi a expansão da ocupação formal, conforme evidencia a Figura 11.

Figura 11 – Brasil: Taxa de desemprego (2006 - 2009) (Em %)



Fonte: (CEPALSTAT, 2022).

Em 2007, a taxa de desemprego no Brasil era de 8,2%; em 2008, baixou para 7,1%, pontuando 8,3% em 2009. Apesar de a CEPALSTAT não apresentar os dados do encerramento da década, o IBGE aponta que o mandato de Lula encerrou com uma taxa recorde de 6,7% na taxa de desemprego. Considerando que o IBGE constatou uma taxa de desemprego de 8,1% em 2009, um número muito próximo ao exibido pela CEPAL no mesmo ano, conclui-se que o Governo Lula encerrou com o desemprego mais baixo da década.

Nota-se que o desemprego baixou em 2008 e voltou a subir um pouco em 2009. Uma justificativa para esse comportamento pode ser a crise de 2008. Apesar de não crescer muito numericamente, essa pequena elevação antes de voltar a descer pode ser observado como um pequeno reflexo da instabilidade que rondava toda a América. Por sua vez, a informalidade teve uma pequena mudança: 1,0%. Em 2007, o índice foi de 41,3%; o gráfico da Figura 12 apresenta dados até 2009, encerrando com uma taxa de 40,9% de trabalho informal.

Figura 12 – Brasil: Taxa de informalidade (2006 - 2009) (Em %).



Fonte: (CEPALSTAT, 2022).

Mesmo com baixos resultados nessa mudança, o Brasil não deixou de crescer economicamente. Como consequência, nota-se que o Produto Interno Bruto brasileiro decolou de U\$ 1,397 trilhão (2006) para U\$ 2,209 trilhões (2010). O PIB cresceu 7e,5% em 2010 e entrou para o pódio do crescimento mundial naquele ano, perdendo somente para a China — um dos principais parceiros do Brasil —, que cresceu 10,3%, e a Índia — também integrante do BRICS —, que obteve uma taxa de 8,6% de crescimento no mesmo ano (IBGE, 2010).

Esses dados evidenciam a importância que os países do Sul Global desenvolveram durante a década, sobretudo aqueles inclusos no BRICS. As relações firmadas pelo governo brasileiro foram cruciais para aproveitar o crescimento econômico e desenvolver novas formas de se sustentar fora da dependência em relação aos EUA. O crescimento econômico do Brasil e de seus parceiros econômicos aumenta as possibilidades de expansão de medidas de combate à pobreza, como acesso à educação, criação de novos empregos, suporte de renda para famílias mais necessitadas, etc.

Diante das medidas apresentadas, é possível definir algumas semelhanças nas políticas diplomáticas do Governo de Lula e do Governo Calderón. A relação internacional de ambos os presidentes tinha a pacificação como base. Isto é, assim como o presidente mexicano, Lula também focou em manter bom relacionamento com os demais países latino-americanos, incluindo a Venezuela. Um exemplo disso foi o apoio dado pelo Brasil à possível entrada Venezuelana no Mercosul.

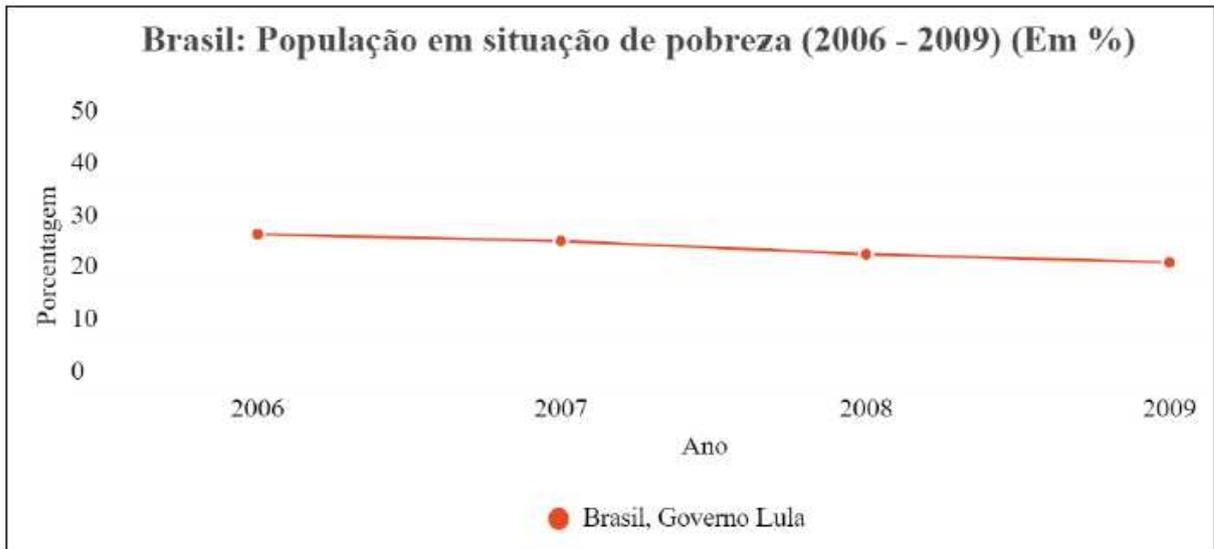
Além disso, com as novas conexões comerciais do Brasil, a dependência em relação ao Estados Unidos já não era tão grandiosa — ao menos não imediatamente, como acontecera no México. Caso os EUA optassem por cortar a quantidade de importação de produtos brasileiros, os impactos não seriam tão desastrosos como em alguns anos antes. Conforme mencionado anteriormente, a crise instaurada em 2008 não chegou de forma tão agressiva no Brasil quanto no México. O comércio brasileiro se encontrava mais voltado ao seu novo *networking* de países emergentes e seguiu com a China sendo uma forte aliada. Dessa forma, o crescimento econômico que o Brasil estava protagonizando foi capaz de “reprimir” as consequências da crise de 2008 com um pouco mais de segurança.

Como evidenciado anteriormente, a dependência dos países de Sul Global são fatores essenciais para a precarização do trabalho e, por consequência, para a pobreza. As relações estabelecidas entre Estados permitem que eles compartilhem as demandas locais. Por essa perspectiva, o aumento da pobreza no México em 2008, enquanto havia queda da pobreza no Brasil, está associado às relações internacionais estabelecidas pelos países. No que diz respeito às mulheres, essa relação também influencia. Um exemplo pode ser visto na década de 1990, quando as maquiladoras foram retiradas México e o aumento do desemprego feminino disparou.

Com a guinada à estabilidade política, o Brasil, que já estava passando por um processo de diminuição da pobreza desde o início da década, seguiu esse processo durante o segundo mandato de Lula. A crise de 2008, por não afetar as estruturas brasileiras, apenas evidenciou

para o Sistema Internacional que a economia brasileira estava passando por dias melhores. A população abaixo da linha pobreza, que representava 27,8% em 2007, passou para 23,8 em 2009. Apesar de a CEPAL não apresentar os dados referentes a 2010, nota-se que a diminuição seguiu no ano seguinte e alcançou a marca de 21,0% em 2011.

Figura 13 – Brasil: Pessoas abaixo da linha da pobreza (2006 - 2011) (Em %)



Fonte: (CEPALSTAT, 2022).

No próximo capítulo, as estatísticas da pobreza dos anos 2000 - 2010 serão abordadas com mais detalhamento. No entanto, o gráfico da Figura 13 evidencia a redução nos índices da pobreza do Brasil na segunda metade da década, mantendo a queda já existente na primeira metade. Ou seja, durante todo governo Lula, é possível identificar a queda da taxa de pobreza. As políticas de combate à fome e à miséria implementadas pelo governo se mostraram eficazes. Lula não só se manteve estável no poder do início ao fim dos seus mandatos, como conseguiu eleger como sua sucessora uma companheira de partido: Dilma Rousseff. A estabilidade de Lula existia em razão de sua estratégia de balancear as demandas populares e as demandas do empresariado. Por outro lado, somente essa estratégia o manteve estável, gerando benefícios aos dois lados.

Nota-se que Lula recebeu muitas críticas da esquerda brasileira quando tomou o posicionamento de se aproximar do mercado. Exemplo disso foi a consolidação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). As críticas, em sua maioria, foram pela aproximação do PT com o neoliberalismo, formalizando ainda mais os laços com o centro e com a direita do país. De acordo com o Datafolha (2010), com o término de seu mandato, Luiz Inácio manteve um

curso no qual obteve 83,0% de aprovação. Consequência disso foi a eleição da presidenta Dilma Rousseff, companheira de partido de Lula.

Apesar de apresentarem um histórico similar, o Governo Fox e o Governo Calderón, alvos de muitas críticas do povo mexicano, foram eleitos como candidatos da direita neoliberal —; ainda que Calderón pudesse ser representado como “liberal na economia e conservador nos costumes”. Fox, por sua vez, mesmo que de maneira sutil, apresentou interesse pela defesa das pautas de gênero e Direitos Humanos, discursos geralmente presentes em posicionamentos de esquerda — ou pelo menos de centro. No Brasil, do mesmo modo que seus colegas mexicanos, Lula apresentou a cartilha do neoliberalismo, mas se posicionando à centro-esquerda e promovendo muito mais políticas sociais para a redução da pobreza.

Nesse período, as mudanças políticas protagonizadas pelo PAN e pelo PT representaram não só uma mudança governamental, mas um novo cenário analítico de questões políticas. A diferença nos posicionamentos elaborados por cada um dos ex-presidentes refletiu na comparação estabelecida entre os indicadores analisados. Por essa razão, a seguir, serão apontados como os índices atingidos por Lula, Fox e Calderón implicaram no cenário analisado nesta pesquisa, revisitando também a década de 1990.

O Quadro 5 apresenta as principais diferenças entre as agendas do PT e do PAN apresentadas no decorrer do capítulo.

Quadro 5 – Políticas adotadas pelo PT e PAN no Brasil e México (2000 – 2010)

(continua)

Políticas adotadas pelo PT e PAN no Brasil e México (2000 - 2010)		
Características	PT (Brasil)	PAN (México)
Ideologia	Social-democracia	Conservadorismo
Neoliberalismo	Neoliberalismo de Estado	Neoliberalismo tradicional
Estilo econômico	Políticas de inclusão social, aumento do salário mínimo	Promoção do livre mercado, privatização de empresas estatais, abertura comercial
Economia	Crescimento econômico médio anual de 3,5% entre 2003-2010, criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007	Políticas de estabilização econômica e reformas estruturais orientadas pelo neoliberalismo, participação do México na NAFTA a partir de 1994 e promoção do livre comércio

Quadro 5 – Políticas adotadas pelo PT e PAN no Brasil e México (2000 – 2010)

(conclusão)

Políticas adotadas pelo PT e PAN no Brasil e México (2000-2010)		
Características	PT Brasil	PAN (México)
Relações exteriores	Incentivo à integração regional, aproximação com países do Sul, aproximação com a China (inclusão no BRICS), crítica ao neoliberalismo tradicional	Aproximação com os EUA, inclusão no NAFTA, atuação na ONU e promoção do livre comércio
Políticas sociais	Fortalecimento do Bolsa Família, Fome Zero e Prouni	Criação do programa Oportunidades, universalização do acesso à saúde e à educação
Redução da pobreza	Queda na extrema pobreza de 27,6% em 2002 para 4,2% em 2010, aumento da renda média real do trabalho em 50,0% entre 2003 e 2010	Queda da pobreza extrema de 24,2% em 2000 para 14,8% em 2010, aumento da renda média real em cerca de 20,0% entre 2000 e 2010
Redução da pobreza feminina	Queda da desigualdade de gênero no mercado de trabalho, aumento da renda média das mulheres em relação aos homens entre 2003 e 2010, programas como o Bolsa Família beneficiando principalmente mulheres	Queda da desigualdade de gênero no mercado de trabalho, diminuição da taxa de mortalidade materna e ampliação dos serviços de saúde para mulheres

Fonte: Elaborado pela autora.

Conclui-se que uma das principais diferenças entre os dois partidos se manifesta quando o PT adota uma política neoliberal moderada e o PAN adota uma política neoliberal agressiva. O partido dos trabalhadores demonstrou uma maior preocupação em combinar a estabilização econômica com a inclusão social, o que fez por meio de programas de transferência de renda e investimentos em áreas como saúde e educação — mesmo que tivesse o neoliberalismo em atuação. Por sua vez, o governo panista marcou o México com maior aproximação ao neoliberalismo, defendendo políticas de privatização e desregulamentação para impulsionar o crescimento econômico.

3.5 AS IMPLICAÇÕES

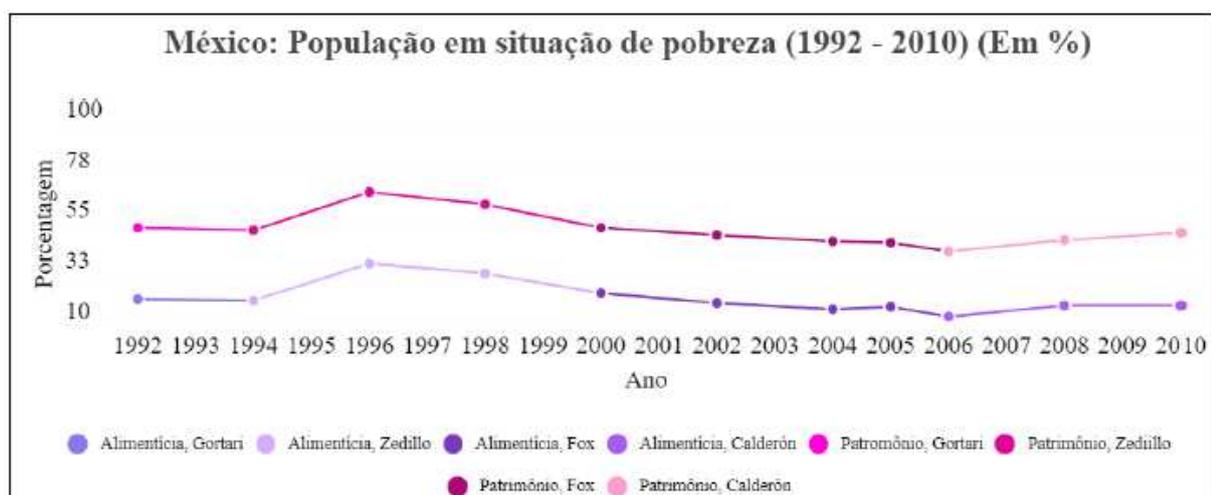
A seção anterior apresentou alguns dados de informalidade, desemprego e pobreza do Brasil e do México, conforme a CEPAL. Esta seção tem o objetivo de apresentar os dados de

modo mais específico, com o propósito de reconhecer o comportamento dos indicadores e comparar os dois decênios descritos no decorrer do capítulo.

Ao longo do capítulo, foi possível constatar que a década de 1990 foi um período caracterizado pela forte dependência econômica dos países em relação Norte Global e pela ocorrência de diversas crises financeiras, muitas das quais originadas nesses próprios países. Nesse contexto, a cartilha neoliberal, amplamente difundida pelos Estados Unidos, ganhou ainda mais força e se expandiu por diversas regiões do mundo, influenciando as políticas que seriam econômicas adotadas por muitos governos.

Esse cenário de instabilidade e incertezas acabou por gerar profundas transformações em diversos setores da sociedade, abarcando desde o mundo do trabalho até a esfera da cultura e das relações internacionais. Além disso, as consequências dessas mudanças estruturais — em grande parte desencadeadas pela lógica neoliberal — foram sentidas de forma desigual pelos diferentes segmentos sociais, gerando um aumento da desigualdade econômica e social em muitos países. Diante desse cenário complexo e multifacetado, torna-se fundamental repensar as estratégias de desenvolvimento e buscar alternativas que possam contribuir para a construção de um mundo mais justo e equitativo para todos.

Figura 14 – México: População em situação de pobreza (1992 - 2010) (Em %)



Fonte: (CONEVAL, 2012).

De acordo com a Figura 14, é possível observar que a taxa de pobreza no México possui duas vertentes: a pobreza de patrimônio e a pobreza alimentícia. Ambas alcançaram índices significativos na década de 1990. Vale ressaltar que, de acordo com o conceito revisado no capítulo 2, a pobreza de patrimônio está associada à pobreza relativa, uma vez que, embora a

habitação seja um direito básico para todos os indivíduos, não significa, necessariamente, uma condição crítica para a sobrevivência. Por outro lado, a pobreza alimentícia está diretamente ligada à pobreza absoluta, o que significa uma situação de extrema privação e precariedade material.

Ao observar o contexto do Brasil, é possível identificar o reflexo do aumento de programas sociais implementados nos anos 2000 no aumento da taxa de emprego:

Figura 15 – Brasil: População em situação de pobreza (1992 - 2009) (Em %)



Fonte: (IPEA, 2015).

As Figuras 14 e 15 apresentam o comportamento da pobreza desde o início da década de 1990 até o final dos anos 2000, evidenciando sua queda após o período de alternância de poder (México em 2000 e Brasil em 2003).

No México, considerando as crises econômicas da década e a sua dependência aos EUA, a queda da taxa de pobreza, ainda que seja um aspecto positivo, não foi suficiente para colaborar com uma queda considerável do número de pobres no país. De qualquer modo, o abrandamento do quadro de pobreza e as melhoras do setor laboral se tornaram realidade, principalmente na virada do século, ou seja, na modificação política da época.

A CONEVAL e o IPEA são as duas instituições que fornecem os dados referentes à década de 1990. Os índices da década de 2000 são similares aos da CEPAL e IBGE; logo, a abordagem quantitativa conta com uma pequena margem de variação. No que diz respeito ao teor qualitativo deste estudo, é irrevogável que nos dois cenários houve uma diminuição da pobreza, validando a premissa para o problema de pesquisa. Infelizmente, as pesquisas da CONEVAL e a da CEPAL não abordaram a pobreza feminina durante esse período estudado.

A partir dos gráficos, nota-se que, em comum, México e Brasil atingiram as maiores taxas de pobreza na década de 1990 durante o período de adaptação ao neoliberalismo e implementação das regras do Consenso de Washington. Após a virada do século, como já exposto, o México seguiu para governos conservadores, e o Brasil, para o progressismo. Independentemente da coordenada política, ambos os países obtiveram redução da pobreza. No final da década de 2000, a extrema pobreza chegou a pontuar menos do que a pobreza pontuava no início da década de 1990: no início dos anos 90, a pobreza estava em 20,0%; em 2011, a extrema pobreza chegou a 15,9%.

Como visto na seção 3.3 desta pesquisa, em 1996, durante o governo Zedillo, o México chegou ao índice de 69,0% da população em situação de pobreza de patrimônio e 37,4% em situação de pobreza alimentícia. Logo após chegar ao teto do gráfico da Figura 14, os índices baixaram e não subiram mais até 2008, com uma inclinação leve. Durante o Governo Fox, a pobreza reduziu em 11,5% (CEPALSTAT, 2021) entre o início e o final do mandato. Já em relação ao período de Calderón, a CONEVAL apresenta um aumento nas despesas, em que a pobreza alimentícia passou de 14,0% para 19,7%, a patrimonial de 42,9% a 52,3%. Corroborando esse filtro, a pobreza cresceu 6,7% durante o segundo mandato panista (CEPAL, 2021). Como exposto anteriormente, identifica-se como fator responsável por esse aumento, além dos posicionamentos de direita de Calderón, a aproximação com os Estados Unidos e, conseqüentemente, a forte reação à crise de 2008.

No Brasil, os anos governados por Itamar Franco correspondem aos mais altos índices do gráfico representado na Figura 15. Destacar que houve uma queda significativa desses índices após a implementação do Plano Real é importante para identificar o reflexo dessa reforma no setor econômico e social do país. Ao acalmar a crise e diminuir a inflação, iniciou-se um processo de redução da pobreza. No entanto, após essa baixa das taxas de pobreza, elas se mantiveram estáveis (em torno de 35,0%) durante todo o período governado por FHC. O declínio mais significativo aconteceu de 2004 até 2011, com uma expressiva queda, indo de 33,7% para 18,4%. Ressalta-se que as medidas consideradas de centro-esquerda aplicadas por Lula foram fundamentais para a diminuição da pobreza no Brasil.

Nota-se, portanto, uma diminuição da pobreza no período de 2000 a 2010 em ambos os cenários. Houve uma queda mais significativa no Brasil, enquanto o México se manteve praticamente estável durante o período governado pelo PAN, oscilando entre 40,0% e 50,0% da população abaixo da linha da pobreza.

Esses países se diferenciam em dois pontos principais. O primeiro é a coordenada política (centro-esquerda no Brasil e direita no México). O segundo é que, ao passo que o México buscava se aproximar dos EUA, o Brasil traçou seu distanciamento dos EUA e sua aproximação com a China, além de dar um grande destaque às medidas sociais implementadas. Como consequência desse distanciamento, o Brasil passou por menores complicações durante a crise de 2008; ao contrário o México, que aumentou a taxa de desemprego.

Apesar do avanço na redução da pobreza, a feminização não se tornou pauta em nenhum dos dois países. Houve, de fato, a preocupação em proporcionar a queda da desigualdade social com a diminuição pobreza, mas não foi perceptível uma medida concentrada na igualdade/equidade de gênero no setor econômico. Ainda que o Brasil apresentasse prioridade da mulher no recebimento dos auxílios do Bolsa Família, o programa se colocou como uma medida de cunho social que intervinha em benefício de famílias que não necessariamente tivessem mulheres ou mulheres “chefes de família”.

A *sobre-representação* das mulheres brasileiras na pobreza até 2003 foi comprovada pelo IPEA, indicando que houve maior porcentagem de mulheres pobres do que homens, mas não o aumento percentual das mulheres pobres — o que indicaria a feminização da pobreza. Portanto, nota-se que, além dos altos índices de pobreza, a pobreza **entre** as mulheres também se mostrou presente — ao menos até os primeiros anos da década de 2000. Mesmo com essa realidade, no México não houve implementação de medidas de combate à *sobre-representação* nem à feminização da pobreza até 2003 (COSTA *et al.*, 2005). Já no Governo Lula, esse combate teve início com a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), que teve o Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM) como iniciativa.

Diante do exposto, podemos afirmar que ficou evidente a falta de assistência dos governos mexicanos às demandas das mulheres, ao passo que o Governo Lula chegou a demonstrar preocupação com as mulheres, embora tenha mantido o maior foco na redução geral da pobreza. Fox e Calderón concentraram seus principais objetivos na economia e na política externa, e não tendo apresentado medidas de redução da pobreza, sobretudo a feminina.

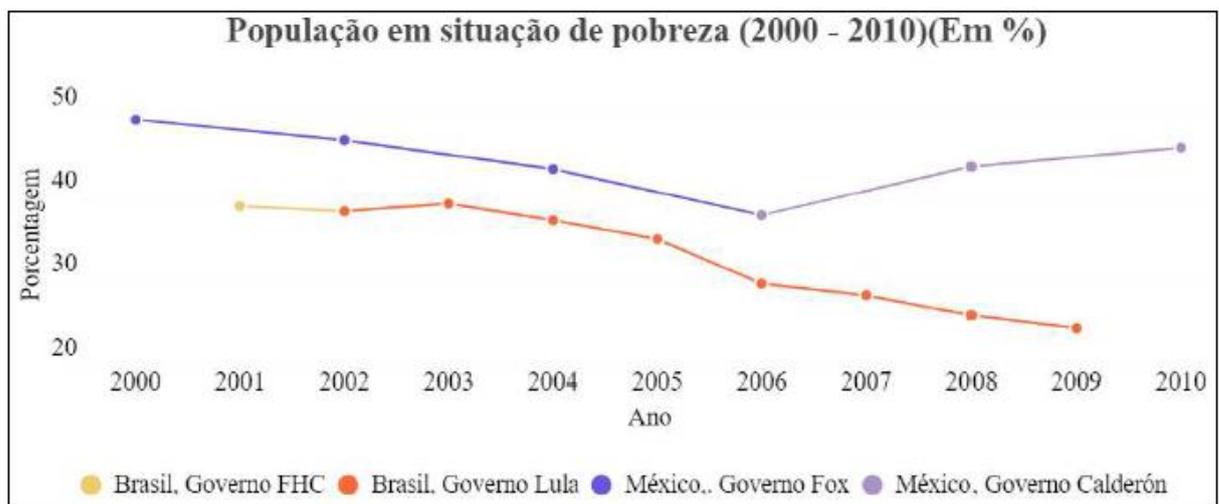
Por fim, ao estabelecer a análise histórica e propor uma revisão do contexto político e econômico de ambos os países, sendo possível identificar o comportamento da feminização da pobreza, encontram-se dois pontos comparativos. O primeiro se refere aos cenários analisados: Brasil e México, seus governos e respectivas medidas implementadas. O segundo se encaixa na prerrogativa desta pesquisa: se não houve feminização da pobreza mesmo com o aumento da pobreza, poderia haver com a diminuição dela? No capítulo 2, estabeleceu-se que

“feminização” e pobreza são eventos similares, mas distintos. O estudo publicado pelo IPEA (2005) concluiu que, mesmo com o aumento da pobreza, não houve feminização da pobreza. Logo, a análise da década de 2000, que apresentou queda da pobreza, torna-se um cenário de possível análise da feminização da pobreza.

4 IDENTIFICAÇÃO E COMPORTAMENTO DA FEMINIZAÇÃO DA POBREZA

Conforme apresentado nos capítulos anteriores, a feminização da pobreza é um fenômeno que varia independentemente da pobreza. Entre 2000 a 2010, período analisado na presente pesquisa, houve queda nos índices de pobreza tanto no Brasil quanto no México (CEPAL, 2021). Considerando essa queda, qual seria o comportamento da feminização da pobreza no Brasil e no México no período de 2000 a 2010?

Figura 16 – População em situação de pobreza (2000 - 2010) (Em %).



Fonte: (CEPALSTAT, 2022).

Pelas razões identificadas no capítulo anterior, o Brasil teve uma queda na taxa de pobreza substancialmente maior que o México, que iniciou a década de 2000 com uma taxa de 48,8% e a encerrou com 44,5%. Ressalta-se que o menor índice mexicano foi em 2006, com 37,3%. O México alcançou uma redução de 7,5% do início da década até 2006. Considerando a comparação entre 2000 e 2010, houve uma redução de 4,5%, conforme dados da CEPAL.

Para o Brasil, a CEPAL, o IPEA e o IBGE não apresentam dados de 2000 a 2010. No entanto, observa-se a trajetória da pobreza entre 2001 e 2009. Conforme a Figura 16, no início da década, o Brasil registrou uma taxa de pobreza de 38,4%. Em 2003, o gráfico atingiu o seu maior índice, marcando 38,8%. Em 2009, o declínio marcou a menor taxa, ao indicar 23,8% da população abaixo da linha da pobreza. Portanto, no território brasileiro, houve uma diminuição de 14,6% da pobreza ao longo da década.

Esses dados são essenciais, pois expõem a queda da população pobre durante a década, o que fundamenta a questão da identificação e do comportamento da “feminização” desagregada do comportamento da pobreza. Com essa prerrogativa, o presente capítulo aborda a investigação empírica do comportamento da feminização da pobreza através de quatro variáveis: desemprego, informalidade, etnia e “chefia” do lar.

4.1 AS VARIÁVEIS

Resgatando o conceito de feminização da pobreza como um processo que necessita ser observado temporalmente, a identificação e o comportamento desse fenômeno serão analisados entre 2000 e 2010 a partir dos dados da CEPALSTAT. Mantendo a coesão com a trajetória desta pesquisa, as variáveis selecionadas seguem dentro do âmbito laboral. No capítulo anterior, destacou-se o mercado de trabalho no Brasil e no México; este capítulo apresentará os dados do mercado de trabalho com recorte de gênero. Dessa forma, será possível identificar a *sobre-representação* e a feminização nos índices analisados. Em suma, nesta seção, será realizada uma análise direta de como o fenômeno se organiza em quatro tópicos: desemprego, informalidade, etnia e mulheres que dispõem a principal renda do lar.

A feminização da pobreza considera somente os índices relacionados às mulheres, pois se trata do aumento do número de mulheres nos índices de pobreza, independentemente de comparação com as taxas masculinas. Dado o exposto, as quatro variáveis selecionadas serão capazes de responder a respeito da feminização da pobreza nos dois cenários em questão. O desemprego representa a quantidade de mulheres que não têm uma renda mensal fixa. A informalidade introduz o debate do tipo de inserção laboral feminina e a qualidade das remunerações e das condições de trabalho. A etnia registra o recorte de mulheres que passam por ainda mais dificuldades para saírem da linha da pobreza. Em um conjunto, nota-se o que é exposto pela CEPAL como “mulheres chefes de família” e suas condições de remuneração, o trabalho doméstico e a correlação com as variáveis anteriores.

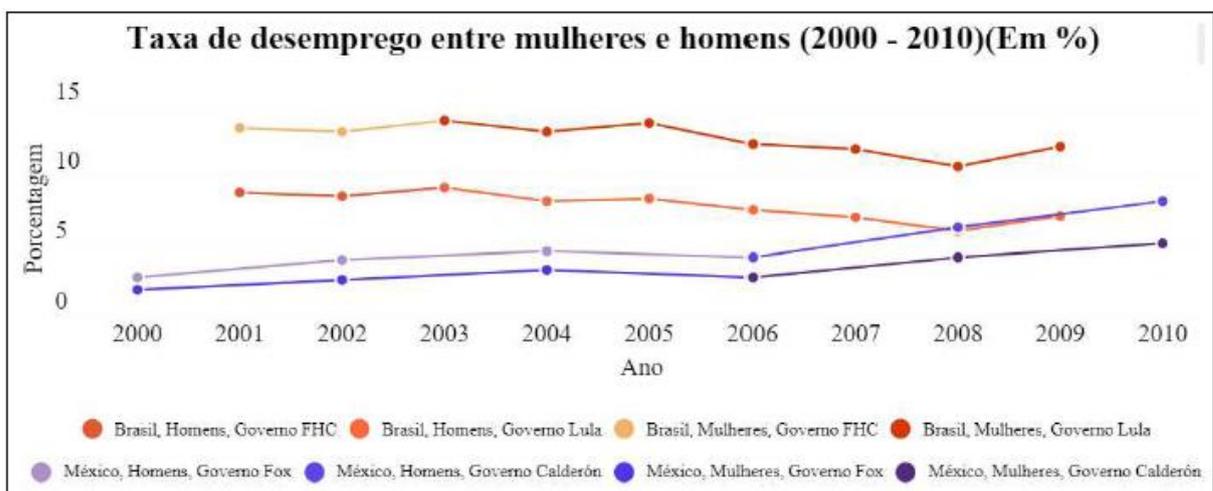
4.2 DESEMPREGO

Com base no exposto nos capítulos anteriores, conclui-se que o desemprego é uma variável fundamental na percepção de níveis de pobreza, pois dimensiona a pior situação econômica para famílias que já são pobres. Os diferentes níveis de ocupação são capazes de

dimensionar a privação ou a insuficiência de renda. Conforme Ziccardi (2008), a partir dos anos 1990, a América Latina foi palco de um aumento nas taxas de desemprego. Na mesma época, como visto anteriormente, os índices de pobreza eram altos e baixaram somente na década seguinte. Dadas essas razões, considera-se o desemprego como uma variável que implica diretamente nos níveis de pobreza, pois reflete as complicações econômicas e sociais experimentadas por uma sociedade.

Na presente pesquisa, a análise da variável desemprego considera o seu aumento entre as mulheres, a fim de identificar a feminização nos índices de desemprego. Observa-se, também, a desigualdade de gênero, que pode ser expressada pela alta taxa de desemprego entre as mulheres, assim como o fato de a população empregada ser majoritariamente masculina. Em suma, os impactos negativos do desemprego no âmbito laboral, somados à falta de medidas que contemplem as demandas de gênero, implicam maior desvalorização do trabalho feminino, possibilitando um aumento de mulheres pobres. Para a análise, será utilizado o indicador taxa de desemprego segundo o gênero (CEPAL).

Figura 17 – Taxa de desemprego entre mulheres e homens (2000 - 2010) (Em %)



Fonte: (CEPALSTAT, 2023).

Em uma análise superficial da Figura 17, é possível identificar duas coisas. Primeiro, comparando os dois países, há mais desempregados no Brasil do que no México. A partir de 2008, o desemprego entre os homens mexicanos superou a taxa masculina brasileira. Segundo, há *sobre-representação* no desemprego brasileiro, havendo mais mulheres desempregadas durante todo o período.

Verifica-se o aumento do desemprego geral a partir de 2006 no México, aspecto previamente exposto na Figura 2. Na Figura 17, é possível observar que houve um crescimento proporcional de desemprego entre homens e mulheres. A década de 2000 iniciou com uma taxa de 2,6% para os homens e 1,7% para as mulheres. O final do Governo Fox registrou 3,8 e 2,4% para os homens e mulheres, respectivamente. Em 2010, as taxas de desemprego aumentaram para 8,0% entre os homens e 5,0% entre as mulheres. Esse aumento de 1,7% (2000) para 5,0% (2010) de mulheres em situação de desemprego confirma o registro de feminização. Durante todo o período, a taxa masculina se manteve superior à feminina, demonstrando que não houve, portanto, *sobre-representação* no desemprego mexicano.

No cenário brasileiro, o desemprego feminino registrado em 2001 foi de 13,3%, e o masculino de 8,7%. Taxas bem superiores às mexicanas. No final do mandato de Fernando Henrique Cardoso, o desemprego entre as mulheres foi de 13,8%, e entre os homens foi 9,0%. No final do primeiro mandato de Lula, a taxa foi de 12,1% para mulheres e 7,4% para homens, finalizando 2010 com 12,0% e 7,0%, respectivamente. Essa queda não representa feminização.

Ao considerar uma análise comparada, mesmo que o México apresente feminização, seus índices de desemprego são inferiores. Relacionando os demais índices, o desemprego entre as mulheres mexicanas é o menor apresentado no gráfico. No Brasil, ocorre o oposto: além de manter a maior taxa de desemprego durante toda a análise, essa taxa é feminina. Conclui-se, portanto, que o desemprego das mulheres brasileiras corresponde o maior índice apresentado nesta pesquisa.

É importante identificar que os recortes desse espectro podem evidenciar ainda mais chances de haver desigualdade no Brasil, como corroboram Melo e Bandeira (2005, p. 53):

Segundo os indicadores sociais do IBGE (2003), a taxa de participação feminina no mercado de trabalho teve enormes avanços nas últimas décadas, demonstrando a participação crescente das mulheres brasileiras, mas é ainda menor que a masculina, concentrando-se em trabalhos mal remunerados e precários e na economia informal. Em média, as mulheres brancas recebem 40% menos do que os homens para o mesmo trabalho e as mulheres negras chegam a receber 60% menos, dados estes que tornam a discriminação sexual absolutamente visível.

Grande parte da baixa ocupação feminina se deve à grande presença das mulheres no trabalho doméstico e nos serviços informais. É possível efetuar recortes e evidenciar, em ambos os casos, a grande concentração de mulheres pobres, pretas ou indígenas, sobretudo na América Latina. A informalidade e o trabalho doméstico serão abordados ainda neste capítulo.

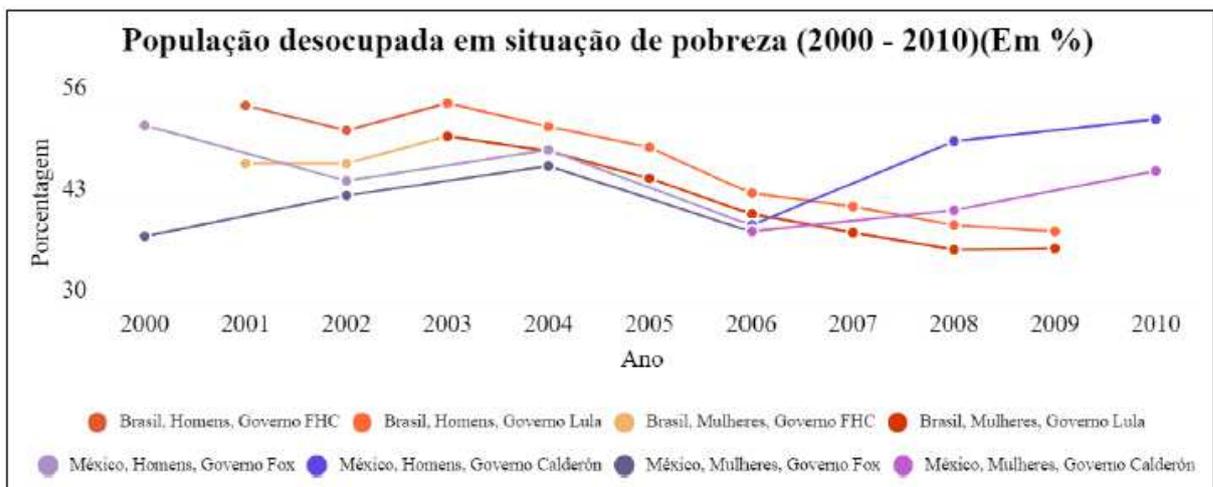
Conclui-se que, no Brasil, houve *sobre-representação*. No período de 2001 a 2003, houve um pequeno aumento de mulheres em situação de desemprego no Brasil (feminização). No entanto, considerando o gráfico completo da Figura 17, ocorreu uma baixa de 1,3% no desemprego feminino. Já no desemprego mexicano, não houve feminização somente no período de 2004 a 2006, havendo, no geral, um aumento de 3,3% no desemprego feminino. No masculino essa taxa foi maior, registrando um aumento de 5,4% entre 2000 e 2010.

4.2.1 Pobreza conforme o desemprego

Como visto no início da seção 4.2, o desemprego representa a pior situação para o trabalhador, condicionando-o à situação de pobreza ou o impedindo de sair da pobreza. Conforme a Figura 17, no caso brasileiro, o desemprego atingiu as mulheres em maior número. Logo, apesar de não haver feminização do desemprego, entende-se que, no Brasil, ele é um indicador muito maior para a pobreza entre as mulheres do que no México, onde as mulheres foram afetadas pelo aumento nos índices de desemprego, mas não tanto quanto os homens.

Com essas considerações, a Figura 18 apresenta o comportamento da pobreza conforme o desemprego.

Figura 18 – População desocupada em situação de pobreza (2000 – 2010) (Em %)



Fonte: (CEPALSTAT, 2023).

A Figura 18 expõe a trajetória da pobreza entre a população desempregada. Observa-se que as taxas apresentadas são altas, mas não baixam de 35,0% em nenhum dos dois países.

No México, durante todo o período analisado, os homens desempregados estiveram mais pobres do que as mulheres, do mesmo modo que foram maioria na taxa de desemprego,

como expressado na Figura 17. Junto com o aumento do desemprego em 2006, a pobreza disparou no México, ultrapassando, em 2010, os valores do início da década.

Em 2000, a pobreza dos desempregados mexicanos foi de 53,0%, e das mexicanas, 38,7%. Desse ano até 2002, a pobreza masculina diminuiu para 45,8%, ao passo que a feminina aumentou para 43,9%. Em 2004, as duas categorias tiveram aumento na taxa de desemprego: a taxa feminina registrou 47,7%, e a masculina chegou a 49,8%. Em 2004 a linha retraiu, marcando as menores taxas da década, 39,4 % as mulheres e 40,1% os homens.

A Figura 17 expôs o aumento do desemprego a partir de 2006, e a Figura 18 demonstra como a pobreza entre os desempregados aumentou substancialmente. Em 2010, a pobreza entre os homens desempregados ultrapassou os 50% (chegando especificamente a 53,8%), e a pobreza entre as mulheres quase alcançou essa taxa, registrando 47,1% no final da década. Considerando o desemprego, verifica-se que, dentro desse recorte, a pobreza mexicana foi maior no final da década. Logo, houve feminização da pobreza entre as desempregadas.

No cenário brasileiro, os homens também compõem a maioria na taxa de pobreza. Nas taxas de desemprego, as mulheres lideraram. Portanto, a porcentagem de mulheres desempregadas expostas na Figura 17 não está, ao todo, dentro da população pobre. Para iniciar a descrição do gráfico representado na Figura 18 considerando o Brasil, é importante ressaltar que não há *sobre-representação* nem feminização. Entre 2000 e 2003, as taxas relativas às passaram de 48,1% para 51,6%. Durante esse mesmo período, os homens passaram de 55,5% para 55,9%. A partir do Governo Lula, em 2003, iniciou-se a queda da pobreza. Em 2010, foi registrado o menor índice para os dois recortes, sendo 39,4% para as mulheres e 37,1% para os homens.

Como exposto algumas vezes no decorrer desta pesquisa, o desemprego é considerado a pior situação para o trabalhador. Na Figura 18, isso é confirmado pelo alto índice de pobreza entre a população desempregada. No México, com o aumento o desemprego, a pobreza também cresceu; no Brasil, o desemprego feminino constituía aproximadamente 10% da população, dentro os quais a pobreza oscilou entre 35,0% e 40,0%. Da mesma forma, no México, o desemprego entre as mulheres era extremamente baixo, não passando de 5,0%. No entanto, a pobreza registrada entre elas era acima de 35,0%, chegando a quase 50,0% no final da década.

4.3 INFORMALIDADE

Além do desemprego, outro fator agravante para a situação econômica dos trabalhadores é o tipo de inserção no mercado de trabalho. A informalidade representa uma precarização do trabalho, uma vez que ocorre através da falta de oferta de empregos estáveis e regulamentados (SILVA; CAVAIGNAC, 2008). A informalidade pode ser representada através de:

[...] maior intermitência entre inatividade e participação no mercado de trabalho; maior participação das mulheres e adaptação e surgimentos de ocupações que lhes são adequadas; novas modalidades de contrato coletivo e individual para a mão-de-obra assalariada; práticas de subcontratação ou de terceirização realizadas por meio de contratos comerciais; contratos não registrados — verbais acordados à margem das leis trabalhistas; maior expansão de trabalhos por conta própria ou de pequenos estabelecimentos sem delimitação da relação capital-trabalho. (CACCIAMALI, 2001, p. 79).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) também apresenta a definição de informalidade, que contribui para a apresentada por Cacciamali (2001):

A expressão “economia informal” refere-se a todas as atividades econômicas de trabalhadores e unidades econômicas que não são abrangidas, em virtude da legislação ou da prática, por disposições formais. Estas atividades não entram no âmbito de aplicação da legislação, o que significa que estes trabalhadores e unidades operam à margem da lei; ou então não são abrangidos na prática, o que significa que a legislação não lhes é aplicada, embora operem no âmbito da lei; ou, ainda, a legislação não é respeitada por ser inadequada, gravosa ou por impor encargos excessivos. (OIT, 2005, p. 7)

De maneira resumida, a informalidade abrange os tipos de serviços que não possuem regulamentações, ou seja, não têm a obrigação de atender os direitos trabalhistas vigentes. Esse tipo de trabalho geralmente absorve aquelas pessoas que não possuem outras oportunidades (SILVA; CAVAIGNAC, 2008), e é por essa perspectiva que condiciona o trabalhador informal à pobreza.

As resoluções políticas são instrumentos muito importantes para a manutenção da estrutura laboral. Conforme ocorrem as alternâncias políticas, é comum haver a reorganização do trabalho. De acordo com Silva e Cavaignac (2008), o capitalismo contemporâneo é uma condição que possibilita essa reorganização. Com seu caráter neoliberal, esse cenário permite que o mercado de trabalho se torne palco de fenômenos como a flexibilização dos direitos, os quais, por sua vez, aumentam a informalidade.

Observando a realidade, o setor informal é caracterizado pela baixa produtividade e pela baixa remuneração, além da ausência de direitos trabalhistas. Um exemplo de trabalho informal na atualidade são os motoristas de aplicativo. A grande procura das pessoas por alternativas ao transporte coletivo e a reclamação dos altos preços dos táxis provocaram a ampliação de opções de transporte. Dessa forma, os aplicativos tiveram uma rápida expansão — com início em 2009, com a empresa Uber —, possibilitando que motoristas pudessem realizar, com seus próprios veículos, o serviço de transporte já exercido pelos taxistas (sem precisarem modificar seus carros ou participar de um programa de capacitação de veículos). Muitas pessoas optaram por aproveitar essa demanda, tanto para renda extra, quanto para renda principal. Pessoas em situação de desemprego encontraram nos aplicativos uma forma de ocupação informal. Nesse setor, não demorou muito para surgir carros que fossem dirigidos por mulheres e com exclusividade para passageiras mulheres.

Trabalhadores autônomos, no geral, são classificados como informais. Diaristas, por exemplo, que prestam serviços de limpeza a domicílio, têm uma média salarial de um salário mínimo. Conforme a OIT (2015), o trabalho doméstico representava 27,0% da ocupação feminina na região, mas sem qualquer garantia de direitos, contemplando o que é característico do setor informal: insegurança.

No exercício de trabalhos informais, não há qualquer tipo de garantia dos direitos trabalhistas. Caso o motorista de aplicativo ou a diarista sofram algum tipo de acidente de trabalho, pela lei, não é de responsabilidade da empresa ou da pessoa que contratou o serviço arcar com as despesas necessárias. Principalmente no caso das diaristas, o desvio de função e os riscos da exposição diária a produtos de limpeza não são aspectos fáceis de controlar. Apesar das recomendações, não há como garantir o uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI) ou que o contratante não solicite que a trabalhadora realize serviços que extrapolem o combinado (cuidar das crianças, cozinhar, cuidar do jardim, passear com animais de estimação etc.).

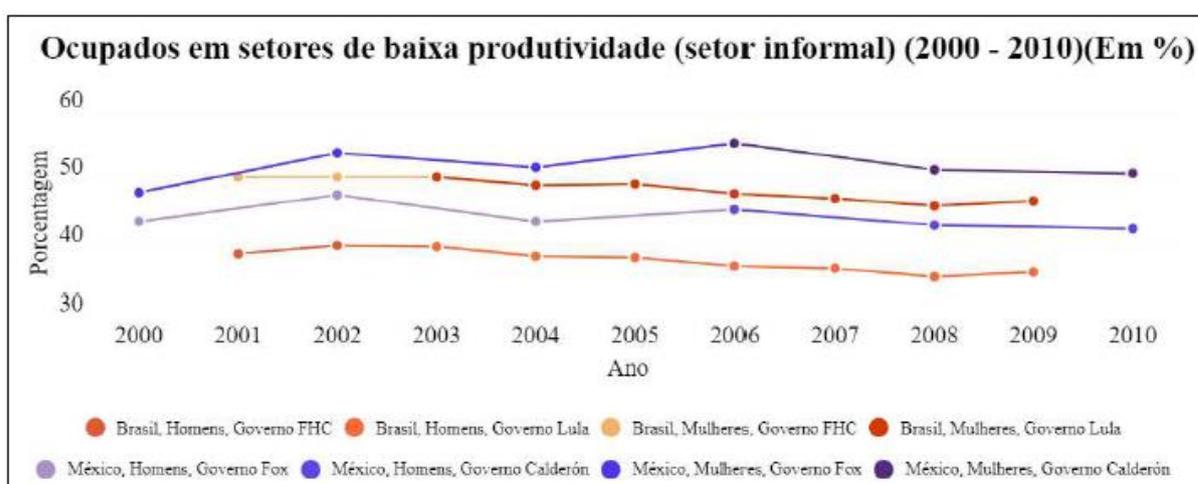
Além do trabalho de diarista, muitos trabalhos informais são exercidos majoritariamente por mulheres: produção e venda de marmitas, bolos e tortas; costureiras; babás; e até mesmo prostituição. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2021) apontou que a informalidade é muito maior entre as mulheres, sendo possível definir algumas causas para isso. Mulheres cis engravidam e têm filhos. Para muitas delas, conseguir um emprego formal e se manter sempre presente para cuidar dos filhos é inviável. Apesar de haver essa possibilidade, são poucos os ambientes de trabalho que fornecem creches — e as creches

particulares não cabem no orçamento das famílias mais pobres. Sendo assim, a manutenção da casa e a criação dos filhos potencializa a procura por serviços informais. Nota-se também que, quanto mais à margem da sociedade, mais difícil não exercer uma ocupação informal. Mulheres pretas, transexuais e travestis encontram ainda mais desafios para entrar no ambiente de trabalho, e muitas encontram somente a informalidade como recurso.

As autoras Pollack e Jusidman (1997), a partir da perspectiva feminista, realizaram uma análise sobre a informalidade do trabalho no caso mexicano na primeira parte da década de 1990. Para essa análise, elas consideraram três formas de inserção laboral feminina: a) trabalhadoras autônomas em casa; b) trabalhadoras autônomas fora de casa; e c) trabalhadoras assalariadas. Essa variação da inserção influencia não somente no âmbito econômico da vida da mulher, mas também na qualidade de vida. Por exemplo: é possível relacionar as trabalhadoras autônomas internas com as costureiras, as trabalhadoras autônomas externas com as diaristas e as trabalhadoras assalariadas com as empregadas domésticas. Apesar da insegurança estar presente nos três cenários, as trabalhadoras externas detêm de maior dificuldade em conciliar a vida dentro e fora de casa de maneira saudável. Ainda mais que muitas enfrentam dupla jornada de trabalho, pois precisam trabalhar para obter renda e precisam trabalhar na manutenção do lar.

Após a análise, as autoras concluíram que programas políticos que se preocupassem com a formulação de novos empregos e/ou garantissem direitos trabalhistas aos autônomos eram ferramentas eficazes para a melhoria da condição informal de trabalho. Dada a definição e feitas as observações e exemplificações sobre o trabalho informal, analisam-se os dados:

Figura 19 – Ocupados em setores de baixa produtividade (setor informal) (2000 - 2010) (Em %)



Fonte: (CEPALSTAT, 2022).

A Figura 19 apresenta altas taxas de *sobre-representação* nos dois países. Diferentemente do desemprego, no qual as mulheres mexicanas compunham a menor porcentagem, a Figura 19 sinaliza que o trabalho informal mexicano é maior entre as mulheres. No Governo Calderón, a informalidade entre as mulheres iniciou com 48,1% e encerrou registrando 55,3%, em 2006; um aumento de 7,2%. Passando para o Governo Fox, o índice foi reduzido para 50,9%, em 2010. Mesmo com essa diminuição, a taxa estava muito alta. A informalidade entre os homens passou de 43,7%, em 2000, para 42,7%, em 2010. O trabalho informal masculino reduziu ao longo da década, com pequenos aumentos em 2002 e 2006, enquanto o feminino aumentou, apresentando pequenas quedas em 2004 e 2008. A taxa mais alta da informalidade feminina foi em 2006, período de troca governamental, quando registrou 55,3%.

No Brasil, apesar de haver mais mulheres na informalidade, só houve um pequeno processo de feminização no Governo FHC, quando de 50,3% para 50,4% — um processo tão pequeno que quase não altera o gráfico. A partir de 2003, a taxa de trabalho informal entre as mulheres decresceu até 2008, chegando a 46,0%. A Figura 19 encerra em 2009 com um aumento da informalidade para 46,7%. Em 2001, a taxa masculina foi de 38,9% para 36,3%; em 2009, observou-se o maior índice em 2002, com 40,1%, diminuindo posteriormente. A informalidade entre os homens no Brasil representa o menor índice do gráfico.

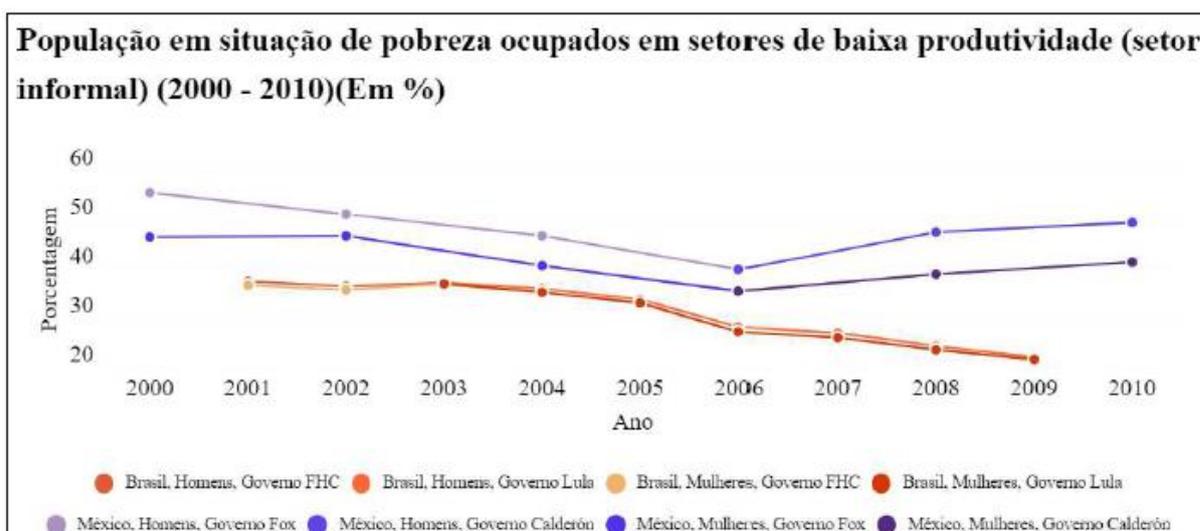
A partir dos dados apresentados, não é possível afirmar que houve feminização da informalidade no México. No entanto, o fenômeno ocorreu duas vezes no Brasil: entre 2001 e 2003, e entre 2008 e 2009. Por outro lado, observa-se que houve *sobre-representação* de informalidade nos dois cenários: as mulheres atingiram maior porcentagem de trabalhos informais do que os homens tanto no Brasil quanto no México. Dessa forma, verifica-se que a insegurança laboral atinge mais as mulheres, viabilizando que a economia informal seja majoritariamente feminina.

Em suma, houve feminização no México e em alguns períodos específicos no Brasil. Como destacado na análise sobre o desemprego, considera-se para a informalidade o mesmo fator de relevância em relação à pobreza. Dessa forma, pelo fato de os dois cenários apresentarem realidades mais significantes para as mulheres, conclui-se que a informalidade é um indicador agravante da pobreza feminina. Essa variável influencia diretamente no tipo de trabalho nos quais e as mulheres estão inseridas. No item a seguir, será abordada a diferença da inserção laboral das mulheres responsáveis pela principal renda do domicílio, principalmente em comparação a domicílios “chefiados” por homens.

4.3.1 Pobreza conforme a informalidade

A partir do exposto no item anterior, a pobreza conforme a informalidade complementa a identificação da feminização da pobreza dentro deste indicador. Como observado na Figura 19, as mulheres ocupavam o topo do gráfico nos dois países. Com recorte de pobreza, o gráfico é liderado pelo México. A Figura 20 indica que os trabalhadores informais mexicanos têm menos qualidade de vida na obtenção de recursos básicos para a sobrevivência do que os trabalhadores brasileiros do setor informal. Nota-se que, no Brasil, as taxas femininas e masculinas possuem poucas variações em comparação uma com a outra. Observam-se os dados da Figura 20:

Figura 20 – População em situação de pobreza ocupados em setores de baixa produtividade (setor informal) (2000 - 2010) (Em %)



Fonte: (CEPALSTAT, 2022).

Na primeira impressão ao analisar o gráfico, conclui-se que não há *sobre-representação* da pobreza relacionada a trabalhadores informais. No entanto, a partir de 2006, a linha que representa as mulheres mexicanas aumenta. Em 2000, os valores iniciais foram de 46,7% para as mulheres e 55,7% para os homens. Até o final do Governo Fox, esses valores diminuíram, registrando 40,1% para homens e 35,7% para mulheres. Até o final do gráfico, as taxas aumentaram, mas não retornaram ao índice inicial. Foi registrado 49,6% de trabalhadores homens em situação de pobreza e 41,4% de trabalhadoras nessa situação. Durante o período de Calderón, as mulheres subiram 5,7% no indicador de pobreza por informalidade, representando um processo de feminização entre 2006 e 2010.

Em 2001, a pobreza para as trabalhadoras informais do Brasil era de 36,8%, tendo aumentado para 37,0% em 2003. A partir desse ano, a taxa iniciou uma queda, registrando 21,9% em 2009. As taxas dos trabalhadores brasileiros não tiveram valores significativamente diferentes. Em 2001, pontuou 37,6%, também apresentando queda a partir de 2003. O ano 2009 encerrou com uma taxa de 22,2% de homens com trabalho informal em situação de pobreza. Observa-se que, no último ano da década, os homens se encontravam em maior — porém pouco — taxa de pobreza em relação às mulheres, não apresentando, portanto, *sobre-representação* nem feminização. A taxa de pobreza no setor informal é muito alta nos dois países, não baixando de 20,0% em nenhum momento analisado.

Na Figura 19 o México apresentou mais mulheres ocupadas no setor informal do que homens; no entanto, há mais homens pobres nesse setor do que mulheres. Para esse resultado, as hipóteses são: o tipo de inserção laboral dos trabalhadores; a qualidade do trabalho; e o valor de remuneração. No Brasil, as mulheres são a maioria em ocupação informal e na taxa de pobreza, não apresentando diferença significativa em relação aos homens, os quais, por sua vez, registravam o menor valor de informalidade entre os cenários. Em suma, a pobreza de trabalhadores informais atingiu mais o México do que o Brasil, a feminização só ocorreu no período de Calderón e, em nenhum momento, houve *sobre-representação*.

4.4 MULHERES COMO “CHEFES” DE FAMÍLIA

A “chefia” feminina do lar, conforme consta nos indicadores demográficos e sociais da CEPALSTAT (2022), indica a possibilidade de maior intensificação da pobreza para as mulheres dentro de dois principais aspectos que serão discutidos nesta seção: desigualdade salarial e dupla jornada de trabalho — sempre considerando a informalidade. Esses pontos baseiam os cenários de análise: lares com e sem filhos, o/a “chefe” da família.

Como agente essencial para o equilíbrio financeiro dos cidadãos, o mercado de trabalho influencia não só na economia, mas também a vida pessoal dos trabalhadores. A dupla jornada de trabalho é um exemplo disso: afetando majoritariamente as mulheres, o trabalho doméstico consome energia e tempo de qualidade da vida.

Além de serem a maioria em trabalhos informais, as mulheres também são a maior porcentagem a exercer os trabalhos familiares, ou seja, “a mão-de-obra [*sic*] feminina é fundamentalmente absorvida no trabalho doméstico, no qual se encontram 17% das mulheres e 1% dos homens” (MELO & BANDEIRA, 2005, p.54) Isto é, cuidar dos filhos, cozinhar, limpar,

organizar a casa; enfim, toda a manutenção do lar costuma ser realizada pelas mulheres sem nenhuma remuneração, independentemente de exercerem trabalho fora de casa ou não:

O trabalho doméstico nas suas residências, que absorve muitas delas e uma grande parte do tempo das que exercem trabalho remunerado, é considerado 'inatividade', dificultando ainda mais a participação feminina na distribuição dos recursos econômicos, além de não disporem de creches, programas de educação pré-escolar adequados, alternativas de jornada ampliada, asilos, os chamados equipamentos sociais que as liberariam, pelo menos parcialmente, da ocupação com as crianças, idosos, portadores de necessidades especiais e com a estrutura doméstica de uma maneira geral. (MELO; BANDEIRA, 2005, p. 54).

Sob essa perspectiva, identifica-se a dupla jornada de trabalho. O período em que a mulher está dentro de casa se bifurca entre afazeres domésticos e horas de sono, não restando muito tempo para lazer e demais cuidados. Por vezes, um ou mais desses pontos são negligenciados. Isso ocorre principalmente em cidades grandes, em que o deslocamento para o trabalho ultrapassa 1 hora, levando à redução do período de descanso/sono, que não alcança as 8 horas diárias recomendadas.

Diante da dupla jornada, identifica-se que as mulheres trabalham mais do que os homens. No entanto, de modo contraditório, as mulheres ganham menos. Essa desigualdade acompanha o grau de escolaridade e os cargos ocupados:

As desigualdades salariais entre homens e mulheres aumentam proporcionalmente ao tempo de escolaridade, o que indica que o retorno dos investimentos educacionais é diferenciado entre os sexos. Segundo dados do IBGE, as mulheres com grau de escolarização igual ou inferior a 3 anos de estudo ganham menos que os homens com o mesmo grau de escolaridade — 61,5% — enquanto as mulheres com maior grau de escolarização (11 ou mais anos de estudo) ganham 57,1% do salário dos homens. Obviamente essa informação cruzada com aquela a respeito da raça/etnia apontaria ainda mais disparidade. (MELO; BANDEIRA, 2005, p. 55).

Em relação à escolaridade, o censo do IBGE de 2014 liberou um recorte de estatísticas de gênero comparando os anos de 2000 e 2010. Constatou-se que as mulheres são maioria na conclusão do ensino médio e no avanço para o ensino superior. A mesma constatação acontece no México: no geral, as mulheres têm maior grau de escolaridade e maior participação na educação. Todavia, o cenário se inverte em caso de domicílios com chefia feminina. Em quatro cenários — matrícula escolar, ensino fundamental completo, transição para o ensino médio e matrícula em escola privada —, no Brasil e no México, as mulheres representam porcentagem inferiores aos homens (MARTELETO, 2012).

Segundo os dados, constata-se que os obstáculos enfrentados pelas mulheres dentro do mercado de trabalho reverberam nas condições educacionais dela e de sua família. Por outro lado, as mulheres que possuem menos oportunidades e foram marginalizadas pela sociedade precisam se manter em trabalhos informais e/ou insatisfatórios. O serviço de empregada doméstica, por exemplo, foi regulamentado no Brasil somente em 2015. Conforme a OIT, no mesmo ano, 80,0% das pessoas que exerciam esse serviço eram mulheres; dos trabalhadores domésticos entre 10 e 17 anos, 88,7% eram meninas e 71% eram negros. Na década de 2000, todas as mulheres que prestavam serviços de manutenção e alimentação nas casas de classe média e classe alta não tem garantia de um salário mínimo nem de férias, além de não serem amparadas pelo Estado em caso de excederem as 8 horas diárias de trabalho.

Em lares “chefiados” por mulheres, a desigualdade salarial e a dupla jornada de trabalho são identificadas como agravantes do processo de marginalização. Como observado no caso do acesso à educação, as oportunidades são inferiores em comparação com um domicílio que tem homem como principal provedor da renda. No entanto, evidencia-se a necessidade de bifurcar esses domicílios para além da “chefia” feminina e masculina e identificar como se comportam os lares que possuem filhos ou não²¹.

4.4.1 Lar sem filhos

Esta subseção avalia os domicílios de casais ou pessoas que não possuem filhos, de forma a identificar o principal provedor de renda do lar.

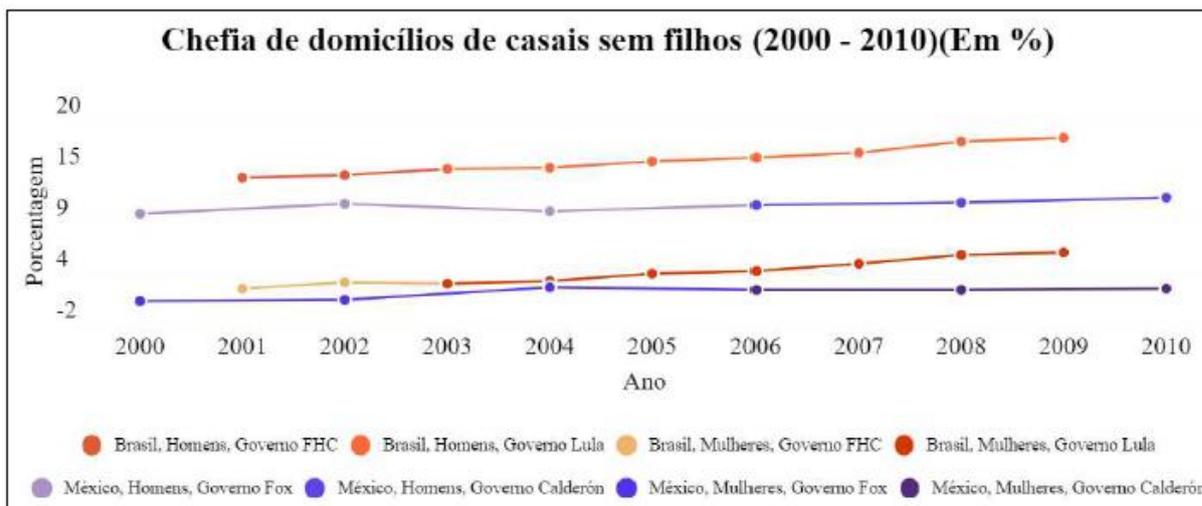
4.4.1.1 Casal

Os casais que não têm filhos não compartilham dos mesmos gastos que uma família com filhos. No entanto, é possível realizar uma análise sobre a questão de gênero em torno de duas questões. A primeira é para identificar se há *sobre-representação* em famílias não solo; a segunda, para verificar como se comporta a “chefia” em lares de duas pessoas, corroborando com a problemática da pesquisa.

²¹ Não há informação se a pesquisa considerou famílias com duas mães ou com dois pais. No entanto, pelo período que a pesquisa foi realizada e por não haver distinção de lares com pais heterossexuais, homossexuais, bi(pan)ssexuais ou não binários, consideram-se somente casais heterossexuais. De qualquer forma, atenta-se para os lares de “chefia” feminina.

Conforme a plataforma de estatísticas da CEPAL, os homens são a maioria nas “chefias” dos lares nos dois países. A partir de 2005, no Brasil, houve um aumento tanto da chefia feminina quanto da masculina, mas sempre mantendo a masculina mais alta. No México, a chefia feminina não chegou a pontuar 2,0% em nenhum momento, tendo se aproximado somente em 2004. Esses índices podem ser observados na Figura 21.

Figura 21 – Chefia de domicílios de casais sem filhos (2000 – 2010) (Em %).



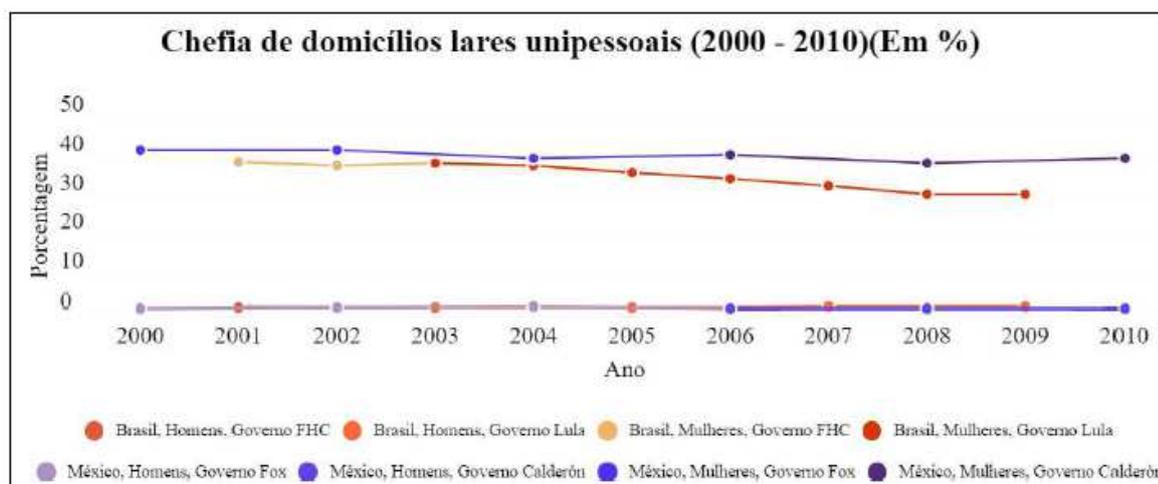
Fonte: (CEPALSTAT, 2023).

Apesar de o México apresentar menor índice de mulheres na “chefia” do lar, é no Brasil que a diferença é maior. Durante a década, a diferença oscilou em torno de 12,0%, enquanto no México só chegou ao redor de 10,0% em 2002, 2008 e 2010. Portanto, há mais mulheres na chefia de lares sem filhos no Brasil a partir de 2004. No México, essa mesma taxa praticamente não oscila. Em os ambos, cenários há *sobre-representação*, pois há menos mulheres que homens ocupando o posto de maior provedor financeiro do lar.

4.4.1.2 Unipessoal

Este item permite avaliar a feminização e a *sobre-representação* de lares onde mora apenas uma pessoa.

Figura 22 – Chefia de domicílios de lares unipessoais (2000 – 2010) (Em %)



Fonte: (CEPALSTAT, 2022).

Nesse cenário, observa-se que há *sobre-representação*, uma vez que há mais mulheres morando sozinhas e se sustentando do que homens. Porém, esse índice não aumentou ao longo do tempo; pelo contrário, diminuiu cerca de 1,9% no Brasil e 1,8% no México — até 2008, que encerrou a década com 19,2%, marcando um aumento de 0,7%.

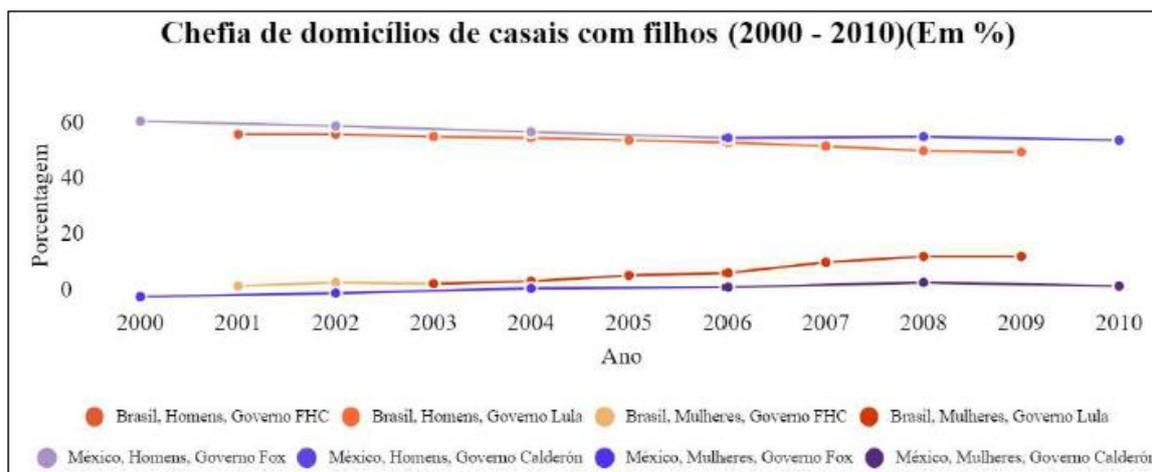
4.4.2 Lar com filhos

Essa perspectiva possibilita visualizar de qual provedor vem a renda principal de cada tipologia familiar em que há pelo menos um filho: biparentais ou monoparentais.

4.4.2.1 Biparental

Lares biparentais são lares compostos por dois pais, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. A ideia de um lar biparental é baseada na noção de que ambos os pais assumem responsabilidades iguais na criação e na administração da família.. Os chefiados por mulheres, como visto, não apresentam igualdade na divisão do trabalho doméstico. Os lares chefiados por homens compartilham da mesma característica, mas as mulheres atuam em trabalhos informais ou exclusivamente como donas de casa. Nesses casos, as mulheres podem não estar participando ativamente do mercado de trabalho fora de casa, concentrando-se nas tarefas domésticas e no cuidado dos filhos. Na Figura 23, observa-se a disposição desses ambientes familiares.

Figura 23 – Chefia de domicílios de casais com filhos (2000 – 2010) (Em %)



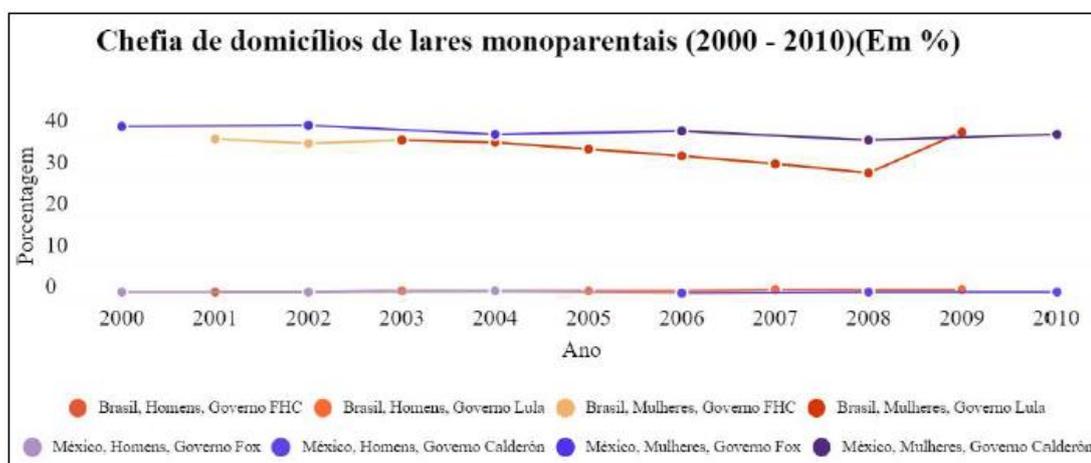
Fonte: (CEPALSTAT, 2022).

Nos dois países, os homens são a maioria absoluta na “chefia” de domicílios; portanto, houve *sobre-representação*. O México ocupa as duas extremidades do gráfico, país no qual há menos mulheres na “chefia”, como também é o que mais tem homens ocupando esse espaço. Ademais, apresenta feminização em pequenos recortes no decorrer da década. Já no Brasil, a partir de 2006, houve a diminuição de homens na “chefia” dos lares e aumento de mulheres, concomitantemente, apresentando uma melhora e não havendo feminização.

4.4.2.2 Monoparental

Esse cenário apresenta a porcentagem de “chefes” de domicílios com mães e pais solos.

Figura 24 – Chefia de domicílios de lares monoparentais (2000 – 2010) (Em%)



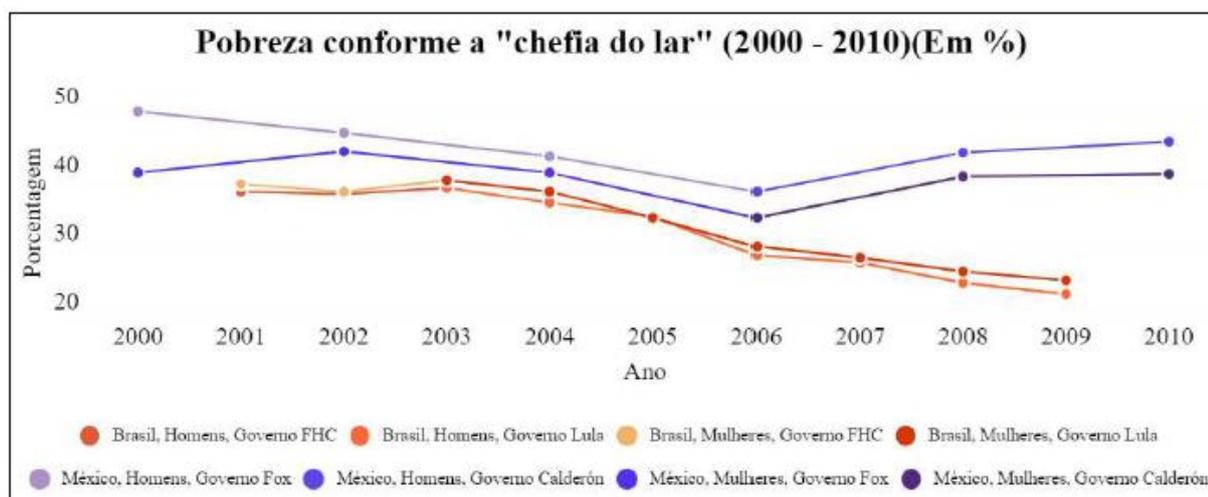
Fonte: (CEPALSTAT, 2022).

A estatística da CEPAL expõe a diferença exponencial entre mães e pais solos. Em comparação com os lares biparentais, os papéis praticamente se invertem. O México é o país que mais possui mulheres/mães sozinhas na chefia de um lar, e, apesar de no início da década se manter com números similares ao Brasil, desce um pouco o gráfico a partir de 2006. Logo, também apresente um menor número de pais solos. A partir de 2003, iniciou-se um declínio significativo de mães solo no Brasil; no entanto, diferentemente da taxa anterior, esse número não implica na diminuição da taxa dos homens brasileiros, a qual não ultrapassa a marca de 2,1%. Esse cenário sinaliza *sobre-representação* nos dois cenários, pois em ambos os países há mais mães solos do que pais solos. No entanto, não há a feminização desse processo, em nenhum dos dois, pois verifica-se a diminuição de mães solos ao longo do tempo.

4.4.3 Pobreza conforme a “chefia do lar”

Conforme o exposto, há mais mulheres **solos** na “chefia” da família em lares com e sem filhos, ao passo que há mais homens na “chefia” da família em lares de casal. As causas dessa *sobre-representação* podem ser exemplificadas pelos argumentos iniciais: desigualdade social, trabalho doméstico e dupla jornada de trabalho. Os lares com maior chefia masculina são lares compartilhados com mulheres. Os lares com maior chefia feminina são aqueles em que elas precisam sustentar sozinhas, independentemente da existência de filhos. Se comparados aos domicílios masculinos, a desigualdade salarial pode ser apresentada como um fator responsável para essa feminização na “chefia” de lares.

Figura 25 – Pobreza conforme a chefia do lar (2000 – 2010) (Em%)



Fonte: (CEPALSTAT, 2022).

Analisando o gráfico apresentado na Figura 25, identifica-se que os homens estão nas duas extremidades do gráfico. O índice de pobreza em lares chefiados por homens mexicanos é o maior entre as quatro chefias analisadas. No Governo Fox, os lares chefiados por homens iniciaram com 49,8% e encerraram em queda, com 38,1%. No período de Calderón, voltou a subir e registrou 45,5% em 2010.

Os lares chefiados por mulheres no México ocupam a segunda linha mais alta do gráfico. O comportamento da pobreza nesse recorte foi similar ao masculino; no entanto, no primeiro ano do Governo Fox, entre 2000 e 2001, houve um aumento de 40,8% para 49,9%, respectivamente. O menor índice foi em 2006, o qual registrou 34,3%, e a década encerrou pontuando 40,6%.

As taxas mexicanas são muito altas, principalmente a masculina. Apesar de no México haver feminização na informalidade e no desemprego, a taxa de pobreza nos lares chefiados por homens se destaca. Uma hipótese para esse comportamento é o maior índice de homens pobres, em relação às mulheres — isso será verificado no item 4.6.1. Outra hipótese é o grande número de lares chefiados por homens, como foi exposto na Figura 21 e na Figura 23: os homens ocupavam os postos de “chefia” em lares de casal.

O Brasil realiza o comportamento inverso. Os lares chefiados por mulheres são os mais pobres. No Governo de FHC, a taxa baixou de 39,2%, em 2001, para 38,1% em 2002. No início do Governo Lula, essa taxa havia aumentado para 39,7%. Desde 2003, a pobreza nos domicílios somente decresceu, alcançando o menor índice em 2009, no qual registrou 25,0%.

No período de Lula, como já exposto várias vezes, a pobreza diminuiu significativamente, e a queda da pobreza nos lares chefiados por mulheres é mais um indicador. Apenas em um período os homens registraram um valor superior às mulheres. Em 2005, os lares de “chefia” feminina registraram 34,2%, e os de “chefia” masculina foram 34,4%. No início da década, a pobreza na “chefia” familiar masculina era de 38,2% e, no final, era 23,1%; uma queda de 15,1%. A pobreza na “chefia” familiar feminina, por sua vez, reduziu em 14,0%.

Comparando ambos os países, o Brasil apresentou os menores índices de pobreza nas chefias familiares, independentemente do gênero. No capítulo 2, foi elaborada uma revisão das políticas implementadas no Governo Lula com o propósito de reduzir a pobreza. Considera-se, portanto, que essas políticas foram efetivas, conforme a redução da pobreza verificada na Figura 25.

Deste indicador, observam-se alguns pontos. Primeiro, destaca-se uma curiosidade: a mulher pobre é sozinha. As mulheres lideraram as taxas de “chefias” monoparentais e unipessoais tanto no Brasil quanto no México. Segundo é que, no que se refere à feminização da pobreza de acordo com a chefia, conclui-se que houve feminização no Governo Calderón e no início do Governo Fox, mas não houve feminização da pobreza — com corte de “chefia” do lar — no Brasil. O terceiro e último ponto é que, ao contrário da feminização, houve *sobre-representação* no Brasil e não houve no México.

4.5 RECORTE ÉTNICO

A América Latina é uma região intensamente miscigenada. A população indígena e preta possui uma distinção importante: um grupo teve seu espaço invadido e colonizado; o outro passou por um processo de tráfico e escravidão. Por outro lado, ambos se relacionam por terem experimentado a aspereza e a ganância europeias. A exclusão social impossibilita que essas pessoas realizem as atividades básicas de sobrevivência na sociedade.

Conforme os dados apresentados pelo Banco Mundial referentes à primeira década do século XXI, “os povos indígenas representam 8% da população da América Latina, mas também constituem aproximadamente 14% dos pobres e 17% dos extremamente pobres da região” (BANCO MUNDIAL, 2010)²². Desses 8,0%, o “México, Guatemala, Peru e Bolívia possuem as maiores populações, tanto em termos absolutos como proporcionais, somando mais de 80% (34 milhões) do total regional” (BANCO MUNDIAL, 2015). A população preta representava quase 24,0% da população latino-americana, dos quais “91% estão concentrados no Brasil e na Venezuela, e outros 7% na Colômbia, em Cuba, no Equador e no México” (BANCO MUNDIAL, 2018).

As vivências nas esferas sociais, trabalhistas e até mesmo pessoais são cercadas de racismo e intolerância. Considerando esse aspecto, as mulheres pretas e indígenas sofrem com uma exclusão dentro de um grupo de excluídos. Ou seja, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres nos setores trabalhistas e domésticos são ainda mais nocivas dentro desse recorte étnico.

A CEPALSTAT apresenta poucos dados estatísticos com recorte de cor/raça para os países. No Brasil, é possível encontrar dados sobre a população preta e indígena com recorte de

²² Disponível em: <https://www.bancomundial.org/es/region/lac/brief/indigenous-latin-america-in-the-twenty-first-century-brief-report-page>.

gênero através do IBGE. No México, um instituto similar seria o Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI); no entanto, não há dados de população por etnia. Essa ausência resulta em um problema ainda maior. Conforme uma publicação realizada pela própria CEPAL (2018, p. 20-21),

[...] a invisibilidade estatística e a escassez de informação confiável sobre a população afrodescendente obedecem a opções feitas pelos governos nacionais em diversos momentos de sua história, para ocultar e negar as flagrantes contradições e desigualdades étnico-raciais, além de fundamentar o mito sobre a existência de democracias raciais na região. A omissão da presença afrodescendente em muitos países da região consolidou-se a partir da criação dos Estados-nação (CEPAL, 2017b), o que se evidencia, por exemplo, na supressão da identificação da população negra ou mestiça nos censos nacionais.

A publicação sugere que o racismo estrutural impossibilita a averiguação de dados dentro de certos recortes e complementa que

[...] a construção dos Estados latino-americanos foi um processo marcado pela exclusão étnica e racial e pela elaboração de nacionalidades unívocas em termos culturais, que privilegiavam a “branquitude” dos sujeitos como condição para o exercício pleno da cidadania (Ottenheimer e Zubrzycki, 2011). Portanto, não é por acaso que não existem muitas referências à presença afrodescendente em países como México, Chile e Estado Plurinacional da Bolívia, embora as evidências históricas comprovem sua presença não só nos tempos da colônia, mas também atualmente. (CEPAL, 2008, p. 21).

Mesmo com a falta de dados, sobretudo no México, ressalta-se que, no Consenso do México, realizado em 2004 na 9ª Conferência Regional da Mulher, entrou em vigor um acordo que torna responsabilidade do Estado a inclusão das perspectivas de gênero e raça/etnia nas formulações de políticas estatais, incluindo as bases de dados estatísticos.

Aprofundar o desenvolvimento de um sistema de informação baseado em estatísticas desagregadas por sexo para incorporar efetivamente a perspectiva de gênero, levando em conta a diversidade étnico-racial e geracional, em todos os programas e políticas de governo, outorgando particular atenção à pobreza, ao trabalho não remunerado, ao uso do tempo, à violência de gênero e à migração internacional. (CONSENSO DO MÉXICO, 2004, p. 5)²³.

²³ Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/acoes-internacionais/Articulacao/articulacao-internacional/consenso-do-mexico-portugues.doc/view>

Compreende-se que há demora na realização das pesquisas. Porém, mesmo com a lacuna dos dados mexicanos, é importante visualizar as taxas brasileiras.

Tabela 1 – População e valor do rendimento mensal de pessoas de 10 anos ou mais conforme sexo e etnia (Em R\$)

Valor do rendimento nominal médio das pessoas de 10 anos ou mais de idade (Em R\$)			
	POPULAÇÃO	TOTAL	COM RENDIMENTO
Homens	78 765 859	R\$ 962,84	R\$ 1.390,99
Indígena	307 976	R\$ 412,49	R\$ 858,50
Preto	6 712 927	R\$ 661,51	R\$ 943,05
Branco	36 975 994	R\$ 1.321,99	R\$ 1.795,87
Mulheres	83 224 407	R\$ 559,83	R\$ 983,37
Indígena	308 951	R\$ 277,68	R\$ 602,44
Preto	6 621 867	R\$ 408,31	R\$ 691,20
Branco	10 811 908	R\$ 754,73	R\$ 1.245,43

Fonte: (IBGE – Censo Demográfico 2010).

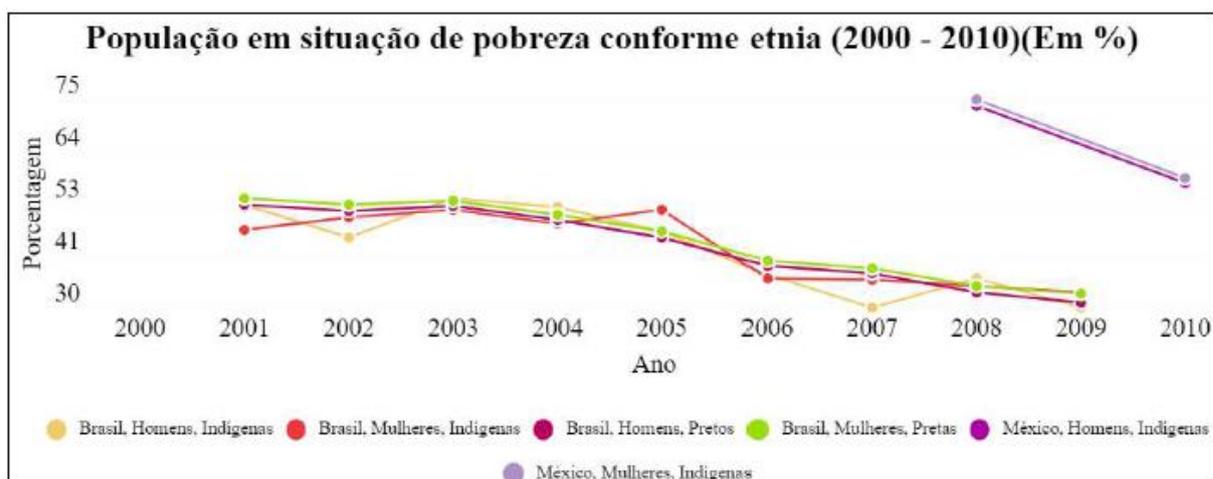
Na Tabela 1, observa-se uma queda de quase pela metade em cada recorte realizado. Homens pretos e mulheres brancas recebem a metade do que um homem branco, ao passo que mulheres brancas têm um rendimento levemente superior que os homens pretos. Já as mulheres pretas recebem a metade do que as brancas recebem, e as mulheres indígenas recebem a metade do que as mulheres pretas.

Sob esse viés, é possível identificar que a desigualdade salarial está presente no Brasil e que essa situação se agrava conforme a marginalização da pessoa perante a sociedade. Ou seja, além de gênero, os pobres também têm cor. O México não apresenta dados com esse recorte, apesar de possuir uma grande população indígena. Destaca-se, nesse caso, a invisibilidade estatística como resultado de uma estrutura política e social marcada pelo preconceito.

4.5.1 Pobreza conforme etnia

As pesquisas científicas no campo das ciências sociais têm evidenciado de forma consistente a persistência da pobreza com um recorte étnico racial, revelando desigualdades profundamente enraizadas em estruturas socioeconômicas e históricas. Conforme o levantamento realizado, identifica-se a pobreza com recorte de gênero e étnico-racial, apresentado na Figura 26.

Figura 26 – População em situação de pobreza conforme etnia (2000 – 2010) (Em%)



Fonte: (CEPALSTAT, 2022).

Como exposto anteriormente, o México apresenta poucos dados com recorte étnico. Na Figura 26, há apenas a variação de pobreza entre homens e mulheres indígenas, e somente no período de 2008 a 2010. Nesse período, houve queda da pobreza. Em 2008, as mulheres indígenas registraram 75,0% e os homens 73,5%; em 2010, as mulheres eram 58,0% e os homens 57,0%.

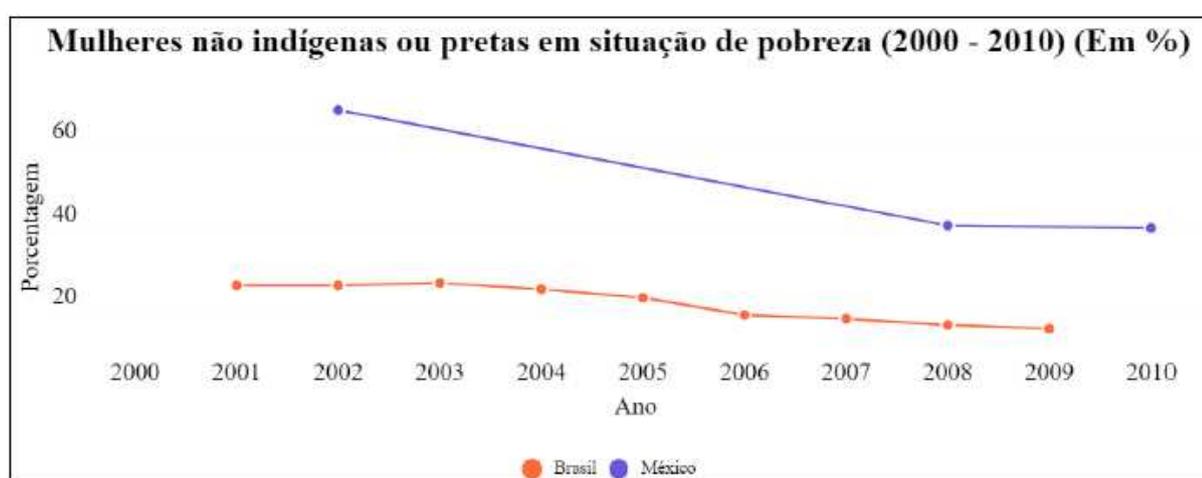
A respeito do Brasil, há dados de homens e mulheres indígenas e pretos, observando-se linhas muito similares. As linhas da população preta percorrem valores parecidos. No entanto, a pobreza entre as mulheres é um pouco maior. No ano 2003, foram registrados os maiores valores, sendo 53,1% para as mulheres e 50,8% para os homens. Assim como nos demais indicadores, a pobreza começou a reduzir a partir desse ano, sendo que 2009 encerrou com 31,0% de homens e 32,9% de mulheres em situação de pobreza.

As linhas que representam a população indígena tiveram um comportamento de maior oscilação, ora havendo *sobre-representação*, ora não. Em 2001, havia mais homens indígenas pobres do que mulheres, sendo 52,3% e 46,7%, respectivamente. Em 2002, as linhas se invertem e passou a haver mais mulheres, com uma diferença percentual de 4,6%. Nos anos de 2003 e 2004, novamente houve uma inversão: os homens constituíam a maioria em situação de pobreza, registrando nos dois anos valores acima de 50,0%, enquanto as mulheres chegaram a 51,0% em 2003 e reduziram para 48,2% em 2004. Novamente, em 2005, 2007 e 2010, as mulheres indígenas registraram maior nível de pobreza, pontuando 51,0%, 35,0% e 33,3% respectivamente. Diferente dos demais processos, a pobreza entre as mulheres indígenas não teve seu processo de queda iniciado em 2003, pelo contrário: de 2004 a 2005, houve um

aumento de 2,8%. A partir desse aumento, iniciou a diminuição da pobreza. Nesse recorte, houve *sobre-representação* e feminização em pequenos recortes temporais.

As taxas de pobreza observadas na Figura 26 são muito altas. O Brasil alcançou números perto de 30,0% somente a partir de 2007. A alta porcentagem registrada no México tem relação com o índice populacional de indígenas no país, que é muito alto. De acordo com o Banco Mundial, 80,0% da população indígena está distribuída no México, no Peru, na Guatemala e na Bolívia. Observa-se comportamento da pobreza em mulheres fora do recorte racial, ou seja, mulheres não pretas nem indígenas, conforme a autodeclaração.

Figura 27 – Mulheres em situação de pobreza conforme cor e raça (2000 – 2010) (Em%)



Fonte: (CEPALSTAT, 2022).

No México, a pobreza fora do recorte tem os dados apresentados em 2002, 2008 e 2010, registrando 68,5%, 40,6% e 39,8%, respectivamente. No Brasil, em nenhum momento as taxas chegaram a 30%.

As mulheres sem autodeclaração apresentam uma pequena feminização da pobreza, passando de 26,1% em 2002 para 26,5% em 2003. As mulheres pretas decrescem no decorrer do gráfico, mas passam por feminização em dois pontos do período, de 2002 a 2003, assim como as indígenas, corroborando a taxa do gráfico apresentado na Figura 26. No entanto, as mulheres indígenas apresentaram feminização da pobreza ainda entre 2004 e 2006. No México, seguiu-se o mesmo padrão anterior: apresenta poucos dados, mas não houve feminização de mulheres indígenas entre 2008 e 2010.

Portanto, não existe apenas um problema de gênero, mas um problema étnico-racial, em que as altas taxas de pobreza são ocupadas por pessoas não brancas.

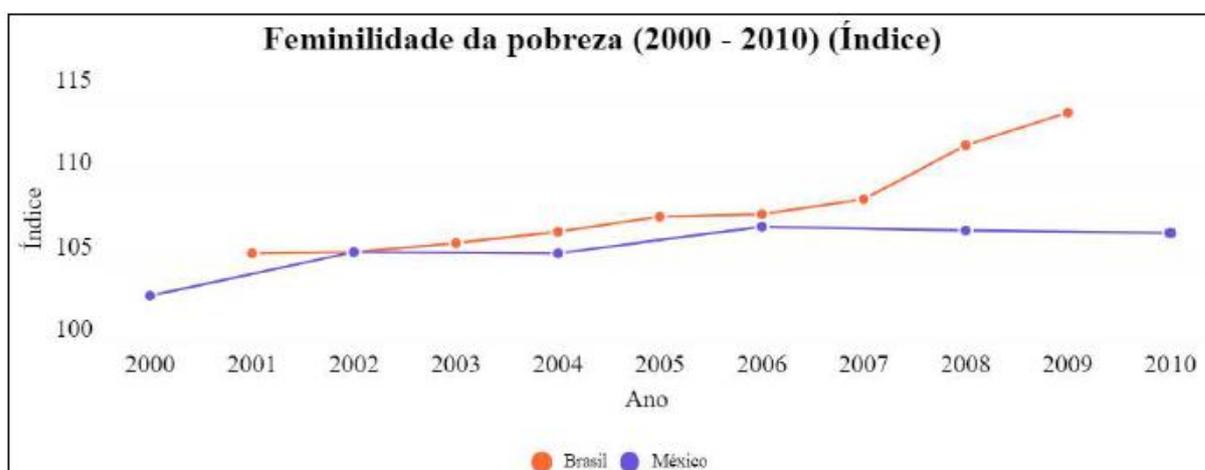
4.6 INDICADORES DE SOBRE-REPRESENTAÇÃO E DE FEMINIZAÇÃO DA POBREZA

A CEPALSTAT apresenta um indicador intitulado *Índice de feminidad de la pobreza extrema y de la pobreza según área geográfica*; no entanto, não é possível considerar esses dados para identificar a feminização da pobreza. Conforme a descrição da pesquisa,

[...] a taxa de feminidade da pobreza compara a porcentagem de mulheres pobres de 20 a 59 anos em relação aos homens pobres nesta mesma faixa etária. Este indicador mostra que os esforços de redução da pobreza na região não beneficiaram de maneira igualitária a homens e mulheres, de maneira que os lares pobres concentram uma maior proporção de mulheres em idade de maior demanda produtiva e reprodutiva. (CEPAL, 2019)²⁴.

A CEPALSTAT apresenta a feminidade da pobreza como um sinônimo de *sobre-representação*. Como visto anteriormente, realmente há mais mulheres pobres do que homens no Brasil e no México, mesmo com a inserção de recortes étnico-raciais. Observa-se, portanto, a *sobre-representação*, ou *feminilidade*, da pobreza:

Figura 28 – Feminilidade da Pobreza (2000 – 2010) (Índice)



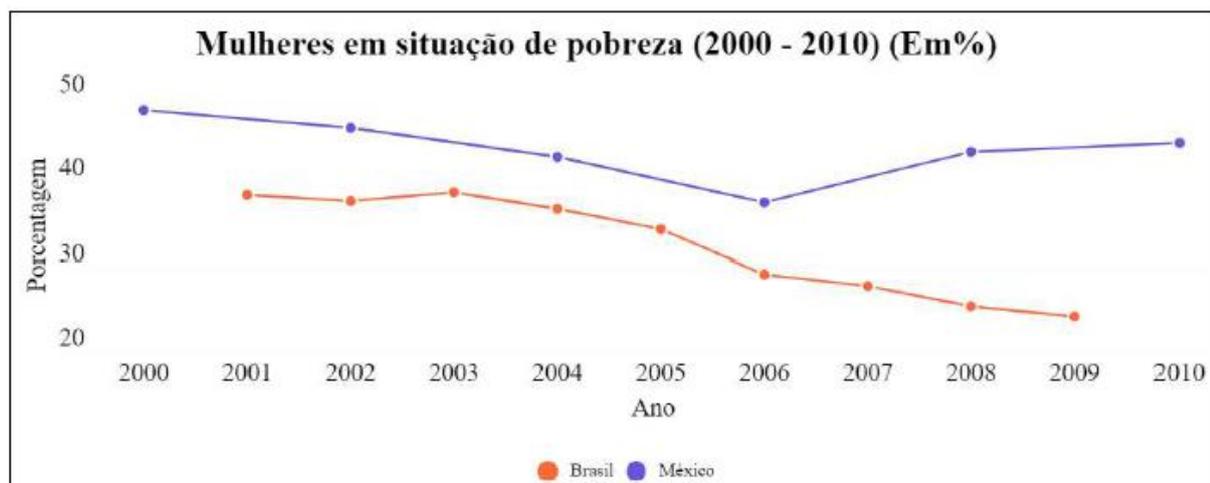
Fonte: (CEPALSTAT, 2019).

O gráfico apresentado na Figura 28 apresenta o índice de disparidade na incidência da pobreza entre os gêneros. Os valores apresentados acima de 100 significam que a pobreza atinge mais as mulheres do que os homens. Se houver valores abaixo de 100, significa o contrário. Nos dois países, o índice ultrapassa o valor de referência. Em 2007, o índice declinou no México e cresceu significativamente no Brasil, encerrando 2009 com 113,9 mulheres pobres para cada 100 homens vivendo na mesma situação. O México apresentou um valor menor e, para casa

²⁴ Disponível em: <https://oig.cepal.org/pt/indicadores/indice-feminidade-da-pobreza>.

100 homens pobres, havia 105.6 mulheres. A Figura 28 identifica a *sobre-representação* nos índices de pobreza no Brasil e no México; a partir desse registro, para identificar a feminização da pobreza, é preciso realizar um recorte de gênero na própria taxa de pobreza.

Figura 29 – Mulheres em situação de pobreza (2000 – 2010) (Em%)



Fonte: (CEPALSTAT, 2022).

Ao analisar o gráfico, observa-se que, no decorrer da década, não houve feminização da pobreza. Em 2000, a pobreza entre as mulheres mexicanas era de 48,7%; em 2010, era 44,7%. No entanto, a partir de 2006, como já exibido por indicadores anteriores, a pobreza aumentou de 37,6% para quase 48,0%. No cenário brasileiro, a pobreza também decresceu de 38,5%, em 2001, para 24,2% em 2009.

O gráfico da Figura 29 demonstra, em porcentagem, as taxas de pobreza entre as mulheres no Brasil e no México. Em ambos os cenários, os valores no final da década são inferiores aos do início. Logo, por essa perspectiva, não é possível identificar a feminização da pobreza em nenhum dos países, pois **não houve o aumento de mulheres nos índices de pobreza**, apesar de haver *sobre-representação*. Dessa forma, a pobreza caiu durante a década, e a feminização da pobreza apresentou comportamento negativo.

No entanto, é importante destacar alguns recortes temporais dentro da década. No Brasil, houve feminização da pobreza em um pequeno período de 2002 a 2003, em que as mulheres pobres subiram 1,0% na taxa. No México, o fenômeno ocorreu de 2006 a 2010. Em comum, esses dois períodos são marcados pelo início de novos mandatos presidenciais, mas se diferenciam-se porque, no início do Governo Lula, a feminização estava alta e, no ano seguinte, o fenômeno já não se apresentava mais. No México, por sua vez, a feminização teve início a partir do Governo Calderón e seguiu sendo observada no decorrer da década.

Destacam-se alguns pontos: a feminização da pobreza não ocorreu na década, mas isso não significa invulnerabilidade das mulheres. Pelo contrário: os indicadores demonstraram a resistência da desigualdade de gênero no mercado de trabalho. A invisibilidade étnica em pesquisas estatísticas dificulta estudos que se baseiam em homens e mulheres pretos e indígenas. Essa realidade, apesar de estar em processo de mudança, não trará os dados exatos do período em questão, deixando uma lacuna marcada pela discriminação, que ainda paira sobre as sociedades.

Em suma, o comportamento da feminização na década de 2000 pode ser observado de duas formas diferentes. Primeiro é que **não houve feminização da pobreza**. Considera-se que, no final da década, havia uma porcentagem menor de mulheres pobres em comparação ao início da década. Isso ocorreu nos dois países, mesmo aplicando o recorte de gênero. A segunda forma de visualizar o comportamento da feminização da pobreza é aplicando recortes temporais dentro do recorte inicial. Como exemplo para esses recortes, utiliza-se os governos referentes ao período analisado:

- a) FHC (2000 – 2002): **Houve feminização da pobreza** no último ano do governo de Fernando Henrique e, entre 2001 e 2002, observou-se uma elevação na taxa de pobreza entre mulheres indígenas.
- b) Lula (2003 – 2010): **Não apresentou feminização da pobreza durante os dois mandatos**. Salvo em recorte étnico, em que as mulheres pretas e indígenas sobem nos índices duas vezes, mas terminam a década em queda.
- c) Fox (2000 – 2006): **Não houve feminização da pobreza** e não apresenta recorte de cor/raça.
- d) Calderón (2006 – 2010): **Houve feminização da pobreza durante todo o período**. Apresentou somente dois anos de pesquisa sobre mulheres indígenas, em que a pobreza decresceu.

No panorama geral dos índices de pobreza entre as mulheres, há feminização em um governo para cada país. O Governo Lula, assim como o Governo Fox, não apresentou feminização em nenhum momento. Apesar de ser muito curto o período em que FHC esteve no poder no que diz respeito ao recorte temporal desta pesquisa, é pertinente destacar o aumento de mulheres nos índices de pobreza, mesmo que pequeno. Por essa perspectiva, destaca-se o período liderado por Felipe Calderón: desde o início do seu mandato, em 2006, a taxa de pobreza entre as mulheres somente aumentou.

Portanto, ao considerar o período sem recortes, não houve feminização da pobreza em nenhum dos cenários, mas ao considerar os recortes de governos, houve feminização em dois momentos da história.

4.7 OS DADOS

Os indicadores desemprego, informalidade, “chefia” do lar e etnia evidenciaram a vulnerabilidade da mulher, sobretudo preta e indígena, no contexto econômico e social — ainda mais no mercado de trabalho. O desemprego, considerado a pior situação para o trabalhador, apresentou comportamento de “feminização do desemprego” somente no período entre 2001 e 2003; posteriormente, manteve somente a *sobre-representação*, não aumentando os índices de desemprego de mulheres brasileiras. Durante a década analisada, o México não apresentou o aumento de mulheres desempregadas; logo, não há possibilidade de afirmar que houve feminização nos índices de desemprego; porém, assim como no Brasil, houve *sobre-representação*.

Houve feminização da pobreza entre a população desempregada no México, que iniciou a década com 38,7% e encerrou com 47, 1%; um crescimento de 8,7% de mulheres desempregadas nos índices de pobreza. No Brasil, apesar de haver feminização no Governo FHC, a análise da década não apresenta esse fenômeno, além de ter ocorrido uma queda de 11,0% ao decorrer do tempo.

No levantamento sobre trabalhadoras informais, o indicador também aponta a existência da *sobre-representação* nos dois países. É possível identificar um aumento dos índices de informalidade entre as mulheres no Brasil (2000-2002) e no México (2004-2006). Essas elevações apontam um processo de “feminização da informalidade”. No recorte de pobreza de trabalhadores informais, não houve feminização em nenhum dos países. No Brasil, a pobreza diminuiu 13,1%; no México, 7,6%.

A “chefia” do lar, avaliada entre lares bi/monoparentais, unipessoais e casais sem filhos, se comportou da seguinte forma: nos dois cenários envolvendo casais (com e sem filhos), os homens lideraram nos índices de “chefia”, não apresentando, portanto, *sobre-representação*. Possivelmente, isso evidencia a desigualdade salarial e a informalidade já citadas. Em lares de mães/pais solos e unipessoais, as mulheres lideram os índices; nesse caso, houve *sobre-representação*. Nos índices de pobreza conforme a “chefia”, o México apresentou feminização da pobreza no período de 2006 a 2008; no entanto, não houve *sobre-representação*. O Brasil,

por sua vez, não apresentou feminização, mas teve *sobre-representação* da pobreza conforme a “chefia”.

Por fim, o recorte étnico-racial, apesar de não ter apresentado feminização da pobreza, demonstrou *sobre-representação*. Compartilha-se a hipótese de que a pobreza possui um perfil para além do gênero. Mulheres não autodeclaradas pretas ou indígenas são a maioria dentro das taxas de pobreza.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa se baseou em dados históricos e estatísticos para avaliar a identificação e o comportamento da feminização da pobreza no Brasil e no México durante a década de 2000. Foi necessária a apresentação dos conceitos de pobreza e de gênero para contextualizar a feminização da pobreza. Na literatura, identificou-se que o gênero é uma estrutura de poder que, ao agir através do mercado de trabalho, condiciona mais as mulheres à pobreza do que os homens, podendo evidenciar um processo de feminização. No entanto, através de revisão bibliográfica, verificou-se que a feminização é um fenômeno que ocorre através do tempo. Ou seja, não se trata de mais mulheres pobres do que homens; esse caso é chamado de *sobre-representação* ou *feminidade* da pobreza. A feminização da pobreza pode ser analisada dentro de um determinado período temporal, verificando se há ou não o aumento de mulheres nos índices de pobreza. Em caso de aumento, há feminização; em caso de diminuição, não há.

O desenvolvimento dos objetivos apresentados nesta pesquisa foi concluído negativamente a existência da feminização da pobreza, mesmo que com a redução da pobreza. No entanto, ao dividir a análise para cada um dos governos citados, o resultado encontrado não foi o mesmo. Destaca-se que, os governos revisados nesta pesquisa foram representantes de uma mesma política. Mesmo que alguns fossem mais simpáticos às medidas de cunho social, todos implementaram medidas semelhantes.

Lula e Fox foram os únicos presidentes que não tiveram o aumento de pobreza entre as mulheres durante seus mandatos. FHC e Calderón, por outro lado, tiveram. É possível estabelecer alguns padrões nessa dinâmica. Primeiro é que, os quatro cenários foram palco neoliberal na década de 2000, mas Lula e Fox foram mais flexíveis às demandas populares. O Governo Lula alcançou índices históricos de redução da pobreza geral, sendo, entre os dois, o mais interessado em efetuar medidas sociais.

Os dois presidentes que tinham vertentes neoliberais ainda mais fortes foram aqueles que as estatísticas apontaram haver feminização da pobreza. Fernando Henrique Cardoso, pouco considerado na pesquisa devido à falta de dados e ao pouco tempo de análise no recorte temporal, foi o responsável por deixar as políticas neoliberais mais fortes no Brasil, conforme exposto no capítulo 3. O Governo Calderón, no qual houve feminização da pobreza durante todo o mandato, seguiu uma doutrina ainda mais à direita, flertando com o conservadorismo e negligenciando medidas populares.

Através dos 4 indicadores da CEPAL utilizados — desemprego, informalidade, “chefia” do lar e etnia —, foi possível visualizar os processos de *sobre-representação* e de feminização da pobreza em cada recorte. O desemprego e a informalidade, diretamente vinculados ao mercado de trabalho, apresentaram *sobre-representação* no Brasil e no México. A feminização da informalidade ocorreu no Brasil e no México nos dois primeiros e dois últimos anos do governo de Vicente Fox. Por sua vez, a feminização do desemprego pode ser observada somente no Brasil, nos últimos anos de FHC. No entanto, no recorte de pobreza pelo desemprego, houve feminização no México, mas não no Brasil. A pobreza pela informalidade não apresentou o fenômeno.

A “chefia” do lar e a etnia, apesar de não se relacionarem diretamente com o mercado de trabalho e estarem categorizadas como indicadores sociais, são duas esferas em que o gênero exerce o poder através do setor laboral. No caso da pobreza conforme a “chefia”, Brasil e México são opostos: enquanto houve somente feminização no México, o Brasil apresentou a *sobre-representação*.

O contexto político foi utilizado para basear o cenário em que os processos de empobrecimento ou *sobre-representação* ocorreram. Conforme o capítulo 2, tanto o México quanto o Brasil passaram por alternâncias políticas. Para ambos, a década de 1990 foi o recreio do neoliberalismo, com muitas privatizações. Na virada do século, venceu o progressismo no Brasil e o conservadorismo no México. Destaca-se que, mesmo com a diferença de posicionamento dentro de coordenadas políticas, os governos dos dois países seguiram agendas neoliberais. Diferencia-se que Lula buscou fortificar o Brasil se unindo com outros países também em desenvolvimento, e Fox e Calderón intensificaram os laços com os Estados Unidos na mesma intenção.

Sob esse contexto, é pertinente citar alguns exemplos em que o cenário político embasa o cenário dos indicadores. Durante os anos 2000, a pobreza declinou nos dois países, sendo essa redução ainda mais significativa no Brasil. No cenário dessa queda, havia um governo que, desde a campanha eleitoral, enfatizou a importância de diminuir a pobreza e apresentou medidas sociais que resultaram na real diminuição da pobreza e extrema pobreza. No México, não houve feminização do desemprego — apesar de haver *sobre-representação* —, e vale enfatizar o slogan de Calderón e a sua preocupação em ser “*el presidente del empleo*”.

Identificou-se, portanto, a feminização como um processo que ocorre através do tempo e que atinge as mulheres através do mercado de trabalho em decorrência das estruturas de poder de gênero: desigualdade salarial, trabalho doméstico e dupla jornada de trabalho. O

comportamento da feminização ocorreu em queda. Ou seja, mesmo em pequenos pontos da década em que se pode observar a feminização da pobreza, ela nunca estava maior do que no início do gráfico.

O perfil dos mais pobres, que apresentam *sobre-representação*, é caracterizado pelo gênero. As mulheres são mais pobres do que os homens nos dois países. No entanto, existe ainda mais desigualdade dentro do recorte dos desiguais. As mulheres pretas e indígenas são ainda mais marginalizadas dentro do mercado de trabalho, pois as oportunidades e os salários são ainda mais inferiores. Dessa forma, é possível apresentar o perfil dos pobres brasileiros e mexicanos através de gênero e etnia, sem excluir a classe social de nascimento.

Um ponto interessante a ser levantado por pesquisas futuras pode envolver a *sobre-representação* e os impactos das doutrinas socioeconômicas aplicadas à sociedade, considerando, para além desta pesquisa, pessoas não binárias e mulheres transsexuais e travestis e aprofundamento no recorte étnico. A invisibilidade e a inexistência de dados que apresentam esses recortes dificultam o desenvolvimento de um estudo com esse viés progressista. É muito importante que haja preocupação em identificar as pessoas dentro dos indicadores sociais, conforme as suas identidades e suas autodeclarações também.

A justiça social, que pode ser conquistada através de políticas públicas ou reivindicações do povo, tem o poder de corrigir tanto a invisibilidade/inexistência de dados quanto a *sobre-representação*. É necessária uma união entre as mulheres que pertencem à classe trabalhadora em prol do fim do sistema de desigualdades, da falta de direitos e do capitalismo patriarcal.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Paula Lucia. La feminización de la pobreza: conceptualizaciones actuales y potencialidades analíticas. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 14 - n. 1, p. 126-133, 2011.

ANDRADE, Daniel Pereira. Neoliberalismo: crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade. **Novos estud. CEBRAP**, v. 38, p. 1, p. 109-135, jan./abr., 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/WrvHr9cvMKnq4xXXRkf6HTD/?lang=pt>. Acesso em: 30 abr. 2022.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

ARRIAGADA, Irmã. Dimensiones de la pobreza y políticas desde una perspectiva de género. **Revista da Cepal**, n. 85, p. 101-113, 2005.

ARRIETA, Irma Balderas. Maquiladoras Mexicanas. **Latinoamerica – Enciclopédia latino-americana e do Caribe**. São Paulo: Boitempo, s.d. Disponível em: <https://latinoamericana.wiki.br/verbetes/m/maquiladoras-mexicanas>. Acesso em: 10/01/2023.

BAMBIRRA, Vania. **A teoria marxista da transição e prática socialista**. Brasília: Ed. UnB, 1992.

BANCO MUNDIAL. **The world bank**. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil> Acesso em: 30/10/2020.

BARBOSA, Nelson; SOUZA, José Antonio Pereira de. **A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. Disponível em: <https://nodocuments.files.wordpress.com/2010/03/barbosa-nelson-souza-jose-antonio-pereira-de-a-inflexao-do-governo-lula-politica-economica-crescimento-e-distribuicao-de-renda.pdf>. Acesso em: 22/10/2022.

BARROS, Ricardo; FOX, Louise; MENDONÇA, Rosane. **Female-headed households**, BAUMGRATZ, D.; CARDIN, E. G. **O regime de maquila e suas implicações no México: perspectivas para o modelo adotado no Paraguai**. *Estudios Internacionales*, [S. l.], v. 51, n. 192, p. 71–94, 2019. DOI: 10.5354/0719-3769.2019.52818. Disponível em: <https://revistaei.uchile.cl/index.php/REI/article/view/52818>. Acesso em: 25 abr. 2022.

BBC News Mundo. **Por que a América Latina é a ‘região mais desigual do planeta’?** Fev - 2005. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51406474> Acesso em: 30/10/2020.

Benería, L. (2003). **Gender, Development, and Globalization: Economics as if All People Mattered**. Routledge.

BRASIL DE FATO. **México: O próximo presidente terá o desafio de reverter os altos níveis de pobreza**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/06/25/mexico-proximo-presidente-tera-o-desafio-de-reverter-os-altos-niveis-de-pobreza> Acesso em: 02/09/2020.

BUSS, Paulo Marchiori. **Globalização, pobreza e saúde**. Conferência Leavell apresentada ao VIII Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva e XI Congresso Mundial de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Regulações de gênero**. Cad. Pagu, Campinas, n. 42, p. 249-274, 2014.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **Padrão de acumulação e processo de informalidade na América Latina contemporânea: Brasil e México**. v. 12 n. 1(19), 2001.

CAMPOS, André Gambier. **O Bem-estar Social nos Anos 1990 e 2000: Traços Estilizados da História Brasileira**. IPEA, Rio de Janeiro, 2015.

CARDOSO, Fernando Henrique. FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica**. 7º ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1970.

CARPENTER, R. C. **Gender Theory in World Politics: Contributions of a Non feminist Stand point?** International Studies Review, Oxford, v. 4, n. 3, p. 153-165, 2002.

CASTRO, A. B. de. **A reestruturação industrial brasileira nos anos 90**. Uma interpretação. Revista de Economia Política, v. 21, n. 3, p. 3-26, 2001.

CASTRO, Mary Garcia. **Feminização da pobreza em cenário neoliberal**. In: Galeazzi, Irene M. S., org. Mulher e trabalho. Porto Alegre: PED-RMPA, 2001.

CECEÑA, Ana Esther. **Globalización y resistencias: Sujetos, movimientos sociales y transformaciones globales**. México: Editorial Universidad Nacional Autónoma de México, 2002.

CEPAL. **Comissão econômica para a América Latina e o Caribe**. Disponível em: <https://www.cepal.org>

CEPALSTAT. **Base de dados e publicações estatísticas da CEPAL**. Disponível em: https://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/estadisticasIndicadores.asp acesso em: 13/11/19.

CHAFETZ, J. S. **Feminist Sociology: an overview of contemporary theories**. Itasca: F. E. Peacock Club, 1988.

Change, 1997, v.45, n.2, p.231-257.

CIA. **Central Intelligence Agency**. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/221.html> Acesso em: 30/10/2020.

CIMADAMORE, Alberto, CATTANI, Antonio D. **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre, Tomo Editorial/Clacso, 2007.

- CISNE, Mirla. **Marxismo uma teoria indispensável à luta feminista**. USP, 2002.
- CODES, Ana Luiza Machado de. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa**. Brasília, IPEA, 2008.
- CONEVAL. **Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social**. Disponível em: <https://www.coneval.org.mx/Paginas/principal.aspx>
- CONNELL, Raewyn. **Questões de gênero e justiça social**. Século XXI: Revista de Ciências Sociais, 2014.
- CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. Moschkovich, Marília. São Paulo: Versos, 2015.
- COSTA, Joana S; PINHEIRO, Luana; MEDEIROS, Marcelo; QUEIROZ, Cristina. **“A Face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil”**. IPEA, Brasília, 2005.
- CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. **A pobreza como um fenômeno multidimensional**. RAE-eletrônica, Volume 1, Número 2, 2002.
- DAMIAN, Araceli. **Pobreza y derechos socioeconómicos en México**. Una mirada desde la perspectiva de género. 2008.
- DAMIAN, Araceli; BOLTVINIK, Julio. **Evolución y características de la pobreza en México**. Comercio Exterior, vol. 53, n.6, pp. 519 - 531, 2003.
- DANTAS, Verônica; MIRANDA, Maria; DUSEK, Patrícia; AVELAR, Kátia. Una evaluación del Programa Bolsa Familia 2002. Estudios Económicos, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/3PJGjb5LQZsqzJ7z9ZDXBdR/abstract/?lang=es> Acesso em: 11/12/2022.
- ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics**. Columbia University Press. 2ª edição, 2014.
- EXPANSION. **La pobreza en México daña más a las mujeres y los indígenas**. Disponível em: <https://expansion.mx/economia/2019/08/06/la-pobreza-por-ingresos-dana-mas-a-mujeres-e-indigenas> acesso em: 15/10/2020.
- FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo, Saraiva, 2001.
- FERREIRA, Paula Veiga; NOGUEIRA, Roberto Henrique Porto. **Teoria Feminista Sul-Global: Perspectivas do Feminismo Transnacional para uma Transposição Epistemológica Rumo à Alteridade e à Igualdade Substancial**. v. 3, n. 2, 2017. Disponível em <https://www.indexlaw.org/index.php/revistagsd/article/view/2308>. Acesso em: 12/12/2021.
- FILHO, Antônio Santos. **A experiência neoliberal na América Latina e o exemplo mexicano: uma década de promessas não cumpridas**. Ameríndia, vol. 4, nº 2, p. 1-19, 2007.
- FISHLOW, Albert. **O Estado Latino-Americano**. In: FISHLOW, Albert. Desenvolvimento no Brasil e América Latina: uma perspectiva histórica. São Paulo. Paz e Terra, 2004.

Fraser, N. (2013). **Fortunes of Feminism: From State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis**. Verso.

GAGO, Verónica. **A potência feminina, ou o desejo de transformar tudo**. 1º ed. São Paulo: Elefante, 2020.

GÓMEZ, Ava; ESTER, Barbára. **A. Feminização da pobreza na América Latina se agrava com guinada neoliberal da região**. Opera Mundi, 2018. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/opiniaio/46577/feminizacao-da-pobreza-na-america-latina-se-agrava-com-guinada-neoliberal-da-regiao>. Acesso em: 25 de novembro de 2022.

GOVERNO FEDERAL DO BRASIL. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br>.

GRIFFITHS, Martin. **International Relations: The Key Concepts**. Taylor & Francis, 2008.

GUTIÉRREZ, Alicia B. **Herramientas teórico-metodológicas de un análisis relacional para los estudios de la pobreza**. Ciencia, Docencia y Tecnología, vol. XVIII, núm. 35, noviembre, pp. 15-33, 2007.

HARAWAY, Donna. **"Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra**. Cad. Pagu, Campinas, n. 22, p. 201-246, 2004.

IBARRA, David. **O Neoliberalismo na América Latina**. Revista de Economía Política, vol. 31, nº 2 (122), pp. 238-248, 2011.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>

IPEA. **Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>

IVES, Diogo. **A política externa do México durante o Estado neoliberal (1982-2012): The foreign policy of Mexico during the neoliberal state (1982-2012)**. Brazilian Journal of International Relations, v. 6, n. 1, p. 149-164, 2017.

JOHNSON, G. A.; KRIEGER, Moises. **Feminização da Pobreza: uma leitura crítica**. In: Achegas, v.1, p. 18-30, 2007.

LAPID, Yossef. **The Third Debate: On the Prospects of International Theory Post-Positivist Era**. International Studies Quarterly, v.33, n.3, p.235-254, 1989.

LAVINAS, Lena. **As Mulheres no Universo da Pobreza o caso brasileiro**. Revista de Estudos Feministas. v. 4 n. 2, 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16816> Acesso em: 30/03/2022.

LEGUIZAMON, Sonia Alvarez. **Concentración de la riqueza, millionariosy reproducción de la pobreza en América Latina**. Sociologias [online]. 2007, n.18, pp.38-73.

LIJPHART, Arend. **"Comparative Politics and the Comparative Method"**, American Political Science Review, nº 65, 1971.

LIMA, Sérgio Eduardo Moreira. Comunicado conjunto da visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China (24 de maio de 2004). *In.*: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (org.). **Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas: análises e documentos**. Brasília: FUNAG, 2016. p. 279-285.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas**. Educ. rev., Belo Horizonte, n. 46, p. 201-218, 2007.

MARQUES, M. R.; BARBOSA, E. C.; HUTZ, H. **A situação da mulher na América Latina e no Caribe**. Temporalis, Brasília (DF), ano 10, n.20, p.197-220, 2010.

MARTELETO, Leticia J.; CARVALHAES, Flavio; HUBERT, Celia. **Desigualdades de oportunidades educacionais dos adolescentes no Brasil e no México**. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 29, p. 277-302, 2012.

MATOS, Marlise. **Movimento e Teoria Feminista: É possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul Global?** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, 2010.

MATTEI, Lauro. **Pobreza na América Latina: Diferenças intra-regionais e principais tendências**. Pesqui Debate. 23(41):1-24, 2012.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. **Relações internacionais, política social e combate à pobreza**. Em Pauta, Rio de Janeiro: UERJ, Revan, n. 23, v. 6, p. 43-67, 2009.

MEDEIROS, Marcelo; COSTA, Joana. **O que entendemos sobre feminização da pobreza?** Centro Internacional de Pobreza – Ed. BNDES, 2008

MELO, Hildete Pereira de.; BANDEIRA, Lourdes. **A pobreza e as políticas de gênero no Brasil**. CEPAL, Unidade Mujer y Desarrollo - Projeto “Governabilidade democrática e igualdade de gênero” Santiago de Chile, 2005.

MENDES, Mariana Macedo. **Gênero e Relações Internacionais: a inserção da mulher na esfera política e na carreira diplomática brasileira**. Brasília, 2011.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. **Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, 2006.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. **Os Estudos sobre Feminização da Pobreza e Políticas Para Mulheres**. Artigo realizado para apresentação no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambú MG – Brasil, de 20- 24 de setembro de 2004.

OLIVEIRA, Maria J. G. S. **A Globalização da Pobreza: impactos das políticas sociais do Estado Neoliberal nas democracias dos países latino-americanos**. Universidade de São Paulo, 2004.

ORTIZ, Reynaldo Yunuen; VENTURA, Somuano; FERNANDA, Ma. **El periodo presidencial de Felipe Calderón Hinojosa**. Foro internacional, v. 55, n. 1, p. 5-15, 2015.

PAIVA, Isadora Campregher. **A Escola Feminista nas Relações Internacionais: bases teórico metodológicas**. UFRGS, Porto Alegre, 2014.

PEARCE, Diane. **The feminization of poverty: women, work and welfare**. Urban and Social Change. p.28-36, 1978.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. História, São Paulo, v.24, N.1, p.77-98, 2005.

PISCITELLI, Adriana. **Gênero: A História de um Conceito**. In: Diferenças, igualdade /Heloisa Buarque de Almeida, José Eduardo Szwako (orgs.) – SP: Berlendis & Vertecchia, pp. 116 a 149, 2009

PNUD Brasil. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Brasil**. Disponível em: <https://www.br.undp.org/>

PNUD México. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Mexico**. Disponível em: <https://www.mx.undp.org>

POLLACK, E. Molly; JUSIDMAN DE BIALOSTOZKY, Clara. **El sector informal urbano desde la perspectiva de género: el caso de México**. 1997.
poverty, and the welfare of children in urban Brazil. Economic Development and Cultural

QUESADA, Vicente Fox. **Alternância e política exteriores no México: uma mensagem do Presidente**. Revista Brasileira de Política Internacional, Distrito Federal, v. 45, n. 2, p. 224-228, julho-dezembro 2002. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=35845210>. Acesso em: 10/04/2022.

QUINTANA ROMERO, Luis; GARZA ACEVEDO, Blanca E. **La reforma laboral en México y sus efectos económicos**. Revista do Tribunal Superior do Trabalho, São Paulo, SP, v. 83, n. 3, p. 160-177, 2017.

RAMOS, Leonardo César Souza. **A sociedade civil em tempos de globalização: Uma perspectiva neogramsciana**. Dissertação de mestrado. IRI, 2005.

Razavi, S., & Staab, S. (2018). Gender and Poverty in the Global South: Introduction. In S. Razavi & S. Staab (Eds.), **Gender and Poverty in the Global South: Resistance, Renewal, and Reconstruction** (pp. 1-32). Routledge.

REYNALDO, Renata Guimarães; MINELLA, Luzinete Simões. **Transnacionalização dos feminismos: consolidação no âmbito das nações unidas**. Revista Sul Global v. 3, n. 2. Disponível em <https://revistas.ufjf.br/index.php/sg/article/view/49496>. Acesso em: 12/12/2021.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil: A Evolução de Longo Prazo (1970-2011)**. XXV Fórum Nacional – BNDES. RJ, 13-16 de maio de 2013.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: Notas sobre a “Economia Política” do Sexo**. In: REITER, R. (org.). **Toward an anthropology of women**. Nova York: Monthly Review, 1973.

RUBIN, Gayle. **Pensando sobre Sexo: Notas para uma teoria radical da política da sexualidade**. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu - UNICAMP, 2003.

SAAVEDRA, Georgina A. **Pobreza y modelo económico neoliberal – La percepción de mujeres pobres de la comuna Pedro Aguirre Cerda**. Univeresidad Academia de Humanismo Cristiano, Chile, 2001.

SALLUM JR, Brasília; KUGELMAS, Eduardo. **O Leviatã Acorrentado: a crise brasileira dos anos 80**. In: SOLA, Lourdes (org.) Estado, Mercado e Democracia: política e economia comparadas. São Paulo. Paz e Terra, 1993.

SANTOS, Aline Renata dos; SILVA, Janssen Felipe da. **Diálogos Entre os Estudos pós-coloniais e o Feminismo Latino-Americano na Compreensão do Patriarcado na Constituição da América Latina**. REALIS, v.8, n. 01, Jan-Jun/2018.

SARTORI, G. **Comparación y método comparativo**. In: SARTORI, G.; MORLINO, L. La comparación en las ciencias sociales. Madrid: Alianza, 1991. p. 29-49.

SCALON, Celi. **Desigualdade, pobreza e políticas públicas: Notas para um debate**. Contemporânea 1(1): 49–68, 2011.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. SOS Corpo, Recife, 1995.

SEGATO, Rita Laura. **Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial**. In: Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical. Brasília, 2016.

SEN, Amartya Kumar. **Development as Freedom**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

SILVA, Karine Carneiro de Oliveira; CAVAIGNAC, Mônica Duarte. **Desemprego, Informalidade e Precarização do Trabalho no Capitalismo Contemporâneo**. VI Seminários CETROS, 2018.

SILVA, Mayra Rachel; OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. **Mulher, sinônimo de pobreza?** Caderno Espaço Feminino - Uberlândia-MG - v. 25, n. 1, 2012.

STOLLER, Robert. **Sex and gender: the development of masculinity and femininity**. Londres: Carnac Books, 1984.

STREICH, Rafael da Silva. **A Guerra ao Terror e a Transformação da Ordem Mundial: Uma Análise da Evolução do Pensamento Estratégico Norte-Americano**. Anais do XVII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Quito, Equador, novembro de 2012. Disponível em: <https://alacip.org/cong19/168-neves-19.pdf>. Acesso em: 10/12/2022.

STREICH, Ricardo Neves. **Estratégias de desenvolvimento em questão: um plano de investigação sobre Brasil e México (2000- 2013)**. XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2017.

SZUL, Karoline Dutra; SILVA, Lenir Mainardes da. **Feminização da Pobreza no Brasil**. Universidade Federal de Santa Catarina. II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais. Florianópolis, out. 2017.

TEIXEIRA, Marilane O. **Desigualdades salariais entre homens e mulheres a partir de uma abordagem de economistas feministas**. Instituto de Economia da Unicamp. Niterói, v. 9, n. 1, p. 31-45. 2008.

TICKNER, J. Ann. **Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1992.

TICKNER, J. Ann. **Gendering World Politics: Issues and Approaches in the Post-Cold War Era**. Columbia University Press. New York, 2001.

TICKNER, J. Ann. **What Is Your Research Program? Some Feminist Answers to International Relations Methodological Questions**. *International Studies Quarterly*, cap. 49, 1-21, 2005.

TICKNER, J. Ann. **You Just Don't Understand: Troubled Engagements between Feminists and IR Theorists**. *International Studies Quarterly*, 41, n°4, dec-1997.

VALVERDE, Andre Luiz Lopez; MERCEDES Sônia Seger Pereira. **A Teoria da Dependência e suas aplicações na América Latina neoliberal**. Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina, 2016. Disponível em: https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/Valverde-e-Mercedes_II-Simpósio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-América-Latina Acessado em: 15/02/2022

VILELLA, Eduardo V. M. As relações comerciais entre Brasil e China e as possibilidades de crescimento e diversificação das exportações de produtos brasileiros ao mercado consumidor chinês. São Paulo: PUC, 2004. Disponível em: <http://www.pucsp.br/geap/artigos/art4.PDF> Acesso: 10/12/2022.

VINHAIS, Henrique; SOUZA, André Portela. **Pobreza relativa ou absoluta? A linha híbrida de pobreza no Brasil**. In Anais do Encontro Nacional de Economia, Salvador. ANPEC, 2006.

ZICCARDI, Alicia. **Pobreza y Exclusión Social en las Ciudades del Siglo XX**. CLACSO, Bogotá, 2008.